

Abril de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)
12. [ExploraçãoMineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Factual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 A economia e a paz	6
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 Faje cria cooperativa de crédito	8
2.2 Jovens empreendedores promovem auto-emprego	8
2.3 Donas de casa associam 'kumbú' para aquisição de produtos da cesta básica	11
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Novo Roque a Céu aberto, com cerca de cinco mil vendedores	14
3.2 Dinheiro Invisível nos Mercados de Luanda	15
3.3 Vender no Kikolo custa 300 kzs/dia	16
3.4 Espaços do mercado disputados	16
3.5 Venda ilegal de combustível causa incêndio no palanca	17
3.6 Táxis sem pintura estão ilegais em Cabinda	19
3.7 O lucro fácil à margem da lei na cidade de Saurimo	19
3.8 Sustento de muitas famílias está na rua	20
3.9 Administração proíbe venda	21
3.10 Não é possível encerrar todas as cantinas dos estrangeiros	22
3.11 Projecto “Meu Táxi Angola” fomenta emprego para jovens	23
3.12 Sem mãos e força para encerrar cantinas	24
3.13 Um negócio altamente perigoso	24
4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICO E TRANSPARENCIA	26
4.1 Debate na especialidade do OGE rectificado	26
4.2 Dívida pública Semanal sobe 20%	27
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	29
5.1 Assembleia Nacional rejeita autonomia do reino Lunda	29
5.2 O município e a economia	29
5.3 MAT vai lançar Lei Orgânica sobre Comissão de Moradores	30
5.4 IFAL vai formar 4.608 quadros das administrações locais	31
5.5 Discussão sobre Lei de Comissão de Moradores	31
6. URMANISMO E HABITAÇÃO	32
6.1 Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos	32
6.2 Fiscais rebocam viaturas de madrugada na cidade do Kilamba	32
6.3 Projecto “Meu Táxi Angola” fomenta emprego para jovens	33
6.4 Construção de Habitações mais perto da Meta	34
6.5 Finanças mantêm inalterado imposto predial urbano	35
6.6 Governo construiu 82.900 habitações	36
6.7 Casas do Bungo têm primeiros Moradores	37

6.8	Milhares de casas na Urbanização Nova Vida	38
6.9	Via de acesso às comunas em obras de reabilitação	38
6.10	Milhares de habitações sociais	39
6.11	Projecto “Nova Vida” vai ter 5.650 casas	40
6.12	Colisão entre empresa/ Cidadãos e Economia/ Política	40
6.13	Inauguradas casas sociais	41

7. TERRA 42

7.1	Administração só fala com ordens superiores	42
7.2	Demolições na Chicala podem deixar mais de 180 crianças fora da escola	42
7.3	'Desalojamento a meio do ano é ilegal'	44
7.4	Habitantes de Bom Jesus receiam abandonar a terra	44
7.5	Invasores ocupam mais de 18 hectares em Viana	46
7.6	Regresso dos antigos moradores	47
7.7	Transporte em falta	48
7.8	Pavimentação de ruas na reserva fundiária	48
7.9	Camponeses recebem títulos de posse de terra	49
7.10	Demolições na chicala	51
7.11	Famílias realojadas em locais seguros no Sumbe	51
7.12	Roubo De Terrenos Dos Populares Em Cacucaco	52
7.13	Sinistrados descontentes com distribuição de bens	53
7.14	Demolições arbitrárias provocam protestos na Catumbela	55

8. SERVIÇOS BÁSICOS 56

8.1	Negócio do Lixo em Luanda	56
8.2	Bairro Popular vive um mar de dificuldades	56
8.3	Modelo de recolha de lixo deve ser híbrido	58
8.4	Operadoras em acção mesmo com dívidas	58
8.5	Lixo ameaça circulação automóvel	59
8.6	Não podemos usar um modelo para toda a província	59
8.7	O Lixo Política	62
8.8	"Água para Todos" está em balanço	64
8.9	Água com grandes Investimentos	64
8.10	Banco financia projectos sociais	65
8.11	Novos furos de água em Tchamuletete	66
8.12	Mais água potável na comuna do Bentiaba	66
8.13	Milhares de habitantes com Acesso à água	67
8.14	Água para todos	67
8.15	Água de pouca Dura	67
8.16	Distribuição de água tem nova dinâmica	69
8.17	Taxa de cobertura do programa 'Água para Todos' situou-se em 60,5% em 2014	70
8.18	Água e escolas nas alaeias	71
8.19	Angola Investe milhões nas águas	71
8.20	Mais investimento no sector das águas	72
8.21	Sector das águas vai diminuir défice	73
8.22	Melhora abastecimento nas comunidades rurais	74

9. GENERO E VIOLENCIA 75

9.1	Igualdade do género longe da meta	75
9.2	Ministério da Família fala pouco com as mulheres	76
9.3	Violência doméstica preocupa autoridades no cuanza norte	77
9.4	Recolhidas milhares de armas	77

9.5	Aumento dos índices de criminalidade violenta preocupa moradores do Kifika	78
9.6	Título Artigo	Erro! Marcador não definido.
9.7	Criminalidade dispara em Malanje	79
9.8	Crimes violentos estão a aumentar	80
9.9	100 Crimes em Quinze Dias	80

10. AMBIENTE 83

10.1	Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos	83
10.2	Populações ribeirinhas estão protegidas	83
10.3	Governador do Cuanza Sul transfere serviços técnicos para Pomba Nova	84
10.4	Município dos Gambos (Huíla) avança na plantação de árvores	84
10.5	Sistemas de alerta serão instalados nos rios	84
10.6	Presos pelas Chuvas	85
10.7	Bairro Popular vive um mar de dificuldades	86
10.8	Pressão popular leva abertura de breche no dique Rio Cavaco	87
10.9	Chuva destrói plantações e condena época agrícola	88
10.10	Moradores do distrito da Samba em desespero	89
10.11	Quinta Avenida está intransitável	90
10.12	Bairros poupados	90
10.13	Espaços do mercado disputados	91
10.14	Falta de Chuva ameaça Colheitas e Pastagens do Gado	91
10.15	Sinistrados descontentes com distribuição de bens	92
10.16	Soba revela verdadeiras causas da tragédia em Benguela	94
10.17	Unita denuncia oportunistas entre os sinistrados das chuvas	95
10.18	A chuva não mata!	96
10.19	INAMET trabalha apenas com oito Meteorologistas	96
10.20	Chuvas constantes alegram agricultores do Piri	97

11. MIGRAÇÃO 99

11.1	Dos Santos defende trabalho conjunto para prevenir imigração ilegal na fronteira com Congo	99
11.2	Imigração Ilegal preocupa Angola e Congo Brazzaville	100
11.3	Estrangeiros detidos por estada ilegal	101
11.4	Centenas de refugiados voltam a casa	101
11.5	Cantinas de famílias regressam do Congo	102
11.6	China lidera vendas ao país	102
11.7	Milhares de refugiados regressam a casa	103
11.8	Comercio com China regista queda	103
11.9	Governo quer rigor dos Serviços Migratórios	104

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 106

12.1	Generais e Chineses disputam diamantes no Moxico	106
12.2	Exploração de metais preciosos avança na província de Cabinda	107
12.3	Endiama trava pilhagem de diamantes	107
12.4	Endiama-EP transmite experiência na exploração artesanal de diamantes à RCA	108
12.5	Diamantes. Entrada dos russos em Catoca foi estratégica	109

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A economia e a paz

Novo Jornal

3 De Abril de 2015

O longínquo período de guerra em que Angola esteve mergulhada, remeteu este espaço territorial para um autentico caos económico, do qual despontou a paralisação quase completa da economia nacional e em consequência obrigou a importação de quase todo o leque de bens indispensáveis a vida das populações.

Por essa altura foi notória a fuga desordenada de quadros o que trouxe para o país consequências negativas do ponto de vista do tecido humano disponível para alavancar a economia, de si adormecida. Alguns gigantes da economia nacional foram lançados ao abandono, como os casos das açucareiras da Catumbela (Benguela) e a Heróis de Caxito (Bengo), a antiga fábrica de pneus Mabor, e as unidades Africa Têxtil de Benguela e as Textangue II de Luanda.

Recorde-se que as Madeiras da Huila, a então Refinaria da ex-Petrangol em Luanda, ou as instalações da Sonangol no Saco-Mar no Namibe, foram alvos preferenciais de destruição, o desaparecimento da industria algodoeira em Malanje, acrescida da falta gritante de matéria-prima um pouco por todo o país, fez provocar uma escassez sem precedentes de produtos.

Volvidos 13 anos desde que a Paz definitiva foi alcançada. 4 de Abril de 2002, o panorama económico passou a registar uma viragem vertiginosa, com a reconstrução de infra-estruturas destruídas durante o conflito e hoje algumas já em franco funcionamento e outras tantas ainda em reabilitação.

Nos dias que correm, rapidamente o país assumiu nova dinâmica. Aspectos visíveis mesmo a vista desarmada, quer com a reabilitação das infra-estruturas rodoviárias. Ferroviárias, portuárias, a edificação de novas centralidades, que, a par de outros sectores não menos vitais da economia vão

mantendo o galopante crescimento que se vem registando nos últimos anos.

A par disso a moeda nacional o Kwanza que esteve mergulhado num nível de desvalorização sem precedentes, após alcançada a paz foi-se apreciando, ao ponto da inflação, depois de um grande esforço, acabar por se situar em dois dígitos, conforme os anseios da banca nacional. Nos últimos tempos, e devido a crise petrolífera, a moeda angolana voltou a depreciar-se em relação ao dólar.

Fontes do sector financeiro indicam que essa tendência depreciativa-irá manter-se por algum tempo, enquanto a crise perdurar e caso a real diversificação da economia não passar do papal para a prática.

Beliscado o país com a crise derivada da baixa do preço do petróleo, o executivo e todas as forcas do Pais vem confrontando-se perante a urgência da diversificação que se impõe, como tábua de salvação. No senti do de inverter a situação económica, demasiado dependente do único produto de exportação do petróleo que parece a cada dia menos valioso no contexto económico mundial.

O economista Carlos Sabino realça que os 13 anos de paz. Para alem de terem trazido benefícios evidentes, ainda na deixa um Longo caminha a percorrer, uma vez que as feridas da guerra marcaram profundamente o sector económico.

"O alcance da Paz foi o ponto de partida e com ela estamos a reconstruir tudo o que foi destruído e dilacerado pela guerra", afirmou Carlos Sabino, acrescentando que, "mais do que reconstruiremos a árdua tarefa de diversificar a economia, que pode ombrear com as mais pujantes de Africa e quiçá do Mundo".

O jovem economista defende ainda que se aposte mais nos quadros nacionais, sobretudo na sua formação, para que haja recursos humano capacitado e a altura dos desafios, para fazer não só crescer a nação do ponto de vista económico, mas tornar sustentável esse crescimento.

Outro economista, Marques Candela, salienta que a economia angolana em poucos anos obteve ganhos incontestáveis. Porquanto o surgimento de novos projectos, a exemplo do Angola LNG, no Soyo, a reabilitação dos caminhos-de-ferro de Angola, e a quase totalidade das estradas nacionais, comprovam tal veracidade.

"Hoje já nos podemos orgulhar de possuímos empreendimentos industriais um pouco por todo o pais em funcionamento. Prova disso e a própria Zona

Económica Especial que fornece já alguns produtos de qualidade originária da nossa indústria", sublinhou o economista.

A agricultura como base do desenvolvimento, apesar de dar mostras de recuperação palpável, foi um dos sectores mais atingidos pelo conflito, de tal forma que as terras mais aráveis do país se transformaram em campos de minas, aspecto que tornou quase inviável o sector. Mas que hoje regista mudanças assinaláveis, mediante acções concertadas de desminagem, elevando assim a quantidades de terras disponíveis para cultivo.

Outrossim o sector eléctrico, outro dos alvos preferenciais da guerra, ainda se apresenta deficitário, uma vez que as linhas de transportação foram severamente danificadas e as hidroeléctricas então existentes não deixaram de sofrer a saga do conflito, Mas já denotam profunda recuperação e ainda aguardamos a conclusão de novos projectos em marcha.

Na mesma dimensão esta o aprovisionamento da agua potável as populações que, embora ainda longe de atingir todas as camadas da população. Porem, o programa "Agua para todos", deu outra vida as comunidades. Embora ainda seja insuficiente, a situação está longe de ser a mesma dos anos de guerra.

Quanto a oferta de bens e serviços, esta regista nota de realce, a julgar pela também disponibilidade de produtos, embora os preços praticados por vezes não sejam os mais acessíveis, dada a persistência de alguma especulação.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Faje cria cooperativa de crédito

Jornal Economia e Finanças
10 De Abril de 2015

O fórum angolano de jovens empreendedores (FAJE) prevê criar até ao terceiro trimestre deste ano uma cooperativa de crédito, segundo revelou o seu coordenador nacional, Alberto Mendes.

O responsável, que falava esta semana em Luanda, à margem da conferência sobre "O cooperativismo como solução para a gestão racional de recursos", adiantou que poderão ter acesso a este financiamento todos os jovens empreendedores e empresários associados ao Faje.

Alberto Mendes afirmou que o montante é ilimitado e conta com a supervisão do Banco Nacional de Angola (BNA), acrescentando que o valor a ser disponibilizado dependerá também do número de associados que poderão juntar-se para a criação da mesma cooperativa.

"Acreditamos que a cooperativa a ser criada sirva de instrumento mobilizador para que mais jovens adiram à nossa agremiação e juntos resolvamos os nossos próprios problemas", sublinhou.

Segundo assegurou, os empreendedores vão beneficiar de formação, melhores taxas em aplicação e empréstimos e linha de crédito especial, entre outras facilidades. Dentro do seu plano de acção, o Faje vai continuar a realizar as feiras do auto-empreendedorismo e de cariz pedagógico nas várias regiões do país. Para o consultor e especialista em gestão de cooperativa de crédito, Carlos Frederico Bezerra, o princípio da cooperação está na união das pessoas na busca de um objectivo comum. Explicou que o cooperativismo remonta há muitos anos com o objectivo de satisfazer as necessidades económicas, sociais e culturais. O Faje conta com cerca de quatro mil associados.

2.2 Jovens empreendedores promovem auto-emprego

Jornal Economia e Finanças
17 De Abril de 2015
Texto: Arão Martins

Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) realiza nos dias 17 e 18 de Abril, no Complexo Turístico da Nossa Senhora do Monte, no Lubango, a II feira regional do auto-emprego e empreendedorismo - Huíla 2015, que tem como lema central: O auto-emprego e empreendedorismo, desafios e oportunidades para a diversificação da economia. Em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, o coordenador do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores na Região Sul, Miguel Tropa, disse que a feira abrange as províncias da Huíla, Namibe e Cunene.

Quantos expositores participam do evento a decorrer no espaço da Expo-Huíla?

A 11 edição da feira regional vai contar com um programa de grande interesse aos expositores e visitantes, com destaque para o fórum regional. Como meta, contamos com a participação de 120 expositores. A nossa previsão é receber no recinto 20 mil visitantes e um volume de negócios acima de 800 milhões de kwanzas. Temos confirmada a presença de empresas do sector público e privado que irão expor soluções de auto-emprego e empreendedorismo e empresas de jovens empreendedores das províncias da Huíla, Namibe, Cunene, Benguela e Luanda. Destacamos também a presença de jovens empreendedores angolanos da Bélgica e Portugal. Para esta feira, temos o apoio dos ministérios da Juventude e Desportos e da Administração Pública, do Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), assim como dos governos provinciais da Huíla e Namibe.

Porquê da realização das feiras?

As feiras de auto-emprego e empreendedorismo são uma iniciativa do Fórum Angolano dos Jovens Empreendedores (FAJE), que está alinhada ao plano nacional de desenvolvimento da juventude (PNA-DEJ 2013/2017) e, para 2015, o calendário está preenchido com quatro feiras regionais nomeadamente na Huíla, Malanje, Cabinda e Benguela e a nacional a ser realizada em Luanda. A organização tem apostado no auto-emprego e empreendedorismo por ser uma das vias sustentáveis para a inserção da juventude na vida activa.

Aposta no auto-emprego e o empreendedorismo por ser uma das vias sustentáveis para a inserção da juventude na vida activa são o forte do Faje. Está satisfeito com os resultados que estão a ser colhidos? Sim. Nós como associação, temos olhado para a problemática dos jovens como uma situação que se cinge basicamente na questão do desemprego. O que temos procurado, como associação, são soluções de auto-emprego, em que o jovem cria um negócio e dentro do mesmo gere uma renda para poder satisfazer as suas necessidades e criar emprego para outros.

Na qualidade de membro da coordenação nacional do fórum angolano dos jovens empreendedores e coordenador regional para as provinciais da Huíla, Namibe, Cunene e Benguela, as melhores práticas para fortalecer a disseminação de negócios sólidos é outra forma de consolidar este objectivo que é também do Executivo. As acções podem permitir que os jovens possam gerir melhor os seus negócios?

Sim. Temo-nos deparado de Cabinda ao Cunene, é que os jovens naquilo que são os desafios que se apresentam, muitos não estão e não foram preparados para poderem atender a esta dinâmica do mundo dos negócios. O que nós transportamos são soluções no sentido de implementar as melhores práticas de gestão, a nível de finanças, contabilidade, gestão, recursos humanos e tudo aquilo que possa apoiá-lo no sentido de ser um empreendedor ou empresário global, porque o nosso objectivo não é fecharmo-nos na nossa localidade mas termos uma perspectiva global. Aí está a razão de uma das nossas estratégias, que é ajudar os jovens a ter as melhores práticas de gestão.

A missão do Faje é agir também como meio facilitador, promotor de iniciativas que permitem aglutinar as experiências partilhadas entre as entidades públicas e privadas e os jovens empreendedores. Essa acção tem sido efectiva?

Essa acção tem sido efectiva. Nós, nesse sentido, contamos com o apoio do Executivo, na pessoa do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que nos tem dado todo apoio no sentido de levar aquilo que é a nossa estratégia como associação para frente e, obviamente, para que aquilo que está patente no nosso objectivo seja concretizado, tendo os jovens como o nosso maior foco. Naquilo que temos estado a buscar para além da instituição que disse, temos tido aceitação desde os órgãos do estado e todos os órgãos privados. O desafio é grande no caso dos gestores desta associação e pretendemos que o nosso objectivo seja cumprido.

O auto-emprego e o empreendedorismo são também desafios do Executivo. No âmbito das vossas acções há muitos jovens interessados em criar o auto-emprego?

Exactamente. Só para termos alguma ideia, muitas das vezes, o que nós achamos ou que se pensa é que o jovem empreendedor só está nas sedes municipais ou capitais de províncias. Não é isso. O jovem empreendedor está em toda a parte do país. Só para dar um exemplo prático, em 2014, foi organizada uma palestra sobre o empreendedorismo no município da Lamba, 315 quilómetros a leste da cidade do Lubango, onde vimos o interesse dos jovens em participarem neste tipo de evento. O que nos apercebemos é que existem já iniciativas a nível do empreendedorismo, mas os jovens não estavam organizados. Hoje, o cenário é diferente. Aquilo que estamos a trabalhar e procurar é que a problemática dos jovens, a nível do empreendedorismo que é um caminho que possa inserir os jovens no mercado de trabalho e gerar a sua própria renda, tendo em conta outros países que já se desenvolveram na matéria, vemos que o desafio de colocar ao jovem o auto-emprego e o empreendedorismo poderá solucionar muitos dos problemas achados estarem legados à estratégia do Executivo, plasmado no plano nacional de desenvolvimento da juventude, que o jovem é um caminho ou alternativa para solucionarmos aqueles anseios procurados.

Numa altura em que o desafio do Executivo é também de diversificar a economia. Qual tem sido o papel do Faje em sensibilizar os jovens empreendedores para que aumentem a renda não só de forma particular mas também na comunidade onde estão inseridos?

A nível da diversificação da economia que hoje é realmente um problema que afecta todos os jovens empresários e empreendedores e não só, aquilo que a associação tem vindo a efectuar é despertá-los no

sentido de procurarem outras alternativas inovadoras para poderem responder aquilo que é o desafio do país. Também podemos dizer que daquilo que o Chefe do Executivo transmitiu aquando dos cumprimentos de fim de ano, em que dizia que "As crises estimulam a inovação". E nós queremos que os jovens, dentro daquilo que é o nosso objectivo como associação, que esta crise venha a estimular a inovação no sector da agricultura, indústria e no sector de serviços. Se tivermos que ir buscar uma panorâmica daquilo que é o jovem hoje, muitos deles estão focados no sector de serviços e ao darmos resposta daquilo que é a diversificação da economia, pretendemos sim, como associação, despertar esse interesse dos jovens em entrarem em outros sectores no caso o sector primário que é a agricultura, secundário que é a indústria e no terciário, que é o comércio. Nós vemos que existem boas oportunidades para que o jovem possa realmente investir e ter como alternativa daquilo que é a crise que se vive, da baixa do petróleo.

Na qualidade de coordenador regional do Faje está a participação dos jovens empreendedores nos programas pré-estabelecidos?

Estamos realmente satisfeitos. Nota-se um engajamento salutar dos jovens a nível da região e em todo o país. Quero até dizer que naquilo que se constata nas visitas de trabalho de campo a nível da região, dou o exemplo de um jovem que está na província do Namibe e tem um projecto inovador na área da construção civil em que trabalha com cerca de 500 pintores daquela província. Acho que esse tipo de iniciativas inspiram outros jovens e na qualidade de coordenador regional fico satisfeito por haver essas iniciativas que fazem crer que tudo aquilo que estamos a realizar como associação é permitir que esses jovens não fiquem parados nas províncias onde estão, mas sim, sejam vistos em todo o país. Para aqueles que não procedem assim, o nosso trabalho é tentar puxar, dando o exemplo da província da Huíla, que tem já muitos jovens a actuarem no sector da agricultura e tivemos a oportunidade de um empresário que está no sector da produção de batata. Nós queremos que esta produção chegue a todo o país, à semelhança dos jovens que estão no sector das pescas, em que queremos que esse peixe chegue a todo o país.

Nós como coordenação vamos fazer de tudo o que estiver ao nosso alcance para permitir que esses jovens tenham uma montra a nível nacional e possam colocar os seus produtos à disposição de todo o consumidor a nível nacional.

A província da Huíla alberga nos dias 17 e 18 deste mês de Abril, a 11 edição da feira regional do auto-

emprego e empreendedorismo, como está a ser preparado todo o aparato para que o evento decorra sem sobressaltos?

Permita-me antes de mais agradecer todo o esforço e engajamento do governo provincial da Huíla, para que esta feira seja um sucesso. Dizer que eventos do género a nível regional são uma estratégia que está alinhada ao plano nacional de desenvolvimento da juventude e nós como associação pretendemos criar uma montra em que, a nível de todas as regiões e nacional, seja possível mostrar aquilo que os jovens estão a fazer e procuram, para que o país conheça das potencialidades. Pretendemos que as soluções que podemos transportar nesta feira permitam que os jovens se reencontrem. Já temos parcerias a nível de um projecto do Banco de Negócios Internacionais (BNI) em que eles têm soluções para que o jovem possa criar o seu próprio negócio e poderem apoiá-lo. Neste tipo de soluções como do BNI, queremos que o jovem esteja em contacto directo. Também no âmbito da própria feira, queremos que aquelas instituições públicas e privadas que tenham soluções e que ainda não puderam ser publicadas, a feira sirva de motor de exposição destas soluções.

Já existe projectos inovadores?

Temos um projecto bastante inovador com o Ministério da Juventude e Desportos, que é o "Táxi jovem", que é uma oportunidade de auto-emprego e empreendedorismo, que se vai apresentar na feira, que se vai permitir que o jovem tenha uma solução, o seu próprio negócio, gerar a sua própria renda e sustentar a sua família. Ainda, no âmbito daquilo que é o nosso programa, pretendemos criar oportunidades também de os jovens conhecerem-se a nível de todo o país, porque os negócios são feitos e o que temos notado é que os jovens a nível nacional não se conhecem. Nós queremos que dentro do evento tenhamos uma bolsa de negócios em Networking; que o jovem de Cabinda conheça o da Huíla e o das terras altas da Chela conheça o de Cuando Cubango e este o do Namibe e vice-versa. A aposta é abrangente em todo o país e permitir que a nível nacional conheça o que o outro está a efectuar, o que faz com que sejam unidos e possam dar respostas ao que são os desafios propostos.

2.3 Donas de casa associam 'kumbú' para aquisição de produtos da cesta básica

Jornal Agora

10 De Abril de 2015

Texto: Miguel Daniel

A anunciada suspensão de quotas às importações dos produtos da cesta básica ainda não surtiu efeitos que possam devolver o poder de compra às populações que se viram sobretudo de frescos, apurou o Agora, em Luanda, numa ronda efectuada nalguns armazéns.

De acordo com um estudo da Administração Geral Tributária (AGT), os importadores beneficiaram de isenções e, ao longo do tempo, não baixaram o preço das mercadorias, nem sequer produziram valor acrescentado ao salário dos respectivos trabalhadores.

Josiana Gaspar, 26 anos, moradora da Petrangol, é governanta numa residência no distrito do Sambizanga. Encontrámo-la nos armazéns de frescos, localizados junto às bombas de combustível do bairro da CTT, na circunscrição do Range.

Segundo ela, graças ao novo método de sociedade, as senhoras têm conseguido apetrechar os seus frigoríficos com frescos diversos, pois os preços, actualmente, praticados pelos importadores não permitem a aquisição de tudo, sozinho.

"A minha patroa paga-me 20 mil Kwanzas mensais, com os quais consigo comprar um pouco de peixe, galinha, coxa, entrecosto, peito-alto e fígado. Para que o cabaz chegue para as encomendas, duas pessoas com as mesmas necessidades associam para repartir ao meio os produtos", esclareceu.

Josina recordou, igualmente, que, até ao final do ano, a sua patroa lhe dava 15 mil Kwanzas para adquirir a mesma quantidade de produtos como os que acabara de comprar, mas, de acordo com ela, desde que os preços subiram, em Janeiro último houve a necessidade do acréscimo financeiro. Portanto, mais cinquenta dólares.

Edna da Conceição é, também, uma das senhoras que fazem sociedade com outras nos armazéns da Quinta Avenida, no Cazenga. Como diz, a nova 'moda' permite que, com poucos recursos, se possa comer ou ter o mesmo produto com quem tem mais dinheiro.

Em contrapartida, o método não é aplicado apenas na compra de bens da cesta básica, mas também na

aquisição de outros produtos, incluindo em negócios. Existem 'zungeiras' que vão ao armazém com dinheiro de uma caixa de chinelas, mas, através de sociedade, acabam por vender diversas marcas e assim o negócio anda melhor", exemplificou.

Edna avançou que, se a caixa de 17 quilogramas de peito-alto estiver orçada em 10 mil e 700 Kz, as partes capitalizam o equivalente a 5.350. Enquanto para a caixa de peixe carapau, cada um desembolsa 4.500, perfazendo os 9.000 Kz exigidos.

O Agora apurou ainda que, na zona do Km 12, concretamente próximo do supermercado 'Alimenta Angola, um dos factores que congregam um número elevado de senhoras, ao longo do passeio, é o processo de sociedade na compra de bens, principalmente alimentares, de primeira necessidade.

Dalila Domingos reside no bairro da Bananeira, mas frequenta os armazéns do 'Alimenta Angola' no princípio de cada mês, com o fito de encontrar sócias para a aquisição de produtos da sua cozinha. De acordo com a interlocutora, não dispensa a coxa, a corvina, a galinha rija, bem como a costeleta.

Como as demais donas de casa ouvidas por este jornal, ela também trouxe 20 mil Kz, mas, se pudesse adquirir tudo sozinha, tinha de trazer, no mínimo, 80 mil, em virtude do aumento dos preços que, segundo cálculos de economistas, já estão, em muitos casos, na ordem dos 60%.

Dalila reprova as colegas que adquirem os produtos a retalho nos mercados, porque, no seu entender, chegam a gastar mais além do que deviam, ao mesmo tempo que reconhece as irregularidades da energia eléctrica que já lhe provocaram estragos em casa.

"É verdade, já perdi muitos frescos por causa do vaivém da energia eléctrica Mas, a aquisição dos produtos em boa quantidade para recheiar a arca é sempre uma boa opção para quem, como nós, ganha pouco", constata.

A jovem mulher diz, igualmente, que aproveita dar um tratamento aos frescos no local, através dos 'roboteiros' que quebram os ossos do peito-alto, do joelho de porco, da costeleta e das máquinas que efectuem cortes em fatias para bifes e foles.

"Pagamos 200 a 300 Kz para quebrar a ossada e ratear as carnes para o bife e filetes", sublinhou.

REACÇÕES. O sociólogo João Malunda elogia as iniciativas do Governo, que visam a tão propalada estabilidade e diversificação da economia nacional, não sendo contra as reformas, mas pretende saber

quanto é que o pacato cidadão terá de arcar com a instabilidade económica vigente.

Massequel comunga a ideia de que seria mais viável fazer um levantamento da produção nacional e saber se ela cobre a necessidade dos 27 produtos em questão, o que evitaria a inflação vertiginosa dos preços, embora existam determinados factores que concorram para a subida dos mesmos.

"Importa aqui realçar que, com a subida dos preços, o poder de compra do cidadão diminuiu, e, assim sendo, as pessoas não conseguem satisfazer as suas necessidades, logo deverão sacrificar mais as suas parcas receitas, sobretudo para a alimentação", sustentou, acrescentando que não há dúvidas de que os índices de pobreza irão aumentar, colocando em risco os números já alcançados no programa. Parafraseando o sociólogo, socorreu-se do velho 'slogan' do então Primeiro-Presidente da República, António Agostinho Neto, que dizia: "O mais importante é resolver os problemas do povo", o que, para ele, não se visualiza na prática.

"A vida está pesada, não vamos poder comprar a logística toda para sustentar a família, porque o dinheiro que trouxemos, ou seja, que temos reservado para a alimentação, já não cobre as despesas, não sei como viver com o pouco que ganhamos", lamentou, sugerindo reajuste no salário para cobrir a quebra.

Por seu turno, o presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino (JS), alertou, recentemente, que deveriam ser liberalizadas, com urgência, as mercadorias não licenciadas previamente pelo Porto de Luanda.

O responsável apelou, igualmente, que se deveriam acelerar os procedimentos já autorizados, como a liberalização da importação de divisas e dar prioridade à importação de bens alimentares, medicamentos e matérias-primas, retirados da taxa aduaneira e imposto de consumo na importação de camiões de ocasião, matérias subsidiárias e embalagens para a indústria.

Os limites impostos procuram estimular a economia nacional, afectada pela descida do preço do petróleo.

Luís Miguel Santos Moura, delegado da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), desconhece o tempo em que durará a suspensão das importações, mas admite que isso poderá implicar a imposição de outras restrições.

Por enquanto, vai-se especulando sobre o real significado desta suspensão, até porque, oficialmente, nada foi confirmado. "Uma das hipóteses avançadas

que têm sido veiculadas aponta para as quotas a serem atribuídas apenas com efeitos para 2016, confirme adiantou.

PREÇOS SEMPRE A SUBIR. Mesmo depois de a ministra do Comércio ter criticado a especulação dos empresários que alegam a falta de divisas e a imposição de quotas de importação, visto que os produtos haviam sido importados antes da medida que visa o aumento de quotas, os preços dos produtos básicos não param de 'esticar'.

"Não há necessidade da subida dos preços. Isso vem apenas prejudicar a população. O poder de compra tem estado a baixar, os preços subiram entre 41 e 50%, o que é totalmente exagerado, inclusive nos produtos de produção nacional também estamos a registar alguma subida", disse a ministra, após reunir-se com importadores nacionais e estrangeiros, na capital do país.

Rosa Pacavira garantiu aos jornalistas que seriam tomadas medidas, nomeadamente, e fiscalização, para travar a subida injustificada de preços. Mas, segundo apurámos, a promessa terá caído em saco roto.

Numa operação realizada entre os dias 12 13 de Fevereiro em todo o país, agentes da polícia Económica teriam detectado 50 casos especulação de preços em grandes e pequenas superfícies.

Para os importadores, o problema que se coloca ao aumento de preços está ligado aos operadores seleccionados para a importação dos produtos da 'cesta básica', o que, conforme a DGT, não corresponde à verdade, porque quem importa produtos da 'cesta básica' deve utilizar os códigos de isenção.

"Não se trata de importador singular ou colectivo. O importante é que seja mercadoria da cesta básica", desdramatizou a nossa fonte, sublinhando que, em Angola, a isenção aduaneira sobre a cesta básica começou a ser discutida em 1999, mas só em 2008 foi incluída na Pauta Aduaneira - Sistema Harmonizado 2007, depois de consensos entre o Executivo e os demais operadores do comércio internacional.

Para a mesma fonte, esta medida de isenção era provisória, uma vez que se aguardava pela actual Pauta Aduaneira, onde se articulou esse privilégio aduaneiro com a produção nacional.

O aumento da quota de importação, segundo o Decreto-Executivo conjunto de 23 de Janeiro, e a escassez de divisas para o aprovisionamento logístico, estão na base da alta dos preços dos bens da cesta básica.

Recordar que, na edição de 16 de Fevereiro, os especialistas apontavam que o custo de vida se tomaria mais alto e que devia desvalorizar o salário do angolano.

Actualmente, os frescos estão a ser comercializados ao dobro dos preços praticados anteriormente. A caixa de peixe carapau custa 9.000 contra os 6.900 do peixe cachucho; a shopa está orçada em 3.500; a corvina 8.700;

O Joelho de Porco 8.000; o pescoço de porco 2.900; febras 7.190; entrecosto 5.590; peito-alto 600 Kwanzas o quilo, enquanto o quilo de fígado está a 255, a dobrada custa 3500 Kwanzas, o mesmo valor que a caixa da coxa de pirú, contra os 2.700 kwanzas a 3.700.

O documento sobre o aumento de quotas fixava, para este ano, uma quota geral de importação de 2.045.440 toneladas de produtos da cesta básica, distribuídos por óleo alimentar (334.001 toneladas), farinha de milho (99.001), farinha de trigo (688.000), sal (100.000), arroz (457.000) e açúcar (367.438).

Os refrigerantes e bebidas ficam limitados a 950 mil hectolitros e é igualmente fixada uma limitação à importação de ovos, de 156 milhões de unidades em 2015.

Nas hortofrutícolas, a quota de importação fica estabelecida em 184.500 toneladas, distribuídas por batata rena (70.000 toneladas), alho (14.500) e cebola (100.000).

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Novo Roque a Céu aberto, com cerca de cinco mil vendedores

Novo Jornal

10 De Abril de 2015

A escassos quilómetros do município de Viana, está situado o "mercado do 30", nas imediações do Caminho-de-Ferro de Luanda. O Mercado informal, bastante movimentado, e famoso pela comercialização de diversos produtos agrícolas.

Como noutros locais do género, a vida no local começa manhã cedo mas nesta época chuvosa, a difícil mobilidade complica os vendedores que querem chegar ao mercado, devido ao estado degradante em que se encontra a principal via de terra batida que permite o seu acesso. A praça, já e chamada pelos luandenses de novo "Roque Santeiro", dada a sua extensão e o número de comerciantes que comporta.

Logo a entrada, observam-se camiões cercados por clientes provenientes de diversos pontos de Luanda para a aquisição de diversos produtos agrícolas que ajudam a alimentar as famílias da capital (Luanda). Batata rena, fruta, hortaliças, carne de caca, fuba de milho e de bombo, cabritos, porcos, galinhas, ginguba e feijão são alguns dos vários produtos expostos.

O mercado tem 10 secções onde são comercializados produtos diversos. Inclui ainda venda de mobiliário, barracas com comes e bebes, e também pequenas lojas, oficinas de motorizadas no interior e armazéns que circundam o mercado.

Vendedores, taxistas, motoqueiro e roboteiro (homens que levam a carga as costas ou em carros de mão), compõem o grupo das demais pessoas que tem o "mercado do 30" como o seu principal local de actividade comercial. No final da jornada, cada um paga aos fiscais da administração do mercado, uma quantia entre 100 e 200 kwanzas pelo espaço ocupado.

Dona Domingas e vendedora de comida e bebida numa das inúmeras barracas de chapa espalhadas pela praça. A comerciante disse que arrendou o espaço a

uma amiga a quem, mensalmente paga dois mil kwanzas (kzs). Para além deste valor, paga ainda uma taxa diária de 200 kzs a administração do mercado. "Esta a dar para vivermos", acentuou.

Edgar Francisco, proprietário de um salão de beleza no local. Disse que paga a taxa de 300 kwanzas pela ocupação do espaço. "Estou aqui há seis anos e não temos problemas com ninguém", sublinhou.

Quem também paga para comercializar e a jovem Mãezinha, uma das várias vendedoras ambulantes no interior do mercado. Desembolsa diariamente 100 kwanzas que paga aos fiscais. " Caso não pague, apreendem os produtos, realçou.

Apesar dos interlocutores terem confirmado pagar uma taxa Diana pela utilização do mercado, os vendedores garantiram que a aquisição do espaço foi gratuita. "Nos das bancadas, apenas pagamos 200 Kwanzas", atestaram alguns vendedores de telemóveis e acessórios.

No mercado do 30, muito dos roboteiros residem mesmo dentro da praça em casebres de chapa, onde cada um disse pagar uma renda mensal de mil kwanzas aos seus proprietários. Rafael e um dos ocupantes que partilha uma cubata de chapa com mais dois companheiros, todos eles, oriundos da cidade de Lubango, na Huila.

Quando em actividade, o jovem que transporta bens diversos em carros de mão. Contou que também paga diariamente 100 kwanzas aos fiscais pelo trabalho efectuado. "Se não pagas, eles recebem-te os meios e para reavê-los temos de dar uma gasosa", acentuou o jovem.

Todos aqui motoqueiro e táxis tas "pagamos 100 kwanzas para trabalhar", foram unânimes em afirmar. Da guarda, mostrou-se também preocupado com o estado degradado da via principal que liga ao mercado.

3.2 Dinheiro Invisível nos Mercados de Luanda

Novo Jornal

10 De Abril de 2015

*Texto: David Paulo/ Álvaro Victória/
Ernesto Gouveia*

O governo da província de Luanda (GPL) tinha prometido acabar este ano, com os mercados de rua e os negócios ambulantes. O mesmo GPL prometeu ainda construir 102 novos mercados, dos quais oito para venda de pescado, num investimento de 43 milhões de dólares.

Contudo, os responsáveis dos mercados continuam a reclamar que as zungueiras que persistem a deambular pelas ruas da capital conduziram a uma redução substancial das receitas das cobranças diárias nos mercados.

"Já não facturamos como antigamente", disse ao Novo Jornal Almeida Macuanda do mercado da Sapú.

Por exemplo, a vida no mercado do Cantinton começa logo as primeiras horas da manhã, Muitos camiões carregados de batata rena, fruta, hortaliças, carne de caca. Fuba de milho e bombó, cabritos, porcos, galinhas, ginguba, feijão chegam a estas paragens, as primeiras horas da manha.

Neste mercado, a quantidade e variedade de produtos nacionais tomam conta de mais de meta de do seu espaço. Os produtos chegam em caixas e sacos. Para a entrada de camiões no espaço comercial. O Motorista paga uma taxa que pode atingir os 200 Kwanzas, se for carrinha ou camião.

"A praça do Cantinton e urn excelente mercado, onde os Preços dos principais produtos satisfazem o bolso do cidadão luandense", disse ao Novo Jornal o administrador do mercado Manuel Raul.

O mercado esta repartido por varies sectores de venda: Fardos de roupa diversa, comes e bebes e produtos agrícolas. Este último tem sido o mais procurado devido a sua diversidade e aos preços baixos praticados. O Mercado e abastecido por varias províncias do pais, com destaque para o Bié, Huambo, Kwanza-Norte e Sul, Benguela, Bengo e Malanje.

Ao contrario dos outros mercados, a gestão do Cantinton e feita por uma empresa, a CAPCIL.

"Cobramos aos vendedores valores que vão dos 50 aos 100 kwanzas por dia. Estes valores são canalizados para a direcção da empresa". Explica o responsável, que não adiantou o número de vendedores do mercado que controla, alegando o facto do mesmo estar em fase de reestruturação.

"Estamos a criar condições indispensáveis para o mercado. Já construimos algumas naves e bancadas. Queremos que os nossos vendedores façam o seu trabalho em condições dignas", frisou. Manuel Raul diz que uma das principais exigências e a manutenção do mercado em bom estado de conservação. Para garantir melhores condições de trabalho.

"Temos urn aterro sanitário onde depositamos o lixo. Os 60 trabalhadores de limpeza não deixam o mercado sujo", explicou. Dei-nos a conhecer que muitos lugares dentro do mercado se encontram vazios, porque muitas vendedoras preferem fazer o comércio fora do recinto. "O Governo da província de Luanda construiu muitos mercados para albergar as zungueiras, mas estas infelizmente preferem continuar a comercializar nas ruas e nas travessias aéreas", lamentou.

Para a fonte, "não e justo continuar a observar que determinadas vias sejam ocupadas por vendedores ambulantes, sem que os serviços competentes consigam combater esta pratica, que da uma ma imagem a capital".

Lembrou que as medidas adoptadas e intensificadas, em 2012, no sentido de combater a venda ambulante em algumas zonas da cidade ajudaram a melhorar a sua higiene e o saneamento básico.

Maria Mateus vende no Cantinton há 10 anos e, diz que os valores cobrados pela Fiscalização são razoáveis, "Os fiscais são compreensíveis. Se não tenho dinheiro hoje, pago amanha. E o nosso dia-a-dia", comentou.

A delinquência não se faz sentir dentro do mercado já que 60 elementos da segurança tomam conta do recinto. "O Mercado esta bem protegido e, para alem disso existe uma unidade da Forca Aérea nas proximidades. A situação melhorou muito", acrescentou.

A variedade, os Preços baixos e a qualidade dos produtos deste mercado atraíam as pessoas, que todas as semanas se deslocam ao Cantinton para fazer compras.

"O Cantinton ajuda todas as camadas sociais". Observa Orlando Neto Fubi que trabalha numa empresa de segurança.

Fubi, interpelado pelo Novo Jornal concorda com a administração do mercado de que "as zungueiras estão a reduzir a frequência de clientes nos mercados de Luanda".

"Mal ganho. No final de cada mes mando pouco dinheiro a minha senhora para conseguirmos comprar qualquer coisa no Cantinton", notou.

3.3 Vender no Kikolo custa 300 kzs/dia

Novo Jornal

10 De Abril de 2015

Existe há cerca de 20 anos. É tido como um dos maiores mercados de Luanda. Também funciona a céu aberto. Oficialmente tem a extensão de 300 metros de largura e 450 de comprimento, mas os limites actuais vão para além destas medidas. São mais de 800 famílias que dependem directamente do mercado do Kikolo, no município de Cacucaco. Instalar-se num estabelecimento comercial daqueles, com vários problemas estruturantes, "não é tarefa fácil". Aliás, conseguir um lugar no mercado tem custos: 300 kwanzas em média ao dia.

É quase consensual o desgaste dos vendedores quanto aos valores cobrados para se fixar no mercado. Ainda assim, há quem tenha a coragem de assumir que os ganhos da venda cobrem as vezes com alguma facilidade, os impostos cobrados fazem, as vezes, esquecer a alegada falta de fidelidade na troca de. Serviços por parte da administração.

Entretanto, não divide opiniões a necessidade de se fazerem trabalhos sérios de estruturação no mercado. Enormes lamaçais, águas paradas, muito lixo e ineficiência na segurança, fazem parte do rol de preocupações dos vendedores daquele mercado.

"No tempo chuvoso, por exemplo, isto torna-se num caso de saúde pública. Há águas sujas quase por todo o lado, para não falar da lama e do lixo. Só a necessidade de dar de comer a família e que nos faz resistir", contou Domingos Ferrão, vendedor da secção de livros do mercado do Kikolo.

"Sentimos, muitas vezes, que o nosso trabalho não é valorizado. Muitos de nós pagamos, diariamente, 200

a 500 kwanzas a administração. Juntando a isso outros gastos, chegamos a desembolsar, em média por dia, um mínimo de 300 kzs. É muito dinheiro para tão poucas condições", atirou o vendedor, que se assume como licenciado em linguística, mas que vê na venda de livros "melhor forma de se sustentar".

"É verdade que, apesar destas dificuldades todas, o que muitos ganham serve para esquecer os problemas que enfrentamos. Há pessoas a construir casas e a fazer grandes investimentos com os lucros conseguidos no mercado", admitiu o vendedor, que revelou que obtém um lucro diário de cerca de 3 mil Kz: "Não ganho tanto como os outros. Mas dá para sobreviver", concluiu.

Localizado numa zona periférica de Luanda em franco crescimento populacional, o mercado do Kikolo é conhecido, igualmente, por registar vários casos de delinquência.

Vários vendedores revelaram ao Novo Jornal gastarem, todos os dias, 50 kwanzas, para garantirem a segurança no interior do mercado. Entretanto, os serviços prestados "não satisfazem".

"Damos, todos os dias, dinheiro aos 'caenches', ligados à segurança, mas estamos insatisfeitos com o serviço prestado. O pior de tudo é que eles largam muito cedo, e o dinheiro que fazemos durante o dia todo corre quase sempre perigo quando estamos prestes a deixar mercado", referiu Ruth Niengani.

A vendedora, de 54 anos, aproveitou a oportunidade para apelar às autoridades governamentais no sentido de desistirem da alegada pretensão de encerrar o mercado:

"Já foi duro termos assistido ao encerramento do Roque Santeiro, que resultou na morte de muita gente. Não façam isso, por favor!", implorou.

3.4 Espaços do mercado disputados

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Nilton Moteiro

Como se sabe, os desalojados dos bairros Calilongue, Chingoma, Pecuária e Fronteira, só para citar os de um corredor, que, depois da enchente, se abrigaram

no Largo da Peça, foram colocados no Mercado da Pecuária, onde dividem os espaços intermédios das

bancadas, que aí, curiosamente, não são aproveitados como camas.

Entre as 22h:06 e 22h:41, de Quinta-feira, 2, a reportagem de O PAÍS esteve no local, onde abordou alguns sinistrados, que, além de situações previsíveis como o desassossego, falaram da disputa do lugar no período nocturno, a fim de se encontrar um espaço.

José Cinco Reis de 57 anos de idade, 22 dos quais a viver no bairro Pecuária, é soba do referido subúrbio. Ele começou por dizer que a escolha do acampamento recaiu a um mercado do género, por ter condições mínimas de protecção em ocasiões de chuva.

"Lá, no Largo da Peça, estivemos ao ar livre e podíamos molhar, caso chovesse, então nos meteram aqui, por ter cobertura e por facilitar a divisão dos bairros", explicou o líder tradicional, de quem também se ouviram reclamações sobre os mais jovens, que, à noite, ignorando os limites estabelecidos por subúrbios, violam espaços limítrofes, partindo para disputa de espaços.

Ouvindo o ataque do soba aos contra a classe juvenil, as senhoras, embora tenham reconhecido que o espaço era aberto, também acusaram os mais novos de atentarem contra o pudor.

"Nós sabemos que perdemos as nossas roupas, mas esses jovens que se andam nus, na hora de dormir e ninguém lhes pode chamar atenção, ficam chateados", queixaram-se, apelando ao Governo para lhes tirar do mercado.

Cinco reis, como é carinhosamente chamado do bairro por vizinhos, familiares e amigos, considerou o seu bairro como o um dos mais afectados, por estar a poucos metros da linha férrea.

Antes de tecer suas considerações sobre o estado actual na também conhecida praça da Pecuária, Manuel Macala de 65 anos de idade, mostrou, com o dedo indicador direito, como estavam dispostas as arrumações que faziam de cama.

"Não há espaços entre uma e outra cama, as pessoas dormem quase juntas e aqui não podemos deitar cedo nem acordar tarde", desabafou o soba, informando, logo a seguir, que os vendedores estão a desenvolver as suas actividades comerciais fora do mercado, porém, chegavam muito cedo, causando, deste modo, um incómodo aos sinistrados.

Ao lembrar sobre o sucedido, Manuel Macala disse que as águas que encheram o seu bairro vieram com uma intensidade jamais vista.

De acordo com o chefe de família, bairro Calilongue foi o mais prejudicados' razão pela qual os residentes desta área estavam, no mercado em maior número.

Relativamente às condições, o sinistrado acha que, nas tendas, a privacidade seria salvaguardada com mais facilidade.

Outros afectados pelas chuvas foram os moradores do bairro Calomburaco, visitados pela equipa deste jornal, na manhã de segunda – feira, 6. Os mesmos queixaram-se de estarem teoricamente desalojados, a comparar com outros sinistrados, como fez questão de referir um indivíduos' que se identificou como integrante da coordenação do bairro.

Reiterando, muitas vezes, a condição de anonimato, anunciou que, no seu bairro, 448 residências tinham sido destruídas pelas chuvas, mas, na paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde estavam alojados, não via um número igual.

3.5 Venda ilegal de combustível causa incêndio no palanca

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Milton Manaça

Quando o Comandante Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (CNPCCB) dava como controlada a situação, na noite de Segunda-feira, 6, tendo inclusive abandonado o local, novas chamas despontaram por volta das 10 horas de Terça-feira, 7, obrigando o regresso dos efectivos dos bombeiros, depois do alerta dos moradores da conhecida Rua zero do bairro Palanca, no município do Kilamba - Kiaxi em Luanda.

Eram no total quatro cisternas com combustível armazenado, duas das quais com a capacidade para 32 mil litros e duas contendo 22 mil litros, sem contar os mais de 20 reservatórios de plásticos de mil litros cada e 30 tambores armazenados no quintal sem qualquer meio de extinção de incêndio.

O pânico tomou conta dos moradores do Palanca que em três ocasiões viram os camiões cisternas dos bombeiros a ligarem as cirenes, tudo porque quando o fogo parecia extinto, novas chamas surgiram dos reservatórios.

Quanto a verdadeira origem do incêndio, os residentes entrevistados por este jornal alegaram

desconhecer as suas reais causas, mas adiantaram que as chamas começaram numa das quatro cisternas com combustível que de imediato atingiu os outros reservatórios.

"O fogo começou às 17 horas e quando os bombeiros chegaram as casas já estavam destruídas. Freamos todos com medo porque o fumo era tanto que mesmo dentro de casa tínhamos dificuldade de ver", disse uma moradora no local que agradeceu o facto de não se ter registado nenhuma perda humana.

Muitos viram-se forçados a passar a noite fora de casa em virtude das altas temperaturas que tomaram conta das paredes, enquanto outros começaram a transferir os haveres para rua dado o alastramento das chamas.

"A minha primeira preocupação foi evacuar as crianças e a botija de gaz porque mesmo distante do incêndio começamos a sentir toda a casa aquecer e com receio preferimos não dormir em casa", contou zola Baptista que abrigou a sua botija num dos colégios situado na outra rua.

No quintal em que deflagrou o incêndio ainda são visíveis os destroços deixados pelo fogo que consumiu todos bens das famílias que lá viviam. O PAÍS, apurou a partir dos próprios moradores, que Jack Sebastião herdou o estabelecimento dos pais, daí que não descartam a possibilidade da actividade do estabelecimento ser do conhecimento das autoridades do município de Kilamba -Kiayi, apesar de admitirem que a venda era feita de forma ilegal.

A jovem Claudeth, por exemplo, revelou que quando passou a residir no bairro Palanca há 17 anos, já encontrou o referido estabelecimento. "Todos aqui sabem que o negócio pertenceu primeiramente ao pai dele e depois de morrer o filho assumiu a herança."

Já Domingos Panzo, de 40 anos, questionou o facto das autoridades do seu município nunca terem feito nada para pôr fim ao tal negócio, reforçando que em várias ocasiões os moradores já assistiram indivíduos supostamente pertencentes à fiscalização deste município a entrar no referido estabelecimento.

"Aqui vinham sempre caminhões trazer petróleo e nós que crescemos aqui temos acompanhado a polícia e a fiscalização a passarem na rua. Também sabemos que eles fazem rondas nas cantinas, por isso, eu acredito que as autoridades sabiam que aqui se vendia combustível", realçou.

Para fazerem valer os seus argumentos, os moradores indagaram a proveniência do combustível, reforçando

que diariamente entravam camiões que faziam descargas de diferentes derivados do petróleo.

"Se esse é um negócio de família feito há muitos anos, acredito também que era do conhecimento da fiscalização porque se assim não for o dono desse estabelecimento teria dificuldades para fazer a venda, enfatizou.

Domingos Panzo, criticou ainda a atitude dos cidadãos que pela ambição de obter lucro fácil colocam em perigo a vida de terceiros. "As pessoas têm que respeitar as regras de convivência e ter em mente que não vivem sozinhos num bairro, portanto, antes de começarem um negócio têm que criar as devidas condições e se legalizar nos locais apropriados".

Mais fiscalização

O porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros (CPPCB), Faustino Minguês, em entrevista a O PAÍS, chamou atenção das autoridades no sentido de haver maior fiscalização no interior dos bairros, dada a facilidade com que muitos cidadãos adquirem quantidades de combustível e as comercializam sem que estejam devidamente licenciados.

No entender desse responsável há necessidade de haver mão dura e responsabilizar os fornecedores destes produtos de modos a evitar que situações desta natureza se propaguem nos bairros dos municípios de Luanda, atendendo mesmo que este não é um fenómeno novo.

"Aqui chama-se também a responsabilidade da Polícia Económica, da Fiscalização e da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), porque há que se saber quem "são os fornecedores para chamá-los atenção sobre os danos causados" .:

O apelo foi extensivo à Empresa Nacional de Combustível, Sonangol, a quem o porta-voz pediu para se responsabilizar pela remoção do combustível que ainda se encontra no local do incêndio, sob pena de emergirem novas chamas por causa das altas temperaturas causadas pela radiação solar.

Faustino Minguês apelou ainda por uma maior colaboração por parte dos cidadãos para que denunciem práticas públicas que possam causar situações do género nos bairros, como este, e que constitui um crime, o armazenamento e a venda ilegal de combustível.

3.6 Táxis sem pintura estão ilegais em Cabinda

Jornal De Angola

11 De Abril de 2015

Texto: Guimarães Silva

As viaturas que continuarem a exercer o serviço de táxi de passageiros na província de Cabinda, nos próximos 60 dias, sem apresentarem as características exigidas não serão apreendidas pelas forças policiais, advertiu ontem o secretário provincial dos Transportes Correios e Telecomunicações.

António Custódio disse que os proprietários de táxis e outros operadores do ramo têm uma moratória de dois meses, para tratarem das licenças de aluguer e pintarem as viaturas a azul e branco.

A medida surge depois de um encontro consensual entre a direcção dos Transportes, Polícia Nacional e os operadores do ramo, que serviu igualmente para esclarecimento sobre o Decreto Presidencial nº 128/10, que visa regular o serviço de táxi. "Este é o momento de disciplinar os táxis na província", disse António Custódio. O responsável dos Transportes reiterou a advertência: as normas para os operadores individuais e empresas de serviço de táxi personalizado têm de ser integralmente cumpridas. Dentro de 60 dias, quem não cumprir, sofre as sanções previstas na Lei.

António Custódio disse que, nos últimos tempos, se tem registado uma grande falta de interesse por parte de empresas que exercem a actividade de táxi personalizado em pintarem as suas viaturas a azul e branco, conforme estipula o decreto.

O secretário provincial dos Transportes informou que ao longo do período de moratória, as autoridades vão continuar a realizar campanhas pedagógicas para seguidamente serem tomadas medidas coercivas.

O presidente da Associação Provincial dos Taxistas, Filipe Binda, considerou salutar as medidas que o sector dos Transportes está a tomar, uma vez que elas vão concorrer para o melhoramento do serviço de táxi e disciplinar o seu exercício em Cabinda.

3.7 O lucro fácil à margem da lei na cidade de Saurimo

Jornal De Angola

12 De Abril 2015

Texto: Adão Diogo

Rosário Dias Mucuta, 21 anos, sai à pressa da cabine da viatura que está a lavar, atraído pela chamada da nossa equipa de reportagem. A "estação de serviço" é um recinto aberto, aparentemente abandonado. Trabalha aqui, todos os dias, durante dez horas.

Um alpendre coberto por chapas de zinco suportadas por uma estrutura de ferro, assente sobre o chão pavimentado, rampa para lavar as viaturas por baixo.

É uma verdadeira estação de serviço, à vista de toda a gente, próximo da Estrada Nacional 230, no bairro Candembe, periferia da cidade de Saurimo.

Num canto está a "pistola" ligada a um dispositivo que suga água do tanque reservatório, subterrâneo, construído em betão. Panos e detergentes fazem parte dos instrumentos de trabalho do jovem Rosário Dias Mucuta. O gerente é Lázaro Xiali, trata das cobranças e pagamentos, inclusive os salários.

À entrada a placa identificativa: "Estação de serviço: lavagem de carros e motos".

O gerente Lázaro diz que "em média lavamos três viaturas por dia, mas temos também lamotorizadas. Aqui cobramos 2.500 a 3.000 kwanzas por cada carro".

Interrogado sobre a legalidade da actividade, remeteu a resposta para o patrão que estava ausente. A maioria das estações de serviço abertas em quintais na cidade e periferias, é, segundo o administrador municipal adjunto de Saurimo, são ilegais. Neves Romão diz que estes empreendimentos são fruto de uma "invasão silenciosa, que adulterou a estética da urbe. Concorre para o aumento de águas residuais, por escassez de colectores e tira sossego aos vizinhos."

Novos espaços

Neves Romão aponta para a necessidade de um trabalho de sensibilização junto dos proprietários das estações de serviço ilegais, para respeitarem as leis. Mas também é necessário definir os espaços e a sua cedência aos interessados. Depois de tudo resolvido "vamos desalojar os ilegais, como fizemos com as roulettes".

O administrador adjunto está ciente das dificuldades e mal-entendidos. Mas a verdade é que existem "inúmeras queixas, feitas pelos lesados vizinhos das estações de serviço ilegais". O cidadão chinês Le Huu Quinh é proprietário da estação de serviço situada nas imediações da escola da curva, parte urbana do bairro Sassamba. Depois de arrendar um terreno construiu um tanque com capacidade para 28 mil litros.

Importou e instalou uma rampa hidráulica e dispositivos de lavagem. Dá emprego a cinco trabalhadores angolanos. O preço de lavagem completa por viatura ligeira é de 3000 kwanzas e lava em média 12 viaturas por dia. Também lava motorizadas a 300 kwanzas.

Custos elevados

Os preços cobrados, diz Le Huu Quinh, "até são baixos, porque tenho muitas despesas, renda do terreno, consumo de água, combustível, alimentação dos trabalhadores. e manutenção dos equipamentos insta 'lados'. Garante que desenvolve a sua actividade dentro da legalidade. Critica as autoridades "por permitirem uma concorrência desleal, protagonizada por pessoas que actuam à margem da lei e prestam um serviço medíocre, justificado pela cobrança por menos de metade do preço ideal".

Atentado à saúde

No que diz respeito à saúde pública o oficial da OMS Armando Aspirante Francisco desconhece se existe uma intervenção dos serviços de saúde no licenciamento das estações de serviço. Levanta sérias dúvidas sobre o comportamento dos proprietários no que diz respeito ao tratamento dos resíduos produzidos em estações de serviço e que podem atentar contra a saúde pública. Armando Francisco quer saber qual o tratamento dado aos óleos e outros produtos poluentes retirados das viaturas. E preciso saber qual o quadro real da situação.

O oficial da OMS suspeita que no quadro de ilegalidade em que decorre o exercício deste tipo de actividade "alguém tira proveito disso" porque existem órgãos da administração local, capazes de fiscalizar e regular a actividade. Se não actuam, é preciso rever a situação.

Fiscalização

O director da Policia Económica na província da Lunda Sul, António Chilala Martins, esclarece que os agentes agem em coordenação com órgãos de outros sectores como Transportes, Saúde e Administração Municipal. O assunto das estações de serviço ilegais

faz parte de uma longa lista de problemas que é preciso solucionar.

Há operadores a trabalhar dentro da legalidade. Defende a necessidade de um levantamento e análise exaustiva da situação para responsabilizar os ilegais. A fiscalização, disse António Chilala Martins, "deve abranger não apenas os ilegais, mas também aos donos de empreendimentos inaugurados e que nunca funcionaram".

3.8 Sustento de muitas famílias está na rua

Jornal De Angola

12 De Abril de 2015

Texto: Kilsia Ferreira

Hoje, uma boa parte da população activa trabalha no mercado informal, fazendo da venda ambulante a alternativa para sair do aperto na hora de fazer contas para a alimentação diária e pagar outras despesas essenciais, como a escola dos filhos e os serviços de saúde. É o caso de Maria Teresa, que ganha a vida fazendo bolos e salgados. Também vende comida típica a quem não quer cozinhar, principalmente aos fins-de-semana.

Maria admitiu que "o negócio está a ser rentável". Através dele, consegue sustentar os filhos, pagar as propinas da escola e cuidar de si. Sempre gostou de cozinhar e os clientes da sua culinária elogiam-na muito.

"Algumas vezes cozinhas para pedidos, casamentos e outras actividades sociais. Mas por causa das dificuldades da vida, decidi passar a cobrar pelos meus trabalhos. Assim, já consigo comprar produtos no Mercado do 30, no Panguila ou mesmo no Quicolo", revelou.

Os preços praticados variam de acordo com o número de pessoas e dos ingredientes. Cobra menos se os ingredientes ficarem por conta do interessado.

O Jornal de Angola conta como é a vida de Márcio Santos e Paula Cristina, cujos rendimentos provêm da venda de lanches no bairro onde residem. Antes de entrar no negócio, Paula Cristina trabalhava como empregada doméstica. Abandonou o trabalho porque o patrão a tratava mal.

Hoje, Paula vende sandes de figado, queijo e fiambre, por 100 kwanzas. Diariamente faz cinco mil kwanzas.

Não diz como gere a actividade porque "o segredo é a alma do negócio". O marido vende água e refrigerantes.

Tina Manuel faz o seu negócio ambulante com roupa usada, nas imediações do Mercado dos Congolezes. A roupa de fardo é a sua salvação: "Passei muitas dificuldades". Mãe de três filhos, Tina está no negócio há 12 anos e diz que o seu grande sonho é abrir um espaço exclusivo para roupa de fardo.

O negócio é rentável. Por semana, ganha 20 mil kwanzas. Mensalmente, Tina vende três "balões" de roupa de fardo.

Hélder António Baxe, de 35 anos, tem um curso de artes plásticas. Faz desenhos do Homem Aranha, Minnie e Mickey, além das "princesas" da Disney.

Hélder disse à nossa reportagem que, na altura em que começou a trabalhar com madeira, estava desempregado e procurava qualquer coisa para sustentar a família. Fez o ensino médio na escola Macarenko. Só mais tarde entrou nas artes plásticas.

A ideia de decorar festas com bonecos famosos de madeira surgiu de um amigo. "Ele queria dar uma festa ao filho e pediu-me para desenhar na parede algumas imagens de bonecos famosos e assim se fez", contou.

Depois daquela festa surgiram outros pedidos: "Decidi inovar, fazendo bonecos de madeira para decoração de casas e festas".

O jovem está no mundo da decoração há sete anos. Em cada festa que decora, cria um cenário diferente. "Hoje, estou firme no mercado informal, graças à minha capacidade de fazer negócios. Para chegar até onde estou, foi graças a organização e entrega ao trabalho".

Hélder aposta agora na legalização da sua empresa, que conta já sete funcionários.

Informalidade e certificação

José Severino, presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), diz que "a informalidade é um sério problema, a vertente mais visível é a do comércio de rua, em que cidadãos procuram a sua sobrevivência".

Por isso, a forma de conter esse movimento é pela certificação dos vendedores existentes, levá-los para pequenos mercados, em diversos pontos da cidade e formá-los com padrões de higiene e normas de comércio. "Ter uma definição de bens expressamente

proibidos para venda de rua, como carne, medicamentos e bens importados, é fundamental", afirmou.

"Não se deve esquecer que a essas pessoas ainda não foi oferecida uma oportunidade de trabalho. Têm famílias para sustentar e muitas vezes vendem bens que preenchem vazios comerciais, prestando um bom serviço aos consumidores. Há vários casos de sucesso noutras cidades do mundo que podem ser transportados para o nosso país", afirmou.

O presidente da AIA defende que a industrialização tira muitos jovens da informalidade, pois, além das vantagens materiais, essa actividade permite ao jovem criar novos horizontes, profissionais e educativos. Mas, admitiu que "o eixo de suporte tem de ser via fixação de jovens nas suas áreas de origem, desenvolvendo os serviços de educação, agricultura, agro-indústria e construção civil".

José Severino aponta outras actividades com potencial, como o artesanato e o turismo.

3.9 Administração proíbe venda

Jornal De Angola

17 De Abril de 2015

A Administração do distrito urbano do Kilamba Kiaxi vai ser rigorosa com quem insistir em comercializar na via pública e noutros locais impróprios, prometeu o seu administrador num encontro com líderes religiosos.

Domingos Lourenço anunciou na mesma altura que a Administração vai realizar uma operação para acabar com a venda desordenada, recolher os bens encontrados na rua e punir os infractores.

O administrador do distrito do Kilamba Kiaxi pediu o apoio das Igrejas na luta para acabar com a venda ilegal na via pública, delinquência juvenil e poluição sonora, bem como pela melhoria da higiene do município, que tem grandes focos de lixo.

"As Igrejas e o Estado têm de estar unidos para o bem da população" referiu e salientou que "dentro de três meses os cidadãos têm que notar mudanças no distrito".

Domingos Lourenço também falou do lixo e da venda desordenada em frente às igrejas, institutos

superiores, universidades, instituições de saúde e estabelecimentos comerciais.

Os religiosos prometeram trabalhar com as autoridades na resolução daqueles problemas na melhoria da imagem do distrito urbano.

Os religiosos alertaram para alguns dos problemas do distrito, entre os quais salientaram a falta de contentores para o lixo e os da de água e energia eléctrica, apelando ao fim das ligações anárquicas.

3.10 Não é possível encerrar todas as cantinas dos estrangeiros

Jornal Grande Notícia
17 De Abril de 2015

O estrangeiro pode exercer o pequeno negócio concretamente nas cantinas?

O comércio precário, ou pequeno comércio, é exclusivo aos nacionais e os alvarás são emitidos apenas para angolanos. Mas temos constatado que há nacionais que fazem trespasse de alvará e arrendamento de espaço aos estrangeiros. Em muitos estabelecimentos, quando a inspecção procura saber da documentação, ela está passada em nome de angolano, mas é o estrangeiro que fica à frente do negócio. Esta é uma prática contrária à lei que tem motivado múltiplas inspecções de carácter multissetorial que pretendem acabar com essa prática.

Há trespases de alvará?

Com certeza. O Ministério está atento a isso e, nesses casos, toma medidas que passam, entre outras, pela 'cassação' do alvará. No ano passado, a inspecção levou a cabo a 'Operação Cantina' que encerrou cerca de 40 cantinas, por essa e outras práticas, com vista a organizar o comércio.

Mas o quadro não mudou, os estrangeiros continuam a dominar esse mercado...

Acabar com os estrangeiros nas cantinas é um trabalho que vai continuar e que precisa da colaboração de todas as pessoas. A nossa acção é permanente. Mas com o fim do antigo alvará em Agosto pensamos que muitas irregularidades ficarão

ultrapassadas. Humana e tecnicamente, não é possível encerrar todas as cantinas, até pelos

efeitos económicos que a medida pode provocar, porque as cantinas são um mal menor. Portanto, é um processo que leva o seu tempo. Vamos trabalhar para fazer cumprir a lei.

Um único alvará pode ser copiado e servir para várias cantinas?

Não, não é ormal. Antigamente, era permitido que o proprietário de um único alvará averbasse para criar uma filial noutra bairro ou município. Mas agora não. Cada estabelecimento deve ter um alvará que é intransmissível. E estamos também a combater quem faça isso, e uma das medidas é a cassação do alvará.

Nota-se ainda muitos alvarás antigos. Até quando vão vigorar?

Neste momento, há um período de convivência entre o novo e o antigo que vai até Agosto deste ano. Depois deste prazo quem for encontrado a exercer comércio com alvará antigo será punido.

Há inspectores do Ministério do Comércio que levam os alvarás e só devolvem em troca de dinheiro. São punidos?

Temos recebido queixas deste tipo. A retirada do alvará é um procedimento normal, nos casos de se constatar irregularidades' mas levar a casa já ofende o que está estipulado na lei.

Perante estas queixas que recebe quem fiscaliza o inspector?

Quem se sente lesado por alguma má prática do inspector durante a sua actividade, deve denunciar ao Ministério do Comércio e os órgãos afins terão mecanismos para sancionar. Os agentes comerciais não devem consentir.

Há casos de inspectores sancionados?

Por corrupção não. Mas por outras práticas, na relação com os agentes económicos já punimos.

O número de inspectores é suficiente?

O número é insuficiente, temos uma média de seis inspectores por província, com excepção de Luanda que tem cerca de 130. A lei proíbe a entrada de produtos com rotulagem em língua estrangeira, nas continua a ser violada... violada muito raramente. Quando se verifica, a inspecção impede a entrada do produto no mercado. Agora é preciso esclarecer que há produtos que entram pela via terrestre e talvez aqui sim Mas estamos atentos a isso.

Há comerciantes que falsificam as datas de validade dos produtos?

É verdade, isso é um facto. Há casos deste tipo, o que é preocupante porque ameaça a saúde pública. É crime de falsificação de data e isso inscreve-se nos crimes contra a economia e essas denúncias têm sido tratadas pela Polícia Económica.

A Inspeção do Comércio actua no mesmo espaço que a Polícia Económica. Qual é o limite de cada órgão?

O gabinete de inspeção efectua fiscalizações e inspeções em toda rede de comércio, portos, aeroportos, fronteiras e estabelecimentos. A Polícia Económica atende todos os crimes económicos e outras matérias. Essa é a separação das áreas. Mas em determinadas alturas desenvolvemos acções conjuntas. Corpo do texto. Corpo do texto.

3.11 Projecto “Meu Táxi Angola” fomenta emprego para jovens

Jornal Economia e Finanças

17 De Abril de 2015

Texto: Ismael Botelho

O projecto "Meu Táxi Angola", lançado esta semana, em Luanda, pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, vai criar mais de cem postos de trabalho e incentivar os jovens angolanos à cultura do empreendedorismo. O projecto ora lançado, enquadra-se nas comemorações do dia da Juventude, que se celebrou nesta terça-feira (14 de Abril). O mesmo começou a ser pensado há mais de um ano e meio, e só agora foi concretizado. Esta iniciativa é promovida pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com a Organizações Chana, que pretende colocar mil táxis nas comunidades, estabelecendo compromissos de negócios entre os jovens candidatos e o promotor.

Para Gonçalves Muandumba, além do projecto ser inovador e bastante promissor, este vai em consonância do Plano Nacional de Desenvolvimento para a Juventude. O projecto, segundo disse o ministro, tem ainda a participação dos Ministérios dos Transportes, do Interior, do Trabalho e Segurança Social, governos provinciais, associações juvenis e estudantis. "Os jovens devem ver nesta iniciativa uma oportunidade de mudança de vida. Esse projecto vai continuar e é extensivo às outras províncias. É para aqueles que querem trabalhar, para empreendedores dedicados aos trabalho", alertou.

Por sua vez, o director geral do Instituto Angolano da Juventude, Cláudio Aguiar, que na ocasião levou a iniciativa do Ministério da Juventude e Desportos e da Organizações Chana, empresa que disponibilizou os meios para gerar empregos para os jovens, disse que o projecto reveste-se de grande importância para o país. "Marcamos mais um passo na concretização do Plano Nacional de Desenvolvimento, que vai incentivar a juventude ao empreendedorismo", reconheceu.

Já o director geral da Organizações Chana, Paulo VaI Neto, que dirige a empresa detentora das viaturas e gestora do projecto, frisou na apresentação do mesmo, que o objectivo da iniciativa é oferecer e garantir o auto emprego aos jovens e contribuir para a diversificação da economia, além de permitir a geração de riqueza. "A nossa maior preocupação é criar emprego e riqueza", disse.

Essência do projecto

De acordo com Paulo VaI Neto, o "Meu Táxi Angola" é um projecto baseado num sistema de franchising, onde o jovem tem acesso ao usufruto de uma viatura para uso profissional, bastando para o efeito, reunir os critérios de selecção e garantir o pagamento de um montante fixo diário de seis mil kwanzas, sendo o remanescente a sua remuneração pelos serviços prestados aos seus clientes. O serviço de táxi estará disponível 24 horas, georeferenciado, através de um Call Center e com acesso facilitado por plataforma e aplicação em telemóvel (Android e IOS).

Segundo ainda informou, o candidato ideal pode cadastrar-se de forma individual ou como membro de uma cooperativa e o seu perfil deve obedecer aos seguintes critérios de selecção: possuir uma carta de condução, ter mais de 20 anos, ter a situação pessoal legalizada, disponibilidade para receber formação associada a este serviço, demonstrar perfil de empreendedor, desejar apostar no desenvolvimento do seu negócio, na sua comunidade e na área do transporte de passageiros, não beber álcool, ter boa apresentação pessoal, boa postura e facilidade de comunicação e submeter-se aos testes obrigatórios de aptidão e de condução. "Na adesão ao "Meu Táxi Angola", os jovens devem preparados para a obtenção das receitas mínimas obrigatórias anteriormente estabelecidas, resultantes da realização da actividade diária desenvolvida", referiu.

Gestão do projecto

A gestão do projecto será realizada pela Organizações Chana, nas instalações do Estádio 11 de Novembro, em Luanda. O "Meu Táxi Angola" constitui-se como um projecto de empreendedorismo juvenil inovador

e de reforço da rede de transportes públicos ao serviço do cidadão.

Os aeroportos, principais hipermercados, zonas de conveniências, centros institucionais, estádios e pavilhões, centralidades, restaurantes, discotecas e igrejas, preferencialmente. Já o acesso ao serviço pode ser feito através de telemóvel ou tablets, com pontos de apoio no aeroporto internacional de Luanda, terminal de voos domésticos, Sambizanga, centro da cidade, Vila Alice, Miramar, Cacuaco, Viana, Kilamba, Talatona e Benfica, onde o modelo de governação empresarial da iniciativa está fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade, necessários para criar valor acrescentado na sua trajectória de crescimento e gerar riqueza junto dos jovens e as suas famílias.

Modelo de gestão

O modelo de gestão vai se basear num organigrama, que obedece às políticas de recursos humanos, definições de funções e responsabilidades, gestão de reclamações e plano de comunicação e marketing, com um sistema de legalização deve passar por um alvará de transportes, seguro de responsabilidade civil e de ocupantes. A iniciativa conta também com uma sala de monitoramento e controlo.

3.12 Sem mãos e força para encerrar cantinas

Jornal Grandes Notícias

17 De Abril de 2015

Texto: Rosa Pacavira

Que a actividade comercial em Angola anda, há muitos anos, mergulhado. Numa maré de desordem não é novidades. Alvarás ilegais e angolanos que cedem ilegalmente documentos a estrangeiros. No Palácio de Vidro vários são os diplomas que, até ao momento, já foram ensaiados, para mudar o quadro, mas tudo continua desandado. É confrange dor num sinal de manifesto atestado de incompetência - ouvir-se dizer que não há capacidade de encerrar todas as cantinas existem no país. É lamentável! Não se pede o encerramento das cantinas, mas, sim, uma regularização do exercício desta actividade, sobretudo por parte de cidadãos estrangeiros. É que ao admitir esta incapacidade, de encerrar cantinas, o ministério de Comércio incentiva à continuidade da desordem do comércio precário.

3.13 Um negócio altamente perigoso

Semanário Angolense

18 De Abril de 2015

Numa ronda efectuada pelo Semanário Angolense (SA), constatou-se que existem nas ruas do Palanca mais de uma centena de casas de lubrificantes, todas a trabalhar sem qualquer adopção de medidas de segurança.

Durante a reportagem naquela zona, os populares foram unânimes em afirmar que a prática é reprovável, mas os comerciantes continuam a desobedecer aos conselhos. Uma das moradoras da respectiva comuna, há mais de trinta anos, Antónia Araújo, disse que o incêndio da semana passada que afectou três residências e destruiu igual número de viaturas, para além de ter consumido mais de 40 mil litros de combustível, não é o primeiro que acontece nas residências em que se armazena e vende-se produtos inflamáveis, principalmente combustíveis.

Por este facto, a entrevistada apelou às entidades de direito a reverem a situação, tendo em conta os riscos de vida que correm as pessoas residentes na circunscrição. A cidadã denunciou que muitos comerciantes são abastecidos no período nocturno por empresas de construção civil que operam em Luanda, sobretudo chinesas.

«Quem trouxe essa moda de vender combustível no país são cidadãos provenientes da República Democrática do Congo (RDC). Nós denunciámos tais actos e esperamos que a polícia ponha termo a estas situações», disse Antónica Araújo, acrescentado que os populares correm, geralmente, «sérios riscos de vida devido às condições impróprias de venda e ao descuido dos vendedores que só se preocupam com os lucros».

Mana Senga, moradora da rua G do Palanca há mais de 15 anos, considerou o incêndio da semana passada como sendo um alerta para aqueles que insistem em dedicar-se ao negócio dos combustíveis. «Sou de opinião que as pessoas que encobrem estes negócios sejam levadas a tribunal, para servirem de exemplo aos demais», disse.

Justificações que não colhem

Outra moradora da respectiva zona e comerciante de combustível, Maria Olímpio, disse ao SA que exerce a actividade para sobreviver. «Exerço este negócio há 10 anos porque tenho que procurar o sustento dos filhos e pagar as propinas no colégio», argumentou a interlocutora, acrescentando que a vida lhe tem sido muito difícil. Contudo, uma curiosa que ouviu o desabafo comentou por sua parte: «Quem vive em situação difícil não põe os filhos no colégio com escolas públicas ao dispor. São apenas desculpas para justificar o mal que fazem»!

Maria Olímpio informou que obtém o produto nos postos oficiais de venda de combustível e em camiões cisternas de empresas públicas e privadas que desviam o produto para o vender a quem quiser. Não aceitou falar dos preços, mas reconheceu ser uma prática desaconselhada.

Ao longo do percurso no interior do Palanca, a reportagem do semanário Angolense encontrou três candongueiros de nacionalidade congoleza que efetuavam a venda ilegal de gasolina, cada um com um preço diferente. Enquanto um estava a vender cinco litros de gasolina por 700 Kwanzas, mesmo ao lado, outro cobrava 600 Kwanzas e o terceiro, que apregoava a venda como «preço da igreja», cobrava, pela mesma quantidade, apenas 500 Kwanzas.

O preço do litro de gasolina nos postos de venda oficial custa, actualmente, 90 kwanzas. A origem dos produtos, não aceitam divulgar, «é segredo», como disseram.

Mas alguns vendedores assumem que compram os combustíveis e lubrificantes nos postos de abastecimento e depois revendem-nos a preços especulativos.

Papa Fredy, é vendedor há três anos e vende óleo para motores a gasolina e diesel: «O meu trabalho é legal e tenho documentos que o comprovam». O vendedor disse que não foi credenciado pela Sonangol mas tem o alvará que lhe permite comercializar esses produtos. «Alguns produtos compramos na Hyundai, na Rua direita da Samba. Não fazemos misturas, há pessoas que vendem óleos adulterados mas nós não e nunca ninguém reclamou», afirmou.

4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICO E TRANSPARENCIA

4.1 Debate na especialidade do OGE rectificado

Jornal Terra Angolana
3 De Abril de 2015

Tendo sido enviado para debate na especialidade, o novo texto do OGE rectificado foi discutido, desta vez sem a presença dos parceiros sociais (o que desde já identifico como muito negativo). Alguém se achou com competências para excluir a participação/auscultação dos parceiros sociais. Esta não convocatória, conforma uma violação, reduzindo assim uma componente participativa, de valor relevante e de inspiração democrática na elaboração de um Orçamento Geral do Estado. Passou-se de um OGE de Kz 7 251,8 mil milhões, aprovado em Dezembro de 2014 para este novo OGE rectificado no valor de receitas e despesas previstas para 5 454,02 mil milhões para o ano de 2015.

Estamos perante uma substantiva redução do OGE, em especial se tivermos em referência os OGE aprovados nos em 2013 e 2014, todos eles na ordem dos 75 mil milhões de USD. Ora a queda abrupta esta relacionada com a baixa do preço do barril de petróleo, que chegou a baixar dos 50 USD, estando agora um pouco acima dos 60 USD. Como nos afirmam os bons economistas, "em tempo de vacas gordas, poupa-se, para depois se gastar em tempo de vacas magras". Ora o Governo angolano agiu exactamente em sentido contrário: mesmo usufruindo de orçamentos bilionários, gastou as poupanças, sob a forma de múltiplos fundos e reservas estratégicas. E gastou e que? Ninguém sabe explicar! Simplesmente desapareceu a reserva de segurança e de garantia do futuro para todos nós, pois o petróleo um dia acaba e resta-nos ter aplicado muito bem, em diversificação económica e em saber, as mais valias que tivermos tido.

Mas acordamos e as mais valias desapareceram, nos mil esquemas de corrupção, em transferências bilionárias para paraísos fiscais, em investimentos através das dezenas de subsidiárias da Sonangol, sem quaisquer retomo! Em roubo descarado, que esta na

base do enriquecimento ultra veloz das elites do poder político, actual. A factura pesada vai ser paga par todos nós e muito em especial pelas gerações vindouras que vem assim diminuir as suas expectativas de herdarem um país melhor.

A palavra de ordem é "A CRISE"! Não haveria nenhum motivo para se falar de crise, pois as poupanças dos últimos 12 anos, permitiriam, sem nenhuma dificuldade, cobrir o actual deficit orçamental, evitando inclusive o recurso ao endividamento. A nossa dívida esta muito próxima de atingir os 50% do PIB, que para um país praticamente dependente do petróleo, começa a tomar-se muito perigoso para a estabilidade económica e mesmo política. Os membros do Governo angolano, do topo da hierarquia a base, tem de se submeter a uma absoluta reconversão, para que o país não se afunde. Devem proceder e com urgência a reforma do Estado, adoptando novas praticas de boa governação, devem deixar de fazer negócios consigo próprios, isto é, por exemplo: os Ministros deixarem de ser os clientes dos seus próprios ministérios, proprietários das empresas que prestam serviços aos seus próprios ministérios. Com tais praticas anulam a competente de Fiscalização, indispensável para garantir o rigoroso cumprimento dos contratos. Por essa razão pagamos tudo caro, pois os fiscais receiam os seus chefes! As estradas tem uma duração inferior a um mandato, porque os orçamentos são distribuídos entre a empresa construtora e a tutela... o resultado são imensas vidas que se perdem em acidentes, são danos materiais elevadíssimos, são danos que se transformam em elevadas custos a outros sectores, como por exemplo a saúde, etc...

Estas e muitas outras chamadas de atenção foram dirigidas pelos Deputados da UNITA aos membros do executivo, nos debates de especialidade. Especialmente chamadas de atenção dirigidas ao:

Ministro de Estado e da Casa Civil do Presidente da Republica, pelo arrastar dos incumprimentos dos Pendentes dos Acordos e Protocolos de Paz, que ano após ano, não vem inseridos no OGE a sua previsão de cumprimento, colocando o Governo angolano como incumpridor dos Acordos que subscreveu; Ministro das Finanças pela falta de incapacidade ou impossibilidade de poder explicar o destino dos fundos bilionários desaparecidos, que só os resultantes do diferencial entre o preço fixo do petróleo e o preço real, nos últimos 4 anos, atingiram cerca de 36 mil milhões de USD. Façamos então contas do valor resultantes dos últimos 10

anos!.. Uma autentica roubalheira dos NOSSOS SONHOS!

Ministro da Comunicação Social, pela escandalosa postura de todos os órgãos de comunicação social públicos, que não prestam serviço publico, que não o pluralismo, que se comportam como dependências ao serviço do MPLA, que funcionando com dinheiros públicos não cumprem com o Objecto Social para o qual foram criados, assumindo-se muitas vezes como veículos atentatórios da reconciliação nacional. Muito há que mudar neste sector de governação, em grande descaminho. Naturalmente que a responsabilidade não reside apenas no Ministro da tutela, que certamente recebe as comuns "ORDENS SUPERIORES" e que tem sobreposto a si o GRECIMA a controlar e a instruir as redacções dos órgãos públicos, Ainda uma palavra para a desactualização absoluta da Lei de Imprensa, com dramáticas consequências para todos os profissionais ligados a classe jornalística;

Ministro da Construção, que esperamos tenha chamado os seus Assessores e iniciado uma viagem de constatação do degradante estado da maioria das estradas nacionais, que apesar de recentemente terem gasto centenas de milhões de USD para serem recuperadas, constituíram-se num martírio para todos os angolanos que as tenham de utilizar. Casos mais graves: Catete Dondo, Waku - Huambo ; Luanda Sumbe - Lobito; Lobito - Alto Rama; as vergonhosas lombas construídas antes e depois da Barra do Kwanza e os paralelepípedos colocados no piso a darem cabo dos pneus, nunca vistos e que as construtoras estrangeiras que os constroem ou colocam aqui, não o repetem nos seus países de origem; as pontes construídas apenas numa das faixas, existindo na outra faixa blocos de cimento a espera dos carros e que se encontram muitas vias deste pais, casos da Quibala - Gabe-la - Cruzamento ou Negage - Ndalatando; da a ideia que construíram meia ponte porque a verba da restante meia ponte foi para o bolso de algum corrupto no executivo;

Governador do Banco Nacional de Angola - todo o discurso publico não vem confirmado na elevada depreciação do valor do Kwanza em relação as restantes moedas. A incapacidade de controlar o hiper inflacionado dólar, com consequências desastrosas para as famílias que têm filhos a estudar fora, que careçam de assistência sanitária a familiares, a quantos careçam de viajar por razões profissionais, sujeitos a gastos incomportáveis, mas que deixa a ideia da existência de canais bem definidos que ligam as kinguilas aos gabinetes bancários.

Os recados foram dados. A ver vamos se como de costume, teremos ouvidos de mercador e os custos a

serem todos transferidos para as famílias e para o consumidor, que desprotegido, pade a factura por inteiro.

4.2 Dívida pública Semanal sobe 20%

Novo Jornal

10 De Abril de 2015

A dívida pública colocada por Angola na primeira semana de Abril subiu 20%, para 13,6 mil milhões de kwanzas, segundo dados do banco central compilados.

De acordo com o relatório semanal sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto operador do Estado, o banco central colocou entre 30 de Março e 2 de Abril cerca de 7,4 mil milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro (BT). Ainda para a gestão corrente do Tesouro Nacional, e no mesmo período, o BNA colocou 2,2 mil milhões de kwanzas em Obrigações do Tesouro (OT).

Neste período, as maturidades das OT variaram entre os 2 e os 5 anos, com as taxas de juro a oscilarem entre os 7 e os 7,77%. No caso dos BT, as taxas de juro cifraram-se, em media, nos 6,78% na maturidade de 364 dias. Soma-se a dívida publica vendida directamente ao publico, que ascendeu 4 mil milhões de kwanzas neste período, com as taxas de juro a descerem para 7,64% ao ano, face aos 8,08% da semana anterior.

No total da dívida publica colocada pelo pais trata-se de urn aumento de 20,3% face a semana anterior, que então se cifrou em 11,3 mil milhões de kwanzas. O Governo angolano prevê urn endividamento público para 2015 a rondar os 20 mil milhões de dólares, a captar também junto de investidores privados.

Este endividamento e necessário para garantir o financiamento do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2015, compensando as quebras nas receitas petrolíferas, e distribui-se em partes iguais pelo mercado externo e interno.

O acesso dos investidores privados pode ser feito através de BT, de prazos mais curtos e com taxas de juro que variam entre os 4,5% (a 91 dias) e os 6% (364 dias), num montante total a colocar pelo Estado equivalente a 402 mil milhões de kwanzas.

Igualmente acessível a investidores privados através do BNA estão as OT, com maturidades de 2 a 5 anos, e taxas de juro de 7%, descrita pelo Governo angolano como um dos mais altos retornos do mundo neste tipo de produto financeiro.

O Estado angolano espera arrecadar, nesta componente, mais de 480 mil milhões de kwanzas este ano, apesar da situação económica e financeira desfavorável nos pais, face a quebra nas receitas do petróleo.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Assembleia Nacional rejeita autonomia do reino Lunda

Novo Jornal

3 De Abril de 2015

A Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro da Assembleia Nacional chumbou, segunda-feira, em Luanda a pretensão do "Comité Executivo do Protectorado Lunda-Tchokwe".

A Reino Lunda abrange um vasto território no interior de Angola, de norte a sul, envolvendo as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Kwando Kwabango.

Os promotores desta reivindicação baseiam-se num acordo celebrado entre os representantes de Portugal e da Bélgica, antigas potências coloniais na região, antes da Conferência de Berlim (1884-1885), que delimitou as fronteiras das colónias africanas.

A Assembleia Nacional recorda que o referido acordo "não respeitou a história, as relações étnicas e os laços de consanguinidade existentes entre os seus povos". Contudo, para "prevenir potenciais conflitos armados", devido a disputas territoriais, a Carta da Organização da Unidade Africana e da União Africana estabelecem a "intangibilidade das fronteiras herdadas das potências coloniais, como norma imperativa".

O "Movimento do Protectorado Lunda-Tchokwe" denunciou no final do mês de Março, que três dos seus activistas foram detidos pela Polícia Nacional de Angola na província da Lunda – Norte, na posse de material de propaganda alusivo a causa independentista deste território.

Na área norte deste território (Lundas) está concentrada a produção angolana de diamantes, a segunda principal fonte de receitas em Angola, depois do petróleo.

Recentemente, um responsável da comissão do referido manifesto, defendeu um diálogo com o governo angolano para discutir a autonomia da região.

Numa entrevista a Voz da América, José Mateus Zeca Mutchima disse que o objectivo da sua

organização é conseguir a autonomia para o desenvolvimento da zona leste de Angola como parte integrante de Angola.

"Embora no passado a Lunda tivesse sido "independente" o objectivo é a autonomia como parte integrante de Angola", disse.

Acrescentou ainda que "as Autoridades angolanas deveriam abordar a questão no imediato pois", continuou, "os problemas devem ser resolvidos antes de se tornarem questões mais difíceis de resolver".

Com base em tratados históricos com as autoridades portuguesas, a organização reivindica a autonomia de uma vasta região que engloba as províncias do Kwando Kubango, Moxico e Lundas norte e sul. Zeca Mutchima ressaltou que sabe que conta com o apoio popular porque ele próprio faz parte de uma família de dirigentes tradicionais que conhecem as aspirações das populações.

5.2 O município e a economia

Jornal de Angola

10 De Abril de 2015

A diversificação da economia é assunto que tem suscitado muitos debates, em que tem participado activamente empresários nacionais, que são o segmento da sociedade que terá a grande responsabilidade, por via das suas unidades produtivas, de colocar na rota de um crescimento económico que não esteja excessivamente ancorado na produção petrolífera. Os decisores políticos a diferentes níveis tem plena consciência da importância que cessa da diversificação da economia representa para o país, do a ser executadas com maior celeridade políticas públicas promovam efectivamente a expansão da actividade económica.

É inegável que as diferentes províncias do país tem potencialidades sobre as quais o nosso empresariado nacional se deve concentrar, sendo necessário que as unidades produtivas não surjam apenas em grande quantidade, mas que tenham também um nível de organização.

É positivo o facto de se estar a criar muitas empresas, em particular as micro e pequenas unidades de produção, mas em que as iniciativas empreendedoras tenham sustentabilidade muitos jovens que estão a abraçar a vida empresarial e é necessário que se continue a incentiva-los a contribuir, com os seu

projectos produtivos, para o crescimento do país. É visível hoje o grande envolvimento de instituições publicas no apoio ao e sari ado nacional, na perspectiva deste se ir afirmando no IT dos negócios e de as suas unidades produtivas serem competitivas. Percebeu-se definitivamente que as empresas são um I incontornável da economia e promover o seu surgimento E as condições para uma diversificação da actividade económica que, alem de impulsionar a produção de bens e serviços em 1 país, vai ajudar a combater a pobreza e o desemprego.

O Estado, ao assumir o papel de promotor de um bom ambiente de negócios nos país, esta a remover, por exemplo, os obstáculos ordem burocráticos impeditivos do desenvolvimento de boas iniciativas privadas. O Estado tem estabelecido mecanismos para guardar a livre iniciativa económica e empresarial e o respeito pela propriedade privada e assegura que o desenvolvimento económico nacional seja harmonioso. Todos sabem que a diversificação economia não se fará num só dia. É um processo que leva algum tempo. Mas temos de começar a trabalhar já para que Angola avance 4 to para chegarmos ao que todos nós desejamos: uma economia robusta que retire o máximo proveito das nossas potencialidades.

Estas potencialidades não podem permanecer adormecidos Somos nós, os angolanos, com a ajuda da cooperação estrangeira, quando for caso disso, que temos de dar o grande impulso para que o país conheça não só um crescimento contínuo, mas boa qualidade de vida para todos. A questão da diversificação economia não pode ser encarada como sendo apenas um as que diz respeito aos órgãos centrais da Administração do e a diversificação da economia deve ser também tratada pelos órgãos da Administração Municipal. Ao nível dos nossos municípios deve-se dinamizar o aparecimento de iniciativas em riáis. Não devemos esquecer que há municípios em Angola cerca de um milhão de habitantes.

Não se pode subestimar a importância dos nossos municípios disse um governante do nosso país que a vida começa a nível município. A actividade empresarial, particularmente a de J: na dimensão, deve passar a ser também uma das preocupadas nossas administrações municipais, que podem, por exemplo de incentivar as iniciativas empresariais, contribuir para se reduzir substancialmente a informalidade da nossa economia. A Administração Local do Estado deve participar no grande esforço faz para se relançar o empreendedorismo e fortalecer o sector privado. Temos de começar a olhar para os municípios como respondem e devem ser parte da Solução de muitos problemas. que populações.

Os governadores provinciais devem, enquanto sectantes da Administração Central do Estado nas respectiva províncias, fomentar as actividades económicas nos municípios do especial atenção a iniciativas privadas que possam contribuir para reduzir as assimetrias regionais.

A diversificação da economia e uma questão que deve preocupar toda a Nação. Que todos vejam neste processo uma grande oportunidade para superarmos muitas das nossas dificuldades. Com organização e entrega total ao trabalho, conseguiremos no futuro ter um país diferente, com menos problemas e mais prosperidade.

5.3 MAT vai lança Lei Orgânica sobre Comissão de Moradores

Novo Jornal

10 De Abril de 2015

O Ministério da Administração do Território realiza no dia 16 de Abril de 2015, quarta-feira, no Palácio da Justiça, em Luanda, a cerimónia de lançamento da discussão publica da proposta de Lei Orgânica a sobre a Comissão de Moradores.

Segundo uma nota de imprensa a que o Novo Jornal teve acesso. Pretende-se, com esta iniciativa, dar a conhecer e esclarecer o conteúdo da proposta de Lei Orgânica sobre a Comissão de Moradores a fim de ser debatida entre os diversos sectores da sociedade, tendo em vista a recolha de contribuições que enriqueçam a proposta a ser submetida a apreciação e aprovação da Assembleia Nacional.

A iniciativa surge no âmbito da promoção de medidas legislativas que visam dar corpo e dinamizar a organização infra-municipal de base, encontrando tutela jurídica no nº 2 do artigo 2130 da Constituição da Republica de Angola que preconiza "modalidades especificas de participação dos cidadãos" como uma terceira categoria do Poder Local.

Dela emerge a figura da comissão de moradores que, como organização popular de base, visa simultaneamente a máxima descentralização dos poderes públicos. A aproximação dos serviços da administracao as populações, a desburocratização bem como a democracia participativa.

A sessão de lançamento da discussão pública da proposta de Lei Orgânica sobre a Comissão de Moradores será presidida pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

Participação do acto, no Palácio da Justiça. Membros do executivo, governadores provinciais, administradores municipais, autoridades tradicionais, organizações não-governamentais, policia nacional, docentes e estudantes.

5.4 IFAL vai formar 4.608 quadros das administrações locais

Novo Jornal

17 De Abril de 2015

Texto: David Filipe

O Instituto DE Formação da Administração Local (IFAL) prevê formar este ano, 4.608 quadros das administrações locais, afirmou recentemente, em Luanda.

Segundo uma fonte da instituição, a missão estatutária do IFAL e de formar e capacitar os técnicos e agentes da Administração Local, sobretudo com a visão estratégica da desconcentração da formação, criando para o efeito novas dinâmicas na mobilidade e na gestão da formação.

De acordo com a mesma fonte, para presente ano, serão formados no curso para altos dirigentes e responsáveis da Administração Local cerca de 360 formandos, como governadores provinciais, vice-governadores, secretaries províncias, directores provinciais, administradoras municipais e adjuntos e ainda inspectores provinciais.

5.5 Discussão sobre Lei de Comissão de Moradores

Jornal Agora

17 De Abril de 2015

O Ministério da Administração do Território (MAT) deu início, nesta quarta-feira, em Luanda. À discussão pública da Proposta de Lei Orgânica sobre a Comissão de Moradores, visando criar maior participação dos cidadãos na gestão dos assuntos das comunidades.

O titular do MAT, Bornito de Sousa, apresentou os objectivos da discussão pública do referido diploma, tendo assegurado que, no futuro, a nível dos municípios, serão criadas autarquias locais, órgãos que abarcam as autoridades tradicionais e outras formas de organização dos cidadãos que constituem o poder local.

O governante disse tratar-se da organização e da estruturação dos bairros e povoações e o modo de participação e intervenção dos cidadãos na resolução dos problemas locais.

Nestes escalões, de acordo com ele, colocam-se os problemas do dia-a-dia de interesse imediato dos cidadãos e das empresas, tais como o abastecimento de água, energia eléctrica, a recolha de resíduos sólidos, o saneamento básico entre outros.

"Daí que a proposta visa introduzir o debate sobre todas essas situações relacionadas com a intervenção dos cidadãos a nível dos seus locais de residência" explicou.

A proposta de lei foi apresentada pelo secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do MAT, Adão de Alrneida, perante uma plateia composta por governadores provinciais, deputados, entre outras individualidades.

Pensa-se que as comissões de moradores têm por objectivos a resolução de problemas comuns, a participação activa na vida da comunidade, a promoção da solidariedade e da cooperação na comunidade, bem como a defesa dos interesses dos moradores.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos

Jornal de Angola

2 De Abril de 2015

Texto: Manuela Gomes

O director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente alertou para a necessidade de haver um maior cumprimento dos planos urbanísticos e das normas estabelecidas sobre os ordenamentos municipais.

Giza Martins, que falava no seminário de validação da fase de preparação do projecto "As necessidades de adaptação na orla costeira em Angola", fez o alerta em virtude de haver "edificações com 0 ordenamento não apropriado".

O projecto, que vai ser desenvolvido nas províncias de Cabinda, Namibe, Cuanza sul e Bengo, visa a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, entre as quais as afectadas a nível social, económico e ambiental.

O representante em Angola do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) disse que o projecto levou em consideração as necessidades de diferentes sectores económicos, como os das Pescas, Agricultura e Turismo, afectados pelos efeitos das alterações climáticas. Samuel Mabor salientou a importância que a integração do clima e a componente adaptação nos planos estratégicos, políticas e orçamentos nacionais tern nos processos de planificação nacional.

Processos de planificação

Os processo os de planificado nacional, acentuou, vão ser apoiados através do projecto e de outras intervenções inseridas na parceria estratégica estabelecida entre o Ministério do Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e são fundamentais para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e duradouro para o país.

"A complementaridade das várias intervenções que estão a ser executadas ou desenhadas, no âmbito das alterações climáticas, e, ao mesmo tempo, fundamental para manter a coerência com as prioridades nacionais e assegurar as sinergias entre elas", concluiu Samuel Harbor.

6.2 Fiscais rebocam viaturas de madrugada na cidade do Kilamba

Novo Jornal

17 De Abril de 2025

Texto: António Paulo

Moradores da centralidade do Kilamba acusam a Fiscalização da administração local de efectuar reboques de viaturas mal estacionadas durante a madrugada sem qualquer aviso. o Responsável do gabinete jurídico da urbanização confirma o acto, socorrendo-se da lei dos transgressores administrativa. Por sua vez, o advogado Pedro Kaparata reprova a atitude da administração e orienta os residentes a recorrerem a Procuradoria-Geral da Republica.

Estacionar a viatura no período nocturno tern sido uma grande "dor de cabeça" para muitos moradores da centralidade do Kilamba que reclamam por mais parques de estacionamento. Recentemente, alguns moradores viram as suas viaturas recolhidas pela administração local, no período da meia-noite as quatro da manha por alegado "mau estacionamento".

"Pensamos que roubaram as nossas viaturas, depois ligamos para a Policia que nos informou que a Fiscalização tern rebocado viaturas mal paradas durante a madrugada. Quando fomos ao parque da administração por de trás do Kero, encontramos lá as nossas viaturas", relataram esta semana ao Novo Jornal, alguns moradores que preferiram o anonimato.

As fontes explicaram ainda que, para reaver os seus carros, foram orientadas pela administração a pagar uma multa de 80 mil kwanzas, condição recusada por muitos dos moradores que questionam a medida e a hora de actuação dos fiscais. "Pelo que sabemos, a administração trabalha durante 0 dia e não à noite. Muita gente pode se aproveitar da hora que a Fiscalização esta a rebocar as viaturas na via publica para fazer das suas. Há pessoas que se fazem passar por indivíduos da Fiscalização para roubar viaturas. Isto não esta certo", desabafaram.

Na administração, segundo contaram os moradores, a Fiscalização justificou a sua actuação recorrendo it lei 12 sobre transgressões administrativas, argumento que os cidadãos julgam não ser claro. " Pelo que sabemos, a Fiscalização não trabalha de noite. Por isso, pedimos que nos apresentasse um documento jurídico que justificasse a sua actuação aquelas altas horas da noite e eles não conseguiram justificar",

disseram as fontes que se mostraram aborrecidos com a administração local.

"Isto deixa-nos chateados porque o papel de uma administração e velar pelo bem-estar dos moradores e não contribuir para o nosso mal-estar. Há muita gente que se assustou na quarta-feira passada, dia 8 ao ver que, de manhã os seus carros não estavam no local estacionado. Há mais velhos de 60 anos que poderiam ter tido um ataque", observaram.

Apesar da situação, reclamam o mau estacionamento de viaturas no período nocturno. Porém, justifica que tal atitude, deve-se à escassez de parques na centralidade. "Os carros estavam, sim senhor, mal estacionados, mas, não é por nossa vontade, mas sim porque há cada vez menos espaços e as pessoas estão sem alternativas", defenderam-se.

Ao contrário da noite, de acordo com os moradores, o período diurno tem sido menos agitado e com maior facilidade no estacionamento, uma vez que os residentes se encontram no local de trabalho, fora da cidade.

"Veja que de dia, não temos problema mas de estacionamento porque todo o mundo vai trabalhar para Luanda. Agora, e no regresso a noite que, as coisas se complicam. A administração. Sabendo deste problema, ao invés de ajudar, comporta-se como "bandido". Levam os nossos carros de madrugada e somos obrigados a pagar uma multa de 80 mil kwanzas", desabafaram.

LEI NÃO DETERMINA HORA

O responsável pela área jurídica da administração da cidade do Kilamba, Domingos Loenda, justificou a actuação dos fiscais com base na lei 12/ 11 de 16 de Fevereiro das transgressões administrativas, argumentado ainda que a referida lei não determina a hora da actuação dos serviços da Fiscalização.

"Em primeiro lugar, esta em causa a prossecução do interesse público por parte da administração local do Estado. Por outro lado, são os próprios coordenadores dos edifícios que denunciam as irregularidades devido a alguns constrangimentos causados pelas viaturas. Muitos moradores estacionam os seus carros até mesmo defronte dos edifícios, o que dificulta outros que pretendem sair mais cedo", justificou o responsável, que reagiu também esta semana as queixas dos moradores a rádio LAC.

Por outro lado, o jurista explicou que a cidade possui parques próprios que permitem a cada um dos moradores estacionar nos locais atribuídos. "Mas muitos querem ter mais de quatro carros e não têm

espaços suficientes. Não cumprem e violam as leis", sustentou Domingos Loenda, reiterando que, a Fiscalização continuará a remover "viaturas mal estacionadas", caso os municípios insistam na prática da transgressão administrativa.

Já o advogado Pedro Kaparakata reprovou a postura da administração e apelou aos "lesados" a recorrerem a Procuradoria-Geral da República para apresentarem queixa. Para o advogado, "a atitude da administração e ilícita" e o horário de actuação dos fiscais durante a madrugada carece de uma acção judicial ou policial.

"Sabemos que a partir das zero e até as quatro da manhã ainda e noite e qualquer acto que ocorra dentro do período considerado noite, tem que ser praticado por um magistrado ou pela Polícia. Salvo aquele que responde aguardar pelo dia seguinte e estêreo e o caso dos reboques de viaturas no Kilamba", argumentou o advogado.

Por último, Pedro Kaparakata entende que o mau estacionamento deve-se à falta de parques na cidade e critica as multas aplicadas pela administração local. "A cidade está mal concebida porque há falta de espaço para estacionar o que complica as pessoas que chegam tarde a casa. Encontram dificuldade para estacionar. O facto de se estar a recolher as viaturas para o parque da Fiscalização e depois ter de se pagar para reavê-las, é uma forma que está a ser utilizada para o enriquecimento próprio dos funcionários, o que está mal", reprovou o jurista Pedro Kaparakata.

6.3 Projecto "Meu Táxi Angola" fomenta emprego para jovens

Jornal Economia e Finanças

17 De Abril de 2015

Texto: Ismael Botelho

O projecto "Meu Táxi Angola", lançado esta semana, em Luanda, pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, vai criar mais de cem postos de trabalho e incentivar os jovens angolanos à cultura do empreendedorismo. O projecto ora lançado, enquadra-se nas comemorações do dia da Juventude, que se celebrou nesta terça-feira (14 de Abril). O mesmo começou a ser pensado há mais de um ano e meio, e só agora foi concretizado. Esta iniciativa é promovida pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com a Organizações

Chana, que pretende colocar mil táxis nas comunidades, estabelecendo compromissos de negócios entre os jovens candidatos e o promotor.

Para Gonçalves Muandumba, além do projecto ser inovador e bastante promissor, este vai em consonância do Plano Nacional de Desenvolvimento para a Juventude. O projecto, segundo disse o ministro, tem ainda a participação dos Ministérios dos Transportes, do Interior, do Trabalho e Segurança Social, governos provinciais, associações juvenis e estudantis. "Os jovens devem ver nesta iniciativa uma oportunidade de mudança de vida. Esse projecto vai continuar e é extensivo às outras províncias. É para aqueles que querem trabalhar, para empreendedores dedicados aos trabalho", alertou.

Por sua vez, o director geral do Instituto Angolano da Juventude, Cláudio Aguiar, que na ocasião levou a iniciativa do Ministério da Juventude e Desportos e da Organizações Chana, empresa que disponibilizou os meios para gerar empregos para os jovens, disse que o projecto reveste-se de grande importância para o país. "Marcamos mais um passo na concretização do Plano Nacional de Desenvolvimento, que vai incentivar a juventude ao empreendedorismo", reconheceu.

Já o director geral da Organizações Chana, Paulo Val Neto, que dirige a empresa detentora das viaturas e gestora do projecto, frisou na apresentação do mesmo, que o objectivo da iniciativa é oferecer e garantir o auto emprego aos jovens e contribuir para a diversificação da economia, além de permitir a geração de riqueza. "A nossa maior preocupação é criar emprego e riqueza", disse.

Essência do projecto

De acordo com Paulo Val Neto, o "Meu Táxi Angola" é um projecto baseado num sistema de franchising, onde o jovem tem acesso ao usufruto de uma viatura para uso profissional, bastando para o efeito, reunir os critérios de selecção e garantir o pagamento de um montante fixo diário de seis mil kwanzas, sendo o remanescente a sua remuneração pelos serviços prestados aos seus clientes. O serviço de táxi estará disponível 24 horas, georeferenciado, através de um Call Center e com acesso facilitado por plataforma e aplicação em telemóvel (Android e IOS).

Segundo ainda informou, o candidato ideal pode cadastrar-se de forma individual ou como membro de uma cooperativa e o seu perfil deve obedecer aos seguintes critérios de selecção: possuir uma carta de condução, ter mais de 20 anos, ter a situação pessoal legalizada, disponibilidade para receber formação associada a este serviço, demonstrar perfil de

empreendedor, desejar apostar no desenvolvimento do seu negócio, na sua comunidade e na área do transporte de passageiros, não beber álcool, ter boa apresentação pessoal, boa postura e facilidade de comunicação e submeter-se aos testes obrigatórios de aptidão e de condução. "Na adesão ao "Meu Táxi Angola", os jovens devem preparados para a obtenção das receitas mínimas obrigatórias anteriormente estabelecidas, resultantes da realização da actividade diária desenvolvida", referiu.

Gestão do projecto

A gestão do projecto será realizada pela Organizações Chana, nas instalações do Estádio 11 de Novembro, em Luanda. O "Meu Táxi Angola" constitui-se como um projecto de empreendedorismo juvenil inovador e de reforço da rede de transportes públicos ao serviço do cidadão.

Os aeroportos, principais hipermercados, zonas de conveniências, centros institucionais, estádios e pavilhões, centralidades, restaurantes, discotecas e igrejas, preferencialmente. Já o acesso ao serviço pode ser feito através de telemóvel ou tablets, com pontos de apoio no aeroporto internacional de Luanda, terminal de voos domésticos, Sambizanga, centro da cidade, Vila Alice, Miramar, Cacucaco, Viana, Kilamba, Talatona e Benfica, onde o modelo de governação empresarial da iniciativa está fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade, necessários para criar valor acrescentado na sua trajectória de crescimento e gerar riqueza junto dos jovens e as suas famílias.

Modelo de gestão

O modelo de gestão vai se basear num organigrama, que obedece às políticas de recursos humanos, definições de funções e responsabilidades, gestão de reclamações e plano de comunicação e marketing, com um sistema de legalização deve passar por um alvará de transportes, seguro de responsabilidade civil e de ocupantes. A iniciativa conta também com uma sala de monitoramento e controlo.

6.4 Construção de Habitações mais perto da Meta

Jornal de Angola

2 De Abril de 2015

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse, em Luanda, que desde o alcance da paz, de 2002, foram construídas 82.900 habitações. A informante foi dada numa entrevista de José Silva a agência de informação Angop, na qual avaliou as

realizações ao longo dos 40 anos de independência do país e os desafios do sector da construção habitacional.

O ministro do Urbanismo e Habitação destacou o programa de construção de 200 fogos habitacionais por município, que já construiu 9.500 habitações, das 26.000 previstas, com vista a atingir a meta de um milhão de casas preconizada pelo Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O ministro do Urbanismo e Habitação explicou que para atingir esta meta, foi preciso "desminar e melhorar as estradas", para a interligação das capitais provinciais e "fazer intervenções" nos diferentes pontos do país. Aliada a estes trabalhos, disse José Silva, houve necessidade de olhar para o ordenamento do território, porque as grandes cidades, nomeadamente Luanda, foram muito pressionadas pelos efeitos da guerra, o que redundou na falência de todos os equipamentos urbanos.

"Os ganhos referentes ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação são hoje muito visíveis, pois o sector incidiu as suas acções nos domínios do urbanismo, ordenamento do território, cadastro e habitação", sublinhou. Para José Silva, falar das grandes realizações do sector, em 40 anos, implica abordar o que foi feito a nível da legislação. "Refira-me a Lei de Terras e a Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo."

Organização dos municípios

O ministro do Urbanismo e Habitação salientou que Angola já produziu 60 planos directores municipais, 114 planos de urbanização, 11 planos de requalificação urbana e 15 planos de requalificação rural.

Sobre a requalificação urbana, o ministro do Urbanismo e Habitação realçou a conclusão do estudo de infra-estruturas integradas a nível das cidades do Luena, Luau, Menongue, Negage, Uíge, Dundo e Saurimo. José Silva informou que nas 18 províncias existem planos de ordenamento do território, de urbanização e planos directores em 60 municípios.

"Ao nível da intervenção rural, temos seis centros rurais com projectos de qualificação urbana", afirmou o ministro, que salientou os trabalhos de cartografia em quase todo o país. "O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação preconiza uma fatia muito considerável para a autoconstrução dirigida, a volta dos 68 por cento, pelo que foi lançado o programa de urbanização de reservas fundiárias nas localidades de Saurimo, Uíge, Negage e Menongue."

Outro ganho citado pelo ministro do Urbanismo e Habitação foi o processo de alienação de 1.879 habitações construídas ainda no período colonial, além da venda de 24.393 apartamentos. "Em matéria do ordenamento do território e urbanismo, esta em fase de conclusão a apresentação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território", explicou ministro José Silva.

O ministro do Urbanismo e Habitação revelou que 68 por cento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), que visa minimizar a carência habitacional no país, assenta na autoconstrução dirigida. O Programa, disse José Silva, possibilita que os cidadãos adquiram lotes infra-estruturas pelo Estado para construírem as suas residências. "O Programa de autoconstrução dirigida consiste no loteamento de terrenos e implantação de redes de abastecimento de água, energia e saneamento e o cidadão adquirir o projecto para construir a sua residência", concluiu.

6.5 Finanças mantêm inalterado imposto predial urbano

Jornal Agora

2 De Abril de 2015

Texto: Martins Chambassuco

A confirmação de que o Imposto Predial Urbano não será revisto ou mesmo reduzido veio do gabinete da secretária de Estado das Finanças, Valentina Mateus Filipe, que respondendo a uma carta enviada pelos promotores imobiliários, afirma que a redução desejada implicaria a subida do outro.

A questão é simples, trata-se do equilíbrio orçamental que nos dias que correm coloca um sério desafio à economia nacional. Aos quais o Executivo tem sabido responder, nomeadamente, a recente aprovação do Orçamento Geral de Estado (OGE) rectificativo, uma medida considerada acertada para melhorar a qualidade da despesa.

A governante realça que o objectivo do Governo passa por um equilíbrio entre as receitas e as despesas, pilares essenciais do orçamento.

Embora os investidores e os promotores do mercado imobiliário tenham manifestado o interesse de participar na discussão da redução da carga fiscal para o sector, as Finanças acreditam que uma medida que aponte para "a redução da carga tributária no Imposto Predial Urbano (IPU) implicaria, necessariamente, o aumento noutra tipo de imposto,

ou em alternativa, a redução de despesa em sectores sensíveis e na conjuntura actual não é recomendável"

Embora o foco seja o IPU, as Finanças avançam que, no âmbito do chamado 'Pacote Predial', foram implementadas diversas alterações legislativas que reduzam, significativamente, a carga fiscal, directa e indirecta, incidente sobre a aquisição e a detenção do património imobiliário

É sobre esta questão que os investidores deste sector têm uma possível 'bolha imobiliária' e até à falência de muitos bancos que financiaram a construção do património imóvel.

Mesmo que seja ainda cedo perceber a real intenção do Governo, a reforma tributária é ainda um processo em curso, e o diálogo com a sociedade vai continuar e com o tecido empresarial. Os investidores sentem-se defraudados e excluídos, visto que "os fundamentos destas discussões visavam a protecção aos investidores imobiliários que são predominantemente nacionais, em contraste com os promotores que são maioritariamente estrangeiros".

A crise vivida, nos últimos tempos, no sector petrolífero, veio a justificar os fundamentos que motivaram a reforma, porque grande parte do imobiliário arrendado está alicerçada nos petróleos, que exige a reduções na ordem dos 20 a 30%, pressionando os investidores.

"Estas exigências do sector petrolífero, orientadas pela Sonangol, na tentativa de reduzir os custos de exploração, estão feridas de legalidade, porquanto não se respeitam valores de contratos em vigor, além da drástica redução de fracções imobiliárias, justificadas pela redução de pessoal expatriado", lê-se no documento enviado ao gabinete da secretária de Estado das Finanças.

Os empresários angolanos acreditam que, com esta passividade do Governo, poderemos assistir, brevemente, a um aumento do vacancy rate (rentabilidade nula), seguido de um 'boom' imobiliário e, por arrastamento, uma progressiva falência do sector bancário.

6.6 Governo construiu 82.900 habitações

Jornal Agora

2 De Abril de 2015

No âmbito do Programa Nacional Habitacional corrente, já foram construídas 82 mil 900 habitações desde 2002, avançou o ministro do sector, José Silva.

José Silva prestou estas declarações na avaliação feita sobre o estágio do sector em Angola, os desafios a superar e as realizações ao longo dos 40 anos de independência do país.

O ministro destacou o subprograma de 200 fogos habitacionais por município, que tem já construído nove mil 500 habitações, das 26 mil previstas, para se atingir a meta de um milhão de casas preconizadas pelo Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Cidades, como Luanda, fundamentalmente, foram muito pressionadas pelos efeitos da guerra, o que redundou na falência de todos os equipamentos urbanos.

"Os ganhos referentes ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação são hoje muito visíveis, pois o sector foi incidindo as suas acções nos domínios do urbanismo, ordenamento do território, do cadastro e da habitação, concretamente", sublinhou.

Para José Silva, falar das grandes realizações deste sector (em 40 anos de independência) implica abordar aquilo que foi sendo feito a nível também da promoção legislativa, com uma série de instrumentos. "Estou a falar da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo", sustentou.

O ministro salientou, igualmente, que Angola regista já uma produção de instrumento do ordenamento do território a nível de 60 planos directores municipais, 114 planos de urbanização, 11 planos de requalificação urbana, 15 planos de requalificação rural, entre outros.

6.7 Casas do Bungo têm primeiros Moradores

Jornal de Angola

6 De Abril de 2015

Texto: Joaquim Júnior

As primeiras casas concluídas no âmbito do Programa de Construção de 200 Fogos Habitacionais no município do Bungo, província do Uíge, foram distribuídas aos seus Inquilinos, numa cerimónia orientada pelo vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

Afonso Luviluco entregou as chaves de 50 residências do tipo T3 a igual número de beneficiários, que vão pagar, através de renda resolúvel, durante 25 anos. Os inquilinos pagam 11.500 kwanzas por meço. Cada uma das residências ocupa uma área de 100 metros quadrados e comporta varanda, sala comum, cozinha, três quartos e uma casa de banho.

Localizadas na vila municipal do Bungo, as residências compõem um novo bairro e já tem energia, fruto da instalação de painéis solares, e água potável.

Afonso Luviluco disse que o acto de entrega de residências tem lugar numa altura em que o país comemora 13 anos de Paz e de Reconciliação Nacional.

"Este projecto foi possível graças à Paz alcançada a 4 de Abril, que permitiu ao Executivo traçar programas habitacionais em benefício das populações. Os felizes beneficiários dispõem de um bom bairro moderno para viver. Mas devem saber cuidar das moradias se quiserem continuar a viver confortavelmente", aconselhou.

O bairro que começa a ser habitado faz parte de um projecto que contempla a construção de 200 casas. Numa primeira fase foram construídas apenas 100, das quais 50 foram entregues aos beneficiários, enquanto as restantes estão disponíveis aos interessados nos próximos dias. "Recomendamos aos beneficiários no sentido de cuidarem bem do bairro e das suas residências. Para tal, os ocupantes devem eleger uma comissão de moradores para cuidarem da organização e saneamento do bairro", referiu.

O vice-governador aconselhou os moradores a plantarem árvores ao redor do bairro, para travar os ventos fortes, visto que as residências foram construídas numa zona aberta e sujeita a tempestades.

A administradora municipal do Bungo, Helena Antunes, disse que a entrega de habitações aos jovens, sobretudo aos funcionários públicos, cria condições para reter os quadros que prestam serviços em diferentes áreas de desenvolvimento do município.

"Os nossos olhos enchem-se de orgulho porque os feitos do Governo, dentro deste programa específico de habitação para o município do Bungo, está praticamente concretizado. Este é um ganho da Paz e o povo agradece, referiu. Um dos beneficiários, Felipe Pungo, de 30 anos, diz que trabalhava e vivia há anos na vila do Bungo, numa casa arrendada e sem as mínimas condições. Mas agora, com a nova casa, o jovem disse à reportagem do Jornal de Angola que realizou o sonho de casa própria, cujas condições deixam radiante a esposa e os seus três filhos.

"Sinto-me feliz. Era importante ter uma casa própria", disse. Felipe Pungo valorizou o programa de construção de residências no Bungo. "Este projecto de construção de residências implementado pelo Governo vai facilitar a vida dos cidadãos", afirmou.

Distribuição de terrenos

Afonso Luviluco procedeu ainda à entrega de 100 lotes de terrenos para autoconstrução dirigida. A maioria dos beneficiários é constituída por jovens que solicitaram à Administração Municipal do Bungo espaços para erguerem as suas moradias. Os terrenos, repartidos em seis parcelas de sete lotes de 20 a 30 metros quadrados cada, localizam-se numa área com mais de 400 metros quadrados, preparados pela Administração Municipal.

O vice-governador Afonso Luviluco pediu aos jovens no sentido de trabalharem em estreita colaboração com a Administração Municipal e outros organismos que velam pela urbanização e construção, no sentido de erguerem moradias com plantas bem projectadas e devidamente dirigidas.

"Todos os cidadãos que não construírem durante um período de três anos perdem os terrenos, que são revertidos à Administração Municipal, para que sejam atribuídos a outros habitantes interessados", alertou.

6.8 Milhares de casas na Urbanização Nova Vida

Jornal De Angola

12 De Abril de 2015

Texto: Vitorino Joaquim

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, assegurou que fica concluída no primeiro trimestre do próximo ano a construção de seis mil novos apartamentos e vivendas, da segunda e última fase da Urbanização Nova Vida, projecto Imobiliário gerido pela Imogestln.

Em declarações à imprensa no final da visita ao projecto imobiliário e onde vão funcionar os institutos nacionais da Habitação e do Ordenamento do Território e o Cartório Notarial Privativo do Ministério do Urbanismo e Habitação, José Silva manifestou satisfação com o avanço das obras no Nova Vida.

O ministro afirmou que os institutos nacionais da Habitação e do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano são órgãos de extrema importância no acompanhamento da gestão dos diferentes projectos habitacionais e nos estudos do ordenamento do território. Reafirmou que é preciso travar o aparecimento de bairros desordenados.

Os dois organismos visitados possuem capacidade humana e equipamento para trabalhar sem dificuldades. José Silva percorreu várias ruas do Projecto Nova Vida, onde observou máquinas e homens a trabalhar.

O presidente do conselho de administração da Imogestln, Rui Cruz, afirmou que dos vários constrangimentos registados ao longo da execução das obras, está a questão do realojamento das pessoas das grandes áreas agrícolas ocupadas, que a Comissão Económica do Conselho de Ministros decidiu, há dois anos, desalojar para dar lugar à construção de habitações sociais. Apontou também dificuldades em relação às verbas para a construção de infra-estruturas.

A Imogestln é, em representação do Estado, a empresa responsável pela gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários em 13 províncias que fazem parte de alguns dos projectos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, anteriormente sob a gestão da Sonip.

Rui Cruz disse que a Imogestln está a trabalhar com a Emis no sentido dos pagamentos futuros das

prestações das casas em todos os projectos habitacionais sejam feitos através do multicaixa, dado que foram detectadas irregularidades e fraudes no processamento de pagamentos através de borderaux bancário. Rui Cruz lembrou que o processo de reclamações sobre a comercialização de habitações nas centralidades do Kilamba e Sequele (Cacuaco) terminam no final deste mês de Abril. Admitiu a existência de muitos cidadãos que pagaram as suas despesas para a compra de habitação e ainda não as receberam. "Vamos a partir de Maio notificar essas pessoas para dar-lhes a conhecer sobre as soluções que foram encontradas", acrescentou. Rui Cruz afirmou que na centralidade do Kilamba não há casas disponíveis, mas até ao final do ano vão estar disponíveis casas no Zango e no Camama.

Quanto aos que pagaram a prestação na modalidade de renda resolúvel e não têm pago o arrendamento mensal, Rui Cruz afirmou que as pessoas nessa condição vão brevemente começar a pagar as suas dívidas, sem o pagamento de juros, de forma faseada ou de um único pagamento de todo o tempo em falta.

Esclareceu que depois disso, em função das novas regras que vão ser definidas, vão ser dadas oportunidades às pessoas para eventualmente procederem à compra das casas em menos tempo.

Referindo-se às casas que já apresentam fissuras e infiltrações de água, o presidente do Conselho de Administração da Imogestln afirmou que as empresas chinesas que estão a trabalhar na execução das obras têm a responsabilidade de corrigir os erros, uma vez que as casas têm prazo de garantia de quatro anos.

Quanto ao fornecimento e distribuição de água potável, Rui Cruz garantiu que vai ser reforçada a capacidade instalada, para que haja água 24/24 horas, apesar de nos últimos tempos o abastecimento estar a ser feito sem restrições. O fornecimento de energia, disse, está assegurado.

O problema está no saneamento, que necessita de uma requalificação de toda a área onde passa o sistema.

6.9 Via de acesso às comunas em obras de reabilitação

Jornal De Angola

13 De Abril De 2015

Texto: João Salvo e Flávia Massua

A governadora provincial da Lunda-Sul avaliou os níveis de execução das obras da estrada que liga a

sede municipal de Cacolo às comunas de Cucumbi e Xassengue.

Cândida Narciso recebeu informações pormenorizadas sobre o andamento dos trabalhos, iniciados há dois meses e devem estar concluídos em dois anos.

O encarregado da empresa construtora, Luís Simões, disse ao *Jornal de Angola* que dos 106 quilómetros, 12 já estão terraplenados e 15 desmatados.

Apesar dos constrangimentos provocados pelas chuvas frequentes, declarou, os trabalhos decorrem "de forma razoável para o cumprimento do prazo estabelecido por contrato".

Durante a visita ao Cacolo, a governadora provincial fez a entrega simbólica da primeira casa ao funcionário público Domingos Tamba Tamba, construída no âmbito do programa nacional de 200 fogos habitacionais por município.

A entrega marca o início da venda resolúvel de casas sociais nos três municípios do interior da provincia.

O programa da visita de Cândida Narciso incluiu visitas às obras do novo hospital municipal de Cacolo, com mais de cem camas e todos os serviços.

A governadora provincial da Lunda Sul afirmou no encontro com membros da Administração Municipal que estava satisfeita com a qualidade das obras e o desenvolvimento da circunscrição, mas referiu a importância "de trabalhar com seriedade nos programas destinados a reduzir a pobreza".

A administradora municipal de Cacolo elogiou na mensagem de boas-vindas à governadora provincial os esforços do Executivo no processo de reconstrução nacional. Maria Issanzo, apesar disso, lamentou "a paralisação de alguns projectos sociais", principalmente o de fornecimento de água na sede municipal e nas comunas, bem como a degradação da estrada de acesso à comuna de Alto Chicapa.

O regedor de Cacolo, Armindo Satxicapo, sublinhou que o surgimento de infra-estruturas sociais, bem como a construção da estrada Cucumbi/Chassengue e das casas para funcionários, demonstra o interesse do Executivo de garantir uma vida condigna à população.

6.10 Milhares de habitações sociais

Jornal De Angola

16 De Abril de 2015

A Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) e as Organizações Ribeirinho, uma empresa privada angolana, assinaram ontem em Luanda um contrato de investimento de cinco mil milhões de dólares (548 mil milhões de kwanzas) para a construção de 60 mil habitações sociais em dez províncias do país.

O contrato, assinado pela presidente do conselho de administração da ANIP, Maria Luísa Abrantes, e pelo director-geral das Organizações Ribeirinho, Hemâni Ribeiro, prevê a construção de 60 mil casas sociais T3, de 100 metros quadrados, nas províncias de Luanda (15 mil), Bengo, Zaire, Malanje, Cuanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

Hemâni Ribeiro garantiu que projecto arranca em Maio, prolongando-se por 15 anos e que o financiamento do projecto vem do Canadá.

Em Luanda, as casas são construídas ao lado dos projectos das centralidades do Kilamba e Cacuaco (Sequele) e mais 500 casas no município de Catete.

O projecto dá lugar à criação de 20 mil postos de trabalho, 14 mil para nacionais e seis mil para estrangeiros. Como empreiteiros foram contratados construtores dos Estados Unidos, Itália e Angola.

AANIP e a empresa chinesa Hua Dragão-Comércio Geral assinaram um contrato de investimento de 9,5 milhões de dólares (mais de mil milhões de kwanzas) para a construção de um centro de distribuição logística vocacionado para a distribuição e comercialização de produtos industriais.

Num outro acordo, a ANIP subscreveu um contrato com a empresa filial angolana da companhia holandesa Fugro Angola, que vai disponibilizar serviços de recolha e interpretação de dados respeitantes à superfície e sub-superfície da terra. "São serviços relacionados com o aconselhamento sobre o desenvolvimento de infra-estruturas em terra, ao longo da costa e no mar", afirmou o director da Fugro, Herivaldo Augusto. O Comércio lidera a lista dos contratos assinados ontem, com cinco projectos, seguido pela Construção com quatro e os restantes são projectos do ramo da prestação de serviços nas áreas de geofísica, geotécnica, subaquática e consultoria económica, financeira e técnica.

O valor total dos contratos para projectos ontem assinados é de cerca de 5,0W mil milhões de dólares (55 I,8 mil milhões de kwanzas).

6.11 Projecto “Nova Vida” vai ter 5.650 casas

Jornal Economia e Finanças
17 De Abril de 2015

Um total de 5.650 residências, entre edifícios e casas planas com a tipologia 13, estarão concluídas na urbanização "Nova Vida", em Luanda, até o primeiro semestre de 2016, garantiu na passada sexta-feira (10), o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz.

O responsável falava à imprensa, durante a visita de constatação das infra-estruturas da segunda fase da referida urbanização do ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

Metas

Justificou que este número de residências é o somatório dos 2.500 fogos já existentes mais as 3.150 casas a serem concluídas no próximo ano.

"A segunda fase da urbanização Nova Vida estaria concluída no final deste ano, mas devido aos constrangimentos registados, somente no primeiro semestre de 2016 as obras terminam", referiu.

Revelou que as habitações têm quatro anos de garantia, mas se houver defeitos de construção, dentro deste período, as empreiteiras têm a obrigação de reparar e corrigir.

Assegurou por outro que a questão da água e energia eléctrica para as residências estão garantidas sem constrangimentos e o sector está a trabalhar para manter o sistema de saneamento básico em pleno funcionamento.

Compromisso

Em declarações à imprensa no final da visita, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse que a ocupação de uma vasta área do projecto habitacional por um cidadão tem constituído constrangimentos ao progresso de construção de novas infra-estruturas naquela circunscrição.

Afirmou que o seu pelouro está a envidar esforços para tomar uma medida final do caso e avançar com os trabalhos.

José Silva disse que a visita foi proveitosa porque serviu para tomar contacto com os trabalhos de infra-estruturas que decorrem na nova urbanização de Luanda e saber dos constrangimentos existentes na sua execução.

Na urbanização, o ministro inteirou-se igualmente do funcionamento da estação de tratamento de águas residuais (ETAR), da execução das obras dos nove edifícios com 24 apartamentos e das 130 residências, a serem concluídas ainda este ano.

O governante considerou de extrema importância as novas instalações do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU) e Instituto Nacional de Habitação (INH), por serem dois órgãos fundamentais para o funcionamento do ministério, na gestão dos projectos de índole habitacional, bem como no estudo de programas do ordenamento do território.

6.12 Colisão entre empresa/ Cidadãos e Economia/ Política

Folha 8
18 De Abril de 2015

A semana transacta foi assolada por um borburilho face a uma típica posição de gestão económica da direcção da Imogestin. Diz o Direito ter o credor legitimidade de cobrar o devedor a dívida que este contraiu, quer de forma judicial como directa. Foi o que fez o PCA da Imogestin, enquanto gestor despido de qualquer sentimento de ordem política, porquanto a empresa foi criada para gerar lucro.

Por sua vez, os potenciais compradores, muitos, politicamente, colocados, nas centralidades, pensam que endo militante do partido no poder, não terem o dever de se preocupar, com o pagamento das mensalidades, inerentes a compra de um imóvel.

O princípio de obrigatoriedade e responsabilidade das partes, este intimamente ligado ao instituto dos contratos, quer impõe direitos e deveres.

Infelizmente a imiscuição da política na economia, leva, não poucas vezes, a incompreensões, como as vividas, em função do alerta do administrador da Imogestin, presa a alterar o gráfico económico em político, "em função das eleições que se aproximam e poder afectar muitos camaradas dirigentes intermédio do partido (MPLA)", confirmou ao F8, Manuela Bandua.

Sem mesmo terem lido os contratos subscritos, muitos vieram a terreiro, ameaçar intentar acções contra a IMOGESTIN, por esta não ter em copa crise de petróleo. É verdade tudo isso, mas também, não menos verdade, que quando "e assume um contracto de compra de casa própria, temos de no preocupar em honrar os compromissos livremente assumidos.

Para a empresa, tudo foi assinado de boa fé e se falha existe, não parece ser de sua parte mas dos compradores, que arrastam dívidas, comprometendo o normal funcionamento da própria empresa.

"Nos estamos a vontade, caso os compradores, apresentem queixas-crime, contra a Imogestim, se acharem haver injustiça e direitos violados", disse ao F8, Josué Abraão, acrescentando não ser da sua inteira responsabilidade alguns atrasos, quanta a entrega dos apartamentos e vivendas, nas Centralidades de Luanda.

De acordo com uma nota, Rui Cruz garante que "atendera as reclamações, a partir do mes de Maio, contactando os clientes não contemplados para as devidas respostas, em conformidade com o disposto no ultimo comunicado da administracao em que dava 60 dias após a recepção da documentação", lê-se no comunicado.

"Isso e brincadeira, eu já ouvi, só não me lembro em que órgão, o PCA da Imogestim prometer para o mes de Maio a entrega dos apartamentos, a Imogestim tern de saber que as pessoas não tern casas, fizeram da tripa o coração para pagar os 2400 dólares da celebração do contrato, eu, por exemplo, estou cansado de viver nas casas de renda dos bairros sem condições", disse Mauro Guerra, acrescentando, "se esta situação continuar, teremos de nos unir e processar criminalmente a Imogestim", ameaçou. Não se pode exigir, a uma empresa, que entregue imóveis habitáveis, contra a sinalização de valor equivalente a USD 2.500,00 (dois mil e quinhentos dólares), "Só em Angola isso acontece e os clientes ainda acham ter razão, se a empresa também evocar questão de tesouraria para pagar os seus fornecedores e empreiteiros", explicou António Cassule.

Para se ultrapassar estes erros do passado ainda recente e melhorar a relação das partes, a Imogestim ira alterar o sistema de liquidação da dívida que passara a ser efectuado através do sistema ATM (Multicaixa), por, alegadamente, ter-se detectado muitas irregularidades no uso de talões bancários (comprovativos de pagamentos realizados anteriormente).

6.13 Inauguradas casas sociais

Jornal De Angola

20 De Abril de 2015

O governador do Zaire, Joanes André, inaugurou 165 casas sociais, de um total de 200 fogos para o município do Tomboco, no quadro do Programa de Fomento Habitacional. Construídas a dois quilómetros da vila, as habitações vão servir os jovens e funcionários públicos.

As casas têm três quartos, sala comum, cozinha e quarto de banho. O governador Joanes André disse que o projecto habitacional de 200 fogos em curso nos municípios do Nzeto, Tomboco, Cuimba e Nóqui, reflecte o compromisso assumido pelo Executivo na estratégia de combate ao défice de habitação.

"O Governo de Angola tudo tem feito em prol do bem-estar da população", sublinhou. O director provincial do Zaire do Urbanismo e Ambiente, Cláudio Fortunato, garantiu que as 35 habitações em falta podem ser entregues nos próximos meses à população.

O custo de cada habitação é de quatro milhões de kwanzas, a serem reembolsados num período de 30 anos.

7. TERRA

7.1 Administração só fala com ordens superiores

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Quem não esperou foi a reportagem de O PAÍS, que se dirigiu a administração comunal do Bom Jesus, com objectivo de ouvir o administrador local para esclarecimentos.

Entretanto, no princípio da tarde de Terça-feira, 24, o responsável máximo da comuna já não se encontrava na sua área de jurisdição.

Um dos funcionários considerou os receios da população como um facto, sem adiantar se existia um plano para sua retirada alegadamente por não ter recebido autorização para falar sobre a problemática.

A mesma justificação foi dada pelo administrador, quando contactado por este jornal, no dia seguinte.

7.2 Demolições na Chicala podem deixar mais de 180 crianças fora da escola

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Manançã

Crianças e jovens de diferentes níveis de ensino inseridas nas escolas e universidades do distrito urbano da Ingombota, estão na eminência de perder o ano lectivo 2015 como consequência da segunda fase do processo de desalojamento dos moradores do bairro Chicala 2 que teve início esta semana.

De acordo com moradores, ainda está por se saber em que escolas e que condições as mesmas apresentam para albergar os mais de 180 alunos cadastrados do lote das 257 famílias que começaram a ser evacuadas para o Zango.

Um documento publicado no Jornal de Angola no dia 25 de Março do corrente ano, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), referia

que o cadastramento contemplou o registo dos alunos, mas não vem expresso o nome das e colas destinatárias dos alunos.

A situação dos estudantes universitários torna-se mais complicada, porque "se o Zango é o destino então é do conhecimento de todos que lá não existem faculdades", disse Cesaltino Caculo, morador da Chicala desde 1991.

João do Carmo, diz não compreender as razões que levam as autoridades a forçar a saída da população de um bairro para o outro a meio do ano, mesmo não se tratando de um de alojamento imediato resultante de uma catástrofe natural ou de pessoas vivendo em áreas de risco.

Para ele, a forma como foram desalojados os primeiros moradores do seu bairro, em 2014, devia servir de exemplo para as autoridades corrigirem os erros cometidos.

"As pessoas não estão a dizer que não querem sair, mas os desalojamentos devem ser feitos de uma forma mais condi

gna. Será que as nossas crianças que estão a estudar depois de passarem para o outro bairro encontrarão escolas no dia seguinte" , questionou, tendo acrescentado que o ultimato pelas autoridades dado aos moradores no sentido de arrumarem os seus haveres, é um claro acto de desumanismo.

Se existisse vontade de se acautelar a componente da formação das crianças e dos jovens, segundo João do Carmo, os responsáveis da província de Luanda deveriam ter o cuidado de conversar com a população para que o realojamento acontecesse nos meses de Novembro, Dezembro ou Janeiro.

Os representantes da comissão de moradores alegam que apenas foram informados verbalmente que seriam realojados no Zango, tendo lamentado o facto de não lhes terem sido dadas possibilidades de conhecer as referidas casas, para se saber que condições apresentam as mesmas e que serviços sociais básicos as mesmas ostentam.

"Existem razões suficientes para as pessoas se sentirem insatisfeitas' como é possível entender que cidadãos sejam forçados a sair das suas próprias casas sem saber o que vão encontrar no outro bairro?" , questionou Cesaltino Caculo.

Muitos moradores insatisfeitos com as 'Condições apresentadas no Zango recorreram ao artigo 37 da Constituição da República para exigir o pagamento da devida indemnização, conforme rezam os números dois e três do mesmo artigo.

'Sodimo quer ocupar o bairro' Os membros da comissão de moradores acusam a empresa privada Sodimo de querer apropriar-se do bairro pelo facto de a mesma alegar que a área é sua propriedade, como contou Sebastião André, tendo também revelado que a luta para a expropriação do bairro já decorre há mais de 10 anos.

Segundo ele, o processo começou a ser viciado logo desde o início, pelo facto de o cadastramento ter sido conduzido por esta empresa que 'fez jogo de mente' pressionando muitas famílias a assinar os respectivos documentos.

"A senhora Irene Caetano que tem se apresentado em nome da Sodimo, diz que nós temos que deixar o bairro porque o terreno pertence à sua empresa. O bairro existe há mais de 50 anos e não sabemos onde a empresa andou todo este tempo para somente hoje dizer que o terreno a pertence", deplorou.

Para clarificar esta polémica, os moradores enviaram uma carta ao Ministério da Administração do Território, questionando-o se o governo eventualmente cedeu o bairro à referida empresa, mas até ao momento não obtiveram qualquer resposta por parte deste órgão do Executivo.

Outra questão que preocupa os moradores da Chicala prende-se com o envolvimento de supostos oficiais da Polícia nacional no processo, aliás, segundo eles, alguns membros directivos da empresa Sodimo pertencem igualmente à Polícia.

"A Polícia está envolvida na comissão criada entre a Sodimo e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para desalojarem a população, inclusive um dos membros que faz parte desta empresa é oficial da Polícia. Ele se identifica como Américo e fez questão mostrar os dois passes que ostenta disse Sebastião André.

Intimidações

Os moradores acrescentaram ainda que no último Domingo de Março membros da Comissão de Moradores foram alvo de intimidação por parte dos responsáveis da Polícia da Ingombota. " O 2º Comandante d Polícia do nosso distrito esteve aqui ameaçar os nossos membros, dizendo que tem conhecimento das pessoas que têm agido como agitador da população incitando inclusivamente outros jovens a se manifestarem", declarou Sebastião André.

Para mostrar que as suas alegações não constituíam mero palavreado, Manuel Guimarães morador da Chicala desde 1992, acrescentou que em várias ocasiões membros da referida

empresa dirigiram-se à população tendo à retaguarda um aparato policial.

No Domingo, 29 de Março, um dos guardas em serviço da empresa Sodimo revelou a O PAÍS que estavam presentes na Chicala mais de 17 viaturas 'repletos' de efectivos da Polícia nacional de diversos ramos, com o objectivo de garantir que as demolições marcadas para esse

dia decorressem sem dificuldades, o que não aconteceu em virtude das enxurradas que se abateram a Luanda na madrugada e no princípio da manhã do mesmo dia.

O PAÍS contactou, na Terça-feira, 31 de Março, o engenheiro Varela da empresa Sodimo que alegou indisponibilidade para falar a este jornal no momento, prometendo pronunciar-se a posteriormente, o que acabou por não acontecer até ao fecho desta edição.

Tentativas de diálogo não resultaram

Na Segunda-feira, 30, a Comissão de Moradores deslocou-se até à sede da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para dialogar com os seus responsáveis a fim de se aferir as condições preparadas para o realojamento das 257 famílias, mas tal acabou por não acontecer por alegada indisponibilidade dos responsáveis da instituição.

Segundo as fontes, um outro encontro estava marcado para o dia seguinte, com a finalidade de constatarem 'in loco' as condições criadas para o reassentamento da população no Zango, município de Viana, mas à última hora os responsáveis da Sodimo alegaram não haver condições par o fazerem.

"N em no Jornal de Angola estava escrito em que lugar seríamos colocados, mas nos últimos dias por causa da pressão da população, começamos a ouvir por alto que estão a ser preparadas algumas 'capoeiras sem alicerces 'no Zango para nós", disse Manuel Guimarães.

A O PAÍS, os moradores garantiram que estão dispostos a abandonar a Chicala caso sejam realojados com dignidade ou justamente indemnizados, como manda a carta magna do país. Por esta razão, acusam a Sodimo e a CACL de agirem de má-fé por forçar a saída da população sem ante mostrarem-lhes as novas residências.

"O mais sensato era procurarem formas de conversar connosco e não infundir medo ao povo com arsenal policial como se tivessem a combater delinquentes", frisou.

7.3 'Desalojamento a meio do ano é ilegal'

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Monteiro

A acompanhar o processo está a ONG SOS Habitat, através do seu coordenador Raiael Morais que em entrevista a O PAÍS, considerou ilegal o procedimento levado a cabo pela CACL e a empresa acusada. Sodimo,

"Se o discurso fala que estamos a trabalhar para o bem-estar da população e depois na prática vimos coisas diferentes, isso fere a sensibilidade da própria comunidade' porque os desalojamentos não podem ser feitos em tempo de chuva nem tão pouco no momento em que está a decorrer o ano lectivo" .

Rafael Morais disse que os actos administrativos não devem ser conduzidos por uma empresa privada, como alegam os moradores, mas sim pelo Estado através da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que por sua vez os entregaria a terceiros.

O ponto de vista do coordenador da SOS Habitat, que nesta Quarta-feira, 1, presenciou o realojamento das primeiras famílias no Zango, a Sodimo enquanto empresa privada, não pode intervir nesse processo. Para ele, mesmo que a empresa esteja interessada em desenvolver projectos no bairro, é responsabilidade do governo resgatar a terra para si e só depois fazê-la chegar a um privado.

A fonte fez saber que acções do género têm provocado a desestruturação familiar, citando o caso dos antigos moradores do Kilombo mandados para a Quiçama, em que muitos homens, por causa da distância acabaram por abandonar as suas famílias, arranjando outras esposas próximo ao local de trabalho no centro da Cidade.

Constitui preocupação desta organização que os realojamentos reflectam o desenvolvimento inclusivo e permitam a participação livre e consciente da população, de modos a se prevenir o desemprego, a prostituição, a delinquência e o alcoolismo, flagelos que a ONG diz ter constatado na Quiçama com os antigos moradores do Kilombo.

'Há uma certa arrogância no processo'

Rafael Morais disse ainda notar muita arrogância por parte de quem dirige o processo, pelo facto de lhes serem negadas possibilidades de diálogo. A SOS Habitat tentou, mas sem sucesso, impugnar a decisão administrativa remetendo cartas a diversas instituições entre as quais a Presidência da República, a Procuradoria da República e a Provedoria de Justiça.

A ONG distribuiu ainda cópias aos Ministérios do Interior, Justiça, Administração do Território, à primeira Comissão da Assembleia Nacional, ao Comando Geral da Polícia Nacional, aos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, FNLA e PRS bem como a diversas associações nacionais e internacionais que velam pelos direitos humanos, assim como aos órgãos de Comunicação Social. Enquanto decorrer o processo' Rafael Morais promete continuar a acompanhar a situação dos moradores da Chicala, particularmente no que toca ao enquadramento dos alunos nas escolas que ainda não se conhece.

Importa referir que no âmbito das primeiras demolições efectuadas no ano passado, o ex administrador do distrito urbano da Ingombota, Humberto Marcelo, em entrevista prestada a uma estação televisiva, deixou claro que, depois de demolidas as mais de dez mil residências que constituem o bairro Chicala, vão se erguer no local edifícios e escritórios, para servir as empresas públicas e privadas.

Humberto Marcelo justificou ainda os desalojamentos desta população como sendo uma oportunidade para se criar mais emprego e dar uma nova imagem à baixa de Luanda.

Na altura, e em resposta às acusações dos moradores, o responsável acrescentou que o registo das casas traduz-se num aviso antecipado aos desalojados. A partir do momento em que se efectuam os registos das moradias estão os munícipes, numa forma ou doutra, a ser anunciados acerca de um possível desalojamento", concluiu.

7.4 Habitantes de Bom Jesus receiam abandonar a terra

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Alberto Bambi

Miguel Catchumbo de 66 anos de idade vive no Bom Jesus desde 1981, tendo sido transferido do Quibaxe,

mais concretamente da região do Dembo 1, para aí, conforme o próprio fez questão de referir. Conta como se apercebeu da notícia que já se tornou tema de conversa entre os moradores do Primeiro e Segundo bairros.

"Alguns funcionários, quando passam por mim, me dizem sempre que, um dia, vamos sair daqui, porque essa área vai ficar para as fábricas e para o novo aeroporto", declarou Miguel Catchumbo, tendo acrescentado que, na semana que antecedeu a desta reportagem, quatro jovens, que acabavam de sair de mais uma jornada laboral, pararam em sua casa e voltaram a falar do assunto.

O ancião disse que não era por acaso que estava a ouvir sempre a mesma informação, por isso, todos os dias está com o rádio ligado, a ver se escuta um pronunciamento oficial.

"Desde o ano passado que eu não ligo o meu rádio, para ver se oiço um dirigente a falar disso, mas, até agora, ninguém disse nada", informou o ancião.

O velho Catchumbo, como também é tratado entre familiares e amigos, socorreu-se do surgimento de fábricas na região, para colocar a possibilidade de a retirada estar próxima da verdade, pois, de acordo com ele, se as indústrias iam libertar fumo e atirar resíduos para o rio, comprometia a saúde pública e essa seria uma boa razão para o desalojamento.

"É só vermos que os pescadores já estão a reclamar, porque o peixe não aparece mais aqui perto, agora têm de ir para o outro lado da margem", exemplificou o idoso, lembrando que antes, se pescava perto as casas.

A mudança não seria algo de novo em sua vida, a julgar pelas passagens nos Dembos, mas, se tivesse de escolher, gostaria de ficar pelo Bom Jesus, local onde já se encontra há mais de 30 anos.

Por causa disso, recomenda às instâncias superiores da vila a pronunciarem-se' em torno dos rumores, de modo que a população tenha um esclarecimento.

Segundo o velho, a vila estava boa nos anos 80, no tempo em que havia pouca gente e quase todos se conheciam, porque o ponto de encontro era na Açucareira, a única empresa em que ele e outros chefes de família da época trabalhavam.

Aliás, quem ia viver aí, tinha de ir em nome da açucareira, ou, mais tarde, da fábrica de carne, como ainda reza a escritura numa das instalações da empresa localizada no fim do corredor das residências então destinadas aos trabalhadores da indústria de açúcar.

Madalena Correia Sebastião nasceu e cresceu no Bom Jesus, onde tem vivido até então. A senhora que tem uma pousada de venda de comida e bebida, à beira do rio, também já ouviu falar que ela e seus vizinhos seriam transferidos para outro sítio.

" Nós já ouvimos que nos vão tirar daqui, não sabemos, se é verdade ou mentira, mas ouve-se que, no bairro, só vai ter indústrias, todas as casas serão destruídas", revelou Madalena Sebastião, cuja preocupação reside no facto de os dirigentes da localidade, até à data, não se terem pronunciado sobre a considerada questão do momento. A interlocutora deste jornal disse que a mensagem flui de pessoa para pessoa, acreditando, por isso, que a origem da mesma esteja ligada aos dirigentes.

Contrariamente ao velho Catchumbo, cuja vida ensinou a mudar de habitat, Madalena Sebastião nem quer imaginar a vida noutra bairro.

" Nasci, cresci e me casei aqui, eu acho que começar a vida num outro bairro não seria uma tarefa fácil para mim", mesmo assim, quem manda é o Estado", desafogou Madalena, adiantando que para os residentes da área só restava obedecer, caso a retirada se tornasse numa realidade.

Apesar de ter ouvido informações que apontam para a retirada da população, sua vizinha, que se identificou apenas por Ema, prefere ignorar a mensagem, pelo facto de não haver nenhum pronunciamento por parte dos responsáveis da zona.

"Para nós termos segurança de que vamos ser transferidos, alguém da administração tem de vir a público' dizer o dia, mês, ano e o porquê da nossa saída" , disse a moradora do Segundo bairro, tendo acrescentado que respeita a o receio dos seus vizinhos, diante dessa e de outras situações.

Se um dia for transferida para outro local, espera que seja avisada com muita antecedência, que haja condições básicas no destino, como água, energia eléctrica, serviços de saúde e educação, bem como segurança garantida.

Ela, que chegou em 1975 ao Bom Jesus, considera que, com o surgimento das indústrias, o bairro tomou uma certa evolução, em relação aos tempos idos.

"A vila está a melhorar, porque antes só tinha uma fábrica, agora tem mais de sete, temos mais gente e mais serviços, mas é preciso que as indústrias façam algo pela população local.

Desconfiança sem confirmação

A intenção de buscar respostas condizentes às suas inquietações, no que ao seu futuro habitacional diz respeito, o povo do Bom Jesus recorre aos vizinhos mais antigos do bairro, coordenadores e funcionários da administração comunal, mas a satisfação das perguntas tarda em aparecer.

Um dos elementos a quem os fiéis da confissão religiosa Bom Deus recorrem tem sido o pastor da referida congregação, António Manuel, para quem, quando há surgimento de grandes infra-estruturas numa zona habitada, as pessoas desconfiam sempre de um possível desalojamento.

"Até aqui, podemos dizer que são apenas desconfianças, não existe nenhuma confirmação oficial da parte da administração, porém, este órgão tem de dizer alguma coisa, porque, no bairro, só anda essa notícia", avisou o líder religioso. Sempre que é contactado, António Manuel aconselha os solicitantes a baterem a porta da administração, a fim de obterem um esclarecimento legal, aliás, alegou ser este o seu destino, caso as perguntas continuem a interromper a sequência dos serviços religiosos.

7.5 Invasores ocupam mais de 18 hectares em Viana

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton llanaça

A Problemática da ocupação ilegal de terras parece estar longe de conhecer um desfecho. Quatro anciãs, nomeadamente Juliana Sango, de 85 anos, Josefa João, de 80 anos, Landinha de Castro, de 80 anos, e Marta Sassa, de 69 anos, denunciaram esta semana a existência de um grupo de jovens não identificados que se apropriaram dos seus espaços antes usados para actividades agrícolas.

Segundo Juliana Sango, que reclama por 18 hectares, as invasões começaram em 2013 e apesar de terem encontrado plantações e dois quartos de construção evolutiva, os invasores colocaram máquinas no terreno que destruíram os campos cultivados na ausência dos seus proprietários.

"A minha lavra existe desde 1983, mas neste momento estamos proibidos de chegar perto delas porque das vezes que estivemos lá, fomos recebidos com paus, garrafas e pedras. Os bandidos e as pessoas que estão a viver nos nossos terrenos não têm piedade sequer das velhas", disse a octogenária.

Antes do período da ocupação das terras, de acordo com as queixosas, a área era visitada frequentemente por pessoas que diziam-se interessadas em comprar as lavras, mas elas sempre mostraram-se indisponíveis em negociar o espaço, apesar do assédio de que eram alvo, com a promessa de que seriam bem recompensadas financeiramente.

Por isso, no entender das idosas, o plano de ocupação estava a ser gizado há bastante tempo, acrescentando que havia 'olheiros' que passavam informações aos mandantes sempre que as mesmas se ausentassem dos campos de cultivo.

"N a minha lavra até brancos já apareceram, dizendo que estavam a precisar dos terrenos para tirar areia", revelou Josefa João, que reivindica por quatro hectares, realçando que muitos invasores já a procuraram inclusive na sua residência no distrito do Rangel, para convencê-la a vender a sua parte.

Já Marta Sassa que, com a senhora Landinha de Castro, diz ser detentora de dois hectares e meio cada uma, revelou que as perseguições vêm de a muito e "nos 28 anos que eu cultivo nesse lugar este era o sítio onde saía o sustento da minha família". Inconformados com a usurpação de que dizem ser alvos, as anciãs formalizaram um processo único e solicitaram a intervenção da Administração Municipal de Viana e do Posto de Comando Unificado (PCU) do mesmo município, ao qual anexaram os documentos comprovativos das lavras passados pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Num dos despachos a que O PAÍS teve acesso, datado de 4 de Outubro de 2013, saído do gabinete de Inspeção e Fiscalização do município de Viana, assinado pelo administrador cessante, José Moreno Fernandes, orientava-se a remoção compulsiva dos referidos casebres implantados em situação de transgressão administrativa, enviando para o local, técnicos que não conseguiram fazer o levantamento pretendido, ante a atitude agressiva dos invasores.

Demolição travada por invasores

Ao se aperceber desta situação, de acordo com um outro documento em posse dos queixosos, a administração solicitou ao Comando de Divisão de Polícia do referido município, o envio de forças policiais que apesar dos meios à sua disposição não conseguiram remover os casebres, em virtude da renitência dos ocupantes que destemidamente enfrentaram os agentes.

"Naquele dia se não houve mortes foi graças a Deus, porque eles não fogem ninguém e nem da Polícia têm

medo. Eu vi senhoras a tirarem roupas para lutarem com os agentes da ordem, outros pegaram em paus, pedras e garrafas. Os homens da Polícia não tiveram outra solução, senão recuar", declarou Fernando Sango, filho da velha Juliana. Depois dessas duas intervenções, segundo os queixosos, o processo foi interrompido por causa das chuvas e da realização do Censo Populacional, em Maio de 2014, porque lhes foi informado tanto pela administração como pelas autoridades policiais que a ocasião era imprópria para dar sequência ao processo.

Aos poucos, os casebres estão a evoluir para casas de construção definitiva e com a exoneração do administrador, as velhas receiam perder definitivamente as lavras.

"Desde que o antigo administrador saiu, o processo está estagnado, já marcamos duas audiências com a actual direcção, mas até agora não somos chamadas. Nós só queremos as nossas lavras, por isso, estamos a pedir ajuda do estado", clamam.

Polícias e militares envolvidos

Entre os invasores de terras, segundo Juliana João, contam-se efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas (FAA), alguns na pele de vendedores e outros como compradores, apesar de estarem conscientes da ilegalidade do processo, conforme ressaltou a própria.

"A última vez que visitei o meu espaço encontrei um militar que diz ter comprado o terreno nas mãos do meu filho. Deu logo para ver que são todos burladores, porque o meu único filho estava comigo naquele momento", disse.

Na ocasião, conforme fez saber a fonte, ainda indagou o militar, em tom de ironia, se as mangueiras e os cajueiros, assim como as mandioqueiras cresceram sem cuidados de ninguém no terreno em que o mesmo ergueu a sua residência.

A situação do militar das FAA não constitui um caso insólito porque, segundo Fernando Sango, em Abril de 2014 demoliu-se uma residência que pertenceu a um oficial da Polícia nacional, orientada pelas próprias autoridades policiais.

"Esta foi a medida que o Posto do Comando Unificado (PCU), encontrou para desincentivar o envolvimento da Polícia em casos do género. Por isso, para dar exemplo, o oficial da Polícia ficou preso, mas depois de alguns dias acabaram por libertá-lo", lembra.

Refira-se que em Dezembro do ano passado, o governo organizou um seminário sobre a

problemática da ocupação ilegal de terras, em Luanda, em que ficou determinado fazer-se um inventário sobre a ocupação a decorrer em 2015 com o envolvimento das administrações municipais e comunais, em virtude da falsificação de documentos e dos crimes de usurpação de terrenos ocorridos, particularmente na capital do país.

Dinheiro gasto e nada resolvido Depois de ser autorizada a demolição dos casebres pela administração e pelo comando do CPU, ainda em 2014, o grupo de senhoras organizou -se, e com ajuda dos familiares tiveram de reunir algum dinheiro para o aluguer de máquinas destinadas a destruir os casebres erguidos, porque segundo contaram, a administração alegou não possuir meios para demolir o bairro.

Dada a dimensão da área, foram alugadas duas máquinas orçadas em 250 mil kwanzas cada uma, mas infelizmente, depois de tudo pronto as autoridades mostraram-se indisponíveis para dar sequência ao processo, pois a situação agudizara-se mais ainda com a entrada em cena do novo elenco nomeado para dirigir os destinos do município de Viana.

7.6 Regresso dos antigos moradores

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Milton Monteiro

Parte da Chicala 2 encontra-se já destruída como consequência dos desalojamentos feitos no princípio de 2014 e os que teve início nesta semana. Actualmente muitas famílias realojadas no Zango voltaram a arrendar casas quer no próprio bairro, como nas proximidades, justificando esta atitude como sendo fruto da falta de condições básicas como escolas e hospitais e a escassez de emprego.

Apesar de terem recebido casas muitos moradores como é o caso de Adelaide Pedra de 40 anos, abandonou o Zango para se instalar na casa de um cunhado na cidade a fim de salvaguardar o emprego e as aulas dos seus filhos, tendo alegado dificuldades em matriculá-los nas escolas existentes no Zango.

Continuou dizendo que no primeiro mês da sua estadia no Zango os filhos adoeceram por causa do consumo de água imprópria, tendo inclusive contraído diarreia com sangue.

A mesma opinião é partilhada por César Barreira de 33 anos, que em muitas ocasiões vê-se obrigado a ficar longe de casa e do convívio com os filhos durante três a quatro dias. Ele não trabalha em regime de turno, mas disse que é forçado a proceder de tal forma por não ter recursos financeiros suficientes para fazer o trajecto Zango Chicala e vice-versa, todos os dias.

"Nem sempre tenho dinheiro de táxi para vir trabalhar na Chicala e regressar ao Zango, por isso, muitas vezes durmo mesmo aqui nesta parte da casa que ainda não foi partida", disse, tendo acrescentando que os seus filhos estão inseridos apenas numa explicação' por falta de escolas. ~

7.7 Transporte em falta

Jornal O País

3 De Abril 2015

Texto: Neusa Filipe

Para se deslocarem do Bom Jesus às outras localidades, como o mercado do Quilómetro 30, Estalagem e Catete, principais destinos dos vizinhos do rio Kwanza, eles têm de desembolsar de 400 a 500 Kwanzas, pois o único recurso passaram a ser os candongueiros.

"Aqui já não tem autocarro há mais de dois anos, é por isso que a população não se desloca muito. Nem sempre temos mil Kwanzas para ir e vir", reclamaram os habitantes.

Quando os autocarros da Bronutur chegavam à sede comunal, o povo do Bom Jesus tinha facilidade de chegar em Luanda, pois, pagava apenas 50.

Outra alternativa da população consiste em pedir boleia aos automobilistas que chegam e saem da vila ou dos trabalhadores das indústrias instaladas na zona, que nem sempre estão autorizados a prestar favores do género.

A água deixou de ser um problema para os moradores, que, com o surgimento da fábrica Bom Jesus, passaram, inicialmente, a acarretá-la a partir da referida unidade fabril. Actualmente estão instalados dez chafarizes na área, embora esta reportagem tenha apurado que dois não funcionam.

No Segundo bairro, próximo a antiga zona da açucareira, existem algumas girafas, a partir das quais

abastecem alguns camiões-cisternas, que rumam para fora do bairro.

A energia deixou de ser grande preocupação, uma vez que o bairro beneficia de uma subestação próxima.

No capítulo da educação, as escolas estatal e afecta à igreja católica atendem a demanda do bairro, nos níveis primários e secundários, mas, na primeira, registam-se faltas por parte dos professores, principalmente nos dias de chuva, pelo facto de a maioria da classe docente não ser residente.

Um novo centro médico foi construído e inaugurado recentemente, mas não atende certas necessidades no capítulo da saúde, ora por falta de especialistas, ora pela natureza e especificidade da própria instituição, como disseram alguns técnicos do ramo.

A segurança, no bairro, é ainda preocupante, pois registam-se alguns roubos, sobretudo de animais domésticos, conforme se queixaram os residentes. Instado a responder sobre a situação, o responsável do piquete destacado na esquadra da comuna, na tarde de terça-feira, 25, alegou que a polícia local estava proibida de passar qualquer informação à imprensa.

O aparecimento das empresas despertou a esperança da juventude local, no que ao emprego diz respeito, entretanto, os jovens da localidade queixam-se da pouca oferta por parte das empresas fabris e da falta de apoio social.

Antigamente, a vila do Bom Jesus estava dividida por três bairros, nomeadamente o Morro Cinco, a então zona alta, o Chafariz ou parte baixa, onde se situa a administração, a polícia e as escolas estatais e o bairro da Açucareira, o mais encostado ao rio Kwanza, onde se encontravam a indústria com o mesmo nome, as lojas, o refeitório e o centro médico, o único estabelecimento que resiste até hoje.

7.8 Pavimentação de ruas na reserva fundiária

Jornal De Angola

8 De Abril de 2015

Texto: Adão Diog

O traçado de ruas pavimentadas, passeios, construção da rede de esgotos, sistemas de electricidade e de telecomunicações são obras de vulto, em curso, nos 97 hectares da reserva fundiária das imediações do

Aeroporto Deolinda Rodrigues, na cidade de Saurimo.

A profundidade e qualidade do trabalho iniciado há oito meses, valoriza o espaço repartido em 351 lotes, 342 dos quais destinados à construção de moradias, e nove para serviços.

A desamatação marcou o arranque da empreitada que deu lugar à instalação da rede de esgotos. Para colmatar os desníveis do terreno, os técnicos tornaram a área plana, com o auxílio das potentes niveladoras. Isto permitiu desenhar a rede viária, os passeios, construção de lancis, postos de transformação de electricidade e outras estruturas de base para a iluminação pública.

As obras dos arruamentos cobriram 14 quilómetros dos 19 previstos. A pavimentação decorre, em simultâneo, com a instalação de tubos para a rede de telecomunicações em cada lote e ramais técnicos para outros fins.

Uma nova era

Este projecto estratégico é inédito na história da província, em mais de 13 anos de paz. Visa criar alternativas para desafogar o trânsito e garantir a qualidade de vida aos futuros moradores. O encarregado geral das obras, Alexandre Soares, garantiu à nossa reportagem que no domínio do saneamento básico, a empresa cumpriu as suas obrigações a 100 por cento e em 60 por cento os sistemas de electricidade e telecomunicações.

Os passos dados por uma equipa de trabalho composta por 134 trabalhadores, indiciam uma aposta séria do governo, para transformar a zona num verdadeiro centro urbano, onde os moradores sintam, na prática, o verdadeiro significado da dignidade, sonhada por todos.

Para imprimir celeridade na obra, a empreiteira instalou duas centrais para o processamento de betão e asfalto, matérias-primas essenciais à construção da nova centralidade de Saurimo.

Para acautelar fugas nas junções dos tubos e danos em futuras obras de ampliação de vias, o técnico garantiu que uma máquina especial realiza as soldaduras, aquecendo o plástico a 220 graus e a rede está instalada a seis metros da estrada, num canal próprio para a instalação da conduta.

Trabalho complexo

No terreno, a delicadeza do trabalho justifica a lentidão dos trabalhos, que começam com a abertura de valas por uma retroescavadora. O Trabalhador

Upale José ganhou o seu primeiro emprego ao integrar uma equipa que executa as obras do projecto.

Como ele, dezenas de jovens conseguiram trabalho na empreiteira que está a construir a nova centralidade de Saurimo. De acordo com Mário Leite, a empresa reúne condições para responder às solicitações da execução de obras. Quando concluir a instalação da conduta principal da água, pretende intervir nas ligações domiciliárias, asfaltagem de ruas e construção de passeios.

Satisfeitos com as iniciativas viradas para a melhoria da qualidade de vida, os munícipes de Saurimo exaltam a visão do Governo Provincial e apelam para uma fiscalização atenta do que "está ser feito para evitarmos ruas descartáveis", disse João Pombelo, que já fala de um cenário dominado por "fartura de água, energia, e ruas com uma rede de saneamento funcional". As ruas pavimentadas já recebem visitas de motociclistas e munícipes para satisfazerem a curiosidade, passear pelo espaço da nova centralidade, cujo acesso é ainda, restrito devido ao volume de obras e ao grande movimento de máquinas.

7.9 Camponeses recebem títulos de posse de terra

Jornal Economia e Finanças
10 De Abril de 2015

O cultivo de cereais, hortícolas e plantação de fruteiras diversas por parte dos agricultores e camponeses da comunidade da Humpa, município de Cacula, na província da Huíla, passa a ser feito com maior segurança e rentabilidade, com a atribuição do título de reconhecimento da ocupação, posse e direitos de uso e fruição de terrenos rurais comunitários feita pelo Governo.

A cerimónia de entrega do título que abarca uma área de 827,10 hectares de superfície, foi feita pelo vice-governador provincial da Huíla para o Sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, na presença do director provincial da agricultura e pesca, Lutero Campo, além das autoridades tradicionais, camponeses, membros do governo local entre outros.

O vice-governador disse que o título abrange mais de 1.000 pessoas, dentre camponeses, agricultores e membros da tribo khoisan, que vivem na comunidade da comuna de Tchikuaqueia, na zona da Humpa, município da Cacula, 120 quilómetros a Leste da cidade do Lubango.

Sérgio da Cunha Velho esclareceu que a actividade da entrega do título foi nobre porque potencia a actividade agrícola com segurança, o que permite aumentar e diversificar a actividade agrícola, para combater à fome e à pobreza no meio rural.

Mais iniciativas

O vice-governador acrescentou que o Executivo, através do governo provincial da Huíla já desenvolveu várias iniciativas, incluindo um estudo do seu modo de vida, e compreende-se tratar-se de um grupo bastante complexo, ligado a terra de maneira especial, pois, fixa-se em territórios bastante amplos, onde a sua presença em alguns momentos passa até despercebida.

O governante esclareceu que a Lei de Terra tem como um dos objectivos a garantia dos direitos fundiários das comunidades rurais e periurbanas, definindo os princípios, estabelecidos os limites e determinando as tipologias de concessão e utilização da terra.

Disse que o Governo de Angola tem estado atento a questão da ocupação das terras, pois, "quando feita de forma não regulamentada provoca sérias perturbações de vária ordem".

Aproveitamento adequado

Explicou que constitui tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se façam em prol de toda a comunidade, com respeito dos fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflituosidade social, "mas antes factores de paz, de harmonia social e desenvolvimento económico, contribuindo para o aumento da qualidade de vida".

Disse ser importante que as autoridades administrativas e os parceiros do Estado reflectam "sobre os aspectos práticos da aplicação da lei, permitindo a sua disseminação para garantir justiça, 'segurança e certeza jurídica aos seus destinatários.

"Com este instrumento jurídico cumprimos com um dos objectivos da existência da lei, para que os camponeses tenham assegurada a posse da terra, para explorá-la com a garantia de propriedade individual ou colectiva", disse.

Sérgio da Cunha Velho salientou que ainda existem muitas acções a realizar para compreender sobre esta comunidade, de modo a que se conduzam melhor as distintas intervenções que se julgem necessárias.

Acrescentou que o gesto feito que se resumiu na entrega do título de reconhecimento do direito útil

consuetudinário está dado um passo crucial no processo que vai conduzir a uma maior socialização deste grupo, a ser inclusão social.

Empenho

Em nome da comunidade beneficiária, Filipe Tiago, agradeceu as acções do Governo, que estão a permitir aperfeiçoar também as técnicas de lavoura nas localidades de Kavissi, comuna de Tchikuaqueia e entre outras, no município de Cacula.

Disse que o título vai permitir com que as comunidades trabalhem a terra com mais segurança e propriedade sem "temor de receber os haveres".

Na ocasião agradeceu ao Executivo pelo facto de várias famílias camponesas terem já sido contempladas com uma variedade de sementes que permitiu aumentar os níveis de produção e colheita de repolho, mandioca, feijão, gergelim, batata, ervilha e abóbora.

Referiu que está ainda em curso na comunidade, o projecto "Kumosi", que está a ser implementado com o financiamento da União Europeia.

Filipe Tiago reconheceu que com a aplicação do projecto muitas mulheres beneficiaram de uma formação para a transformação de produtos do campo.

"Estamos felizes, porque antigamente vendíamos a batata de forma esporádica e agora temos a possibilidade de transformar a produção, o que permite diversificar a dieta alimentar diária", disse.

Apoios garantidos

A coordenadora do projecto, Mariana Soma, explicou que a formação está a ser dada pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Antena Huíla e Cunene, complementada pela organização alemã, denominada "Pão" para o mundo.

O projecto beneficia de um financiamento de 900.000 euros, desde 2011, e tem duração de quatro anos.

Mariana Soma disse que o projecto está subdividido em duas vertentes, referindo que o primeiro passa pelo reforço da capacidade organizacional das famílias e camponeses; o segundo pelo apoio ao processo produtivo.

Durante o período foi possível congregar 22 grupos, dos quais 18 associações de camponeses e quatro cooperativas a nível do município de Cacula. Até ao

momento, o projecto beneficiou 2.500 pessoas que, de forma directa, receberam apoios.

A administração municipal de Cacula deu também o seu apoio para 10 novas associações de camponeses que submeteram os seus documentos ao Cartório da Comarca da Huíla para obtenção de escritura.

Na localidade existem duas associações de camponeses legalizadas. As cooperativas da comuna de Tchituto têm moagens, armazéns e cantinas comunitárias, onde prestam serviços às comunidades.

Projecto "Kumes]"

A coordenadora Mariana Soma disse que o projecto Kumosi permitiu oito associações aplicar sistemas de rega.

O município de Cacula é pouco rico em recursos hídricos, mas existem algumas localidades com possibilidades de retenção de água, de forma que as pessoas associadas promovam a agricultura.

Várias associações dispõem de diques de retenção de água e em alguns casos o projecto distribui tanques para o armazenamento de água, que facilita no sistema de rega por gravidade, sobretudo na época seca. No âmbito do apoio à diversificação, referiu, foi introduzida uma metodologia que se denomina "Escola na lavra do agricultor ou camponês", que permite ao camponês aperfeiçoar as técnicas de produção para maximizar os solos e minimizar as perdas.

Mariana Soma informou que foram instaladas no município de Cacula 14 lavras na escola dos camponeses, que seguem as técnicas nas lavras individuais.

Ainda no âmbito do apoio à produção, foram distribuídas aos camponeses oito motorizadas de três rodas que estão acopladas aos sistemas de rega, para o transporte de hortícolas às áreas de comercialização.

7.10 Demolições na chicala

Jornal Agora

10 De Abril de 2015

Texto: Sebastião André

"A Polícia está envolvida na comissão criada entre a Sodimo e a CACL para desalojarem a população, inclusive um dos membros que faz parte desta empresa é oficial da Polícia. Ele se identifica como

Américo e faz questão de mostrar os dois passes que ostenta".

7.11 Famílias realojadas em locais seguros no Sumbe

Jornal Manchete

10 De Abril de 2015

Texto: Francisco José

A reportagem do Manchete visitou os locais e constatou que existe uma grande vontade por parte do governo da província em colocar a população em zonas boas para se viver. Maria Júlio e viúva, antes moradora do bairro das Aguas, segundo ela, a sua residência estavam a beira do desabamento porque foi erguida junto de urna ravina, que quando o caudal do rio Cambongo subisse, toda a água inundava a moradia.

"O Governo fez urn grande trabalho, lá no bairro das aguas estávamos a viver sob risco. Eu acompanhei pela televisão o que aconteceu com a população da província de Benguela, no município do Lobito e vi que e urn risco habitar em zona inapropriadas. Aqui no Aniko, não existe perigo, estamos bem localizados, mesmo chovendo ninguém corre risco, e por essa razão que louvamos o esforço do Governo", disse Maria.

Joaquim Cambando e urn cidadão bafejado pela sorte, no bairro das Aguas onde morava era apenas inquilino de urna casa arrendada. Este sonhava em adquirir urn terreno para erguer a sua própria residência, mas quando a equipa de Fiscalização do Governo trabalhava no cadastramento da população este foi também seleccionado e assim ganhou o seu próprio terreno.

"Deus é pai, eu não tinha dinheiro para comprar urn terreno se quer, pagava a renda já com dificuldades, a chuva que foi caindo urn pouco por todo o pais deu-me a possibilidade de ter o meu lugar e juro que vou construir uma residência segura para morar com a família. Aqui na Pomba Nova e uma boa zona, o terreno e arenoso, sempre que chove o solo filtra as águas pluviais e não deixa lama. No bairro onde habitava antes era urn grande perigo, ate porque quando caísse a chuva ninguém podia circular, com receio de ser arrastado pelas águas do rio que transbordam quando o caudal aumenta", disse Joaquim, para mais adiante lembrar que assistiu várias

casas a serem arrastadas pelas águas e tem uma imagem negativa sobre os perigos que a chuva causa na vida das famílias que vivem em zonas de risco.

Lurdes de Sousa, 21 anos de idade, habitava antes de se mudar para a Pomba Nova, no bairro da Praia, bem juntinho da foz do rio Cambongo, sendo gestante já nos últimos dias não sabia o que lhe esperava, pois convivia com a morte. As ondas do mar batiam sobre a parede de sua residência, pois segundo ela, o mar brava quando recebe águas provenientes das chuvas, o que arriscava não só a sua vida mas também dos seus vizinhos.

Esta jovem mulher, com lágrimas no rosto, convidou-nos a entrar no interior da sua tenda para ver o seu recém-nascido. De acordo com ela, no dia em que foi transferida para o novo bairro, na mesma noite deu a luz com a ajuda de vizinhas de tendas.

"Foi difícil, mas consegui dar a luz sem muitas dificuldades. Quando fui surpreendida pelas dores de parto, os vizinhos se mobilizaram para que eu fosse para o hospital, mas por falta de meio de transporte acabei fazendo tudo aqui", contou a jovem.

Água, energia eléctrica, escola e saúde precisam-se

Da ronda feita pela nossa reportagem, constatamos que o Governo efectuou, na verdade, um grande trabalho, mas uma das grandes dores de cabeça das populações é a ausência dos principais serviços, como escola, saúde, água, energia eléctrica e um posto de Polícia para travar a onda de criminalidade na zona, como nos contou 1 Rafael Lino, que na noite em que se mudou para o novo bairro lhe foi roubado o gerador que poderia usar como fonte alternativa de fornecimento de energia eléctrica. "o Bairro é muito escuro as noites e os bandidos estão sempre aqui a solta. O Governo deve colocar um posto de polícia aqui na zona para o patrulhamento nocturno", advogou.

Quem também se mostrou preocupado com a ausência de serviços sociais básicos na zona é Judite de Oliveira. Segundo ela, os filhos estão com dificuldades de ir à escola pelo facto de não existir salas de aulas. Outra preocupação é com a saúde, se alguém à noite tiver febre pode morrer, não existe posto de saúde, um problema grave para nós".

Carla Pedro lamenta a ausência do precioso líquido, pois, para conseguir a água tem de se percorrer vários quilómetros para comprar nos reservatórios daqueles que possuem tanques em casa.

"Queremos água para deixar de sofrer, não conseguimos lavar a roupa nem tratar condignamente da higiene pessoal, disse.

O Governador diz que primeiro passo foi dado.

Eusébio de Brito Teixeira está certo das suas afirmações e garantiu que o primeiro passo foi dado, pois 400 famílias já foram reassentadas, restando apenas as outras que se encontram nas mesmas condições.

"Estão loteadas várias parcelas que ainda não receberam populares Atuko e Pomba Nova já habitam pessoas. O Governo está a trabalhar para colocar à disposição das famílias todos os serviços básicos para que as mesmas não sofram", garantiu o governador.

7.12 Roubo De Terrenos Dos Populares Em Cacucaco

Jornal A República

10 De Abril de 2015

Texto: Rita Fernando e Mwata

Kalucango

Desde o mês de Novembro do ano 2014, que os camponeses da comuna da Funda bairro Caop Velha, situada por de trás da Universidade Metodista de Angola, Município de Cacucaco que estão aterrorizados com o aparecimento de supostos proprietários das áreas já ocupadas por alguns populares.

Os mesmos defendem ser proprietários das terras ocupadas e que já puseram os homens a trabalhar para a vedação de toda extensão do terreno, no mesmo espaço já havia casas convencionadas e com algumas pessoas a habitarem por lá. Os aparentes proprietários que já coabitam no espaço em causa, afirmam que desde o final do ano passado, que a situação se matem provocando um mal-estar. Todos os santos dias acomodam-se por baixo de um embondeiro, que era o local de encontro de todos eles, sem comer nada preferindo manter-se permanentemente no local para preservar e se defender dos tais presumíveis usurpadores, e recebem ameaças de alguns militares, que também se abrigaram, com suas tendas no actual local que por sinal estão a salvar o espaço.

As populações constringi das defendem estar autorizados pela ex-administradora municipal Rosa Janota Dias dos Santos e o antigo administrador municipal de Cacucaco Agostinho Miguel Lima, na ocupação e vedação de terrenos desde Setembro de 2005. Como comprova a declaração de legalização e Vedação de terrenos da Administração de Cacucaco, assinado no dia 24 de Setembro pelo Ex-administrador municipal de Cacucaco Agostinho Lima como exibi a imagem.

Os moradores, estão assustados e apavorados com os que dizem ser donos dos terrenos e clamam para que a administração actual de Cacucaco se intervêm para a resolução dos tremendos problemas que lhes perturba sobre o espaço que a Ex-administradora Rosa dos Santos forneceu aos camponeses na altura.

Ouvindo no local o Sr. José, um das vítimas que também passa vários dias por baixo do embondeiro "queremos que a administração de Cacucaco e a Coordenação do bairro solucionem os nossos problemas" com o rosto muito triste, desanimado e amargurado.

Por outro lado a nossa reportagem ouviu o Sr. Miguel João Curi, que até mostrou os documentos que comprovam que administração de Cacucaco deu-lhe a declaração de legalização e vedação da sua parcela de terreno em 2005 assinado pelo antigo administrador municipal de Cacucaco.

7.13 Sinistrados descontentes com distribuição de bens

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Alberto Sambi

Segundo apurou O PAÍS, que esteve no centro de realojamento Camulingue, no Lobito, em Benguela, na tarde de Sexta-feira, 3, desde que chegaram ao centro de realojamento, os sinistrados receberam apenas o quite alimentar por duas vezes. A situação está a deixá-los tristes, porque seus familiares têm de cobrir suas necessidades com alguma ajuda.

Miquelina Catale tem 28 anos, está alojada numa tenda com o marido e os três filhos. Ela mostrou à equipa desta reportagem o quite alimentar que recebeu, na semana que antecedeu à desta edição.

"Olha, é isso que nos deram na semana passada, um saco de 25 quilogramas de farinha de milho, vulgo fuba, e outro de arroz, cinco litros de óleo, meio saco

de carvão e peixe seco, num saco de cinco quilogramas", detalhou Miquelina, tendo reclamado que, desta vez, recebeu um litro a menos de óleo em relação à primeira.

Além disso, a sinistrada beneficiou de três esponjas, que servem de colchão, dois mosquiteiros, panelas, baldes e bacias, bem como materiais escolares para as crianças, nomeadamente' mochilas e cadernos.

Miquelina Catale está preocupada com o tempo que ficam sem receber alimentos, um período que, segundo a própria, acaba por ser maior do que a dispensa disponibilizada, quinzenalmente' pelos responsáveis do centro.

Outro desassossego da inquilina das tendas tem a ver com o facto de saber que das ajudas prestadas aos sinistrados constam outros produtos que não estão a chegar ao centro dos sinistrados.

Sem querer avançar pormenores, Miquelina Catale, que disse estar bem inteirada sobre as ofertas de Luanda e Benguela, através de familiares e amigos, falou da roupa usada, que, até à data não tinha sido distribuída à sua família.

"Toda gente sabe que não houve só ajuda de comida, nem de outros utensílios que estão aqui, então, era bom que nos dessem as coisas que faltam para não estarmos desconfiados" , apelou a sinistrada.

Quem alinhou deste diapasão foi sua ex - vizinha do bairro Novo, Olga Daniel, que confirmou a falta de apoio, no que ao vestuário diz respeito.

"Se eles sabem que nós perdemos a maior parte dos nossos bens, não é preciso dizer-lhes que perdemos também a nossa roupa", reclamou Olga Daniela, adiantando que ela e seus pais conseguem variar a indumentária, graças ao auxílio de alguns familiares que os visitam, regularmente.

A reclamação da jovem não se cingiu apenas no vestuário, ela falou ainda de outros produtos doados que não são distribuídos no centro, como água mineral.

Questionado sobre os frascos do referido líquido que se encontravam em quase todas as tendas onde a equipa desta reportagem foi convidada a entrar, Olga declarou que o donativo tinha sido feito por missionárias de uma congregação religiosa afecta à igreja católica, cujo uniforme era de cor branca e azul.

A reclamante, que agora partilha uma tenda com os pais, aproveitou a ocasião para falar da falta de transporte.

"Esqueceram -se da existência de pessoas que estudam e trabalham, colocaram um meio de transporte que eu acho muito condicionado, porque não consegue servir os trabalhadores e os estudantes" protestou.

Olga frequenta a II a Classe, na Escola Técnica de Saúde, localizada no bairro do Compão, Lobito. Para chegar à sala de aulas, serve-se dos motoqueiros oportunos que fazem o percurso centro de realojamento Bela Vista, onde toma um táxi para o mercado do Africano, sendo que daí apanha o último para a zona escolar.

Por todo percurso, a aluna da escola do ensino médio do curso de enfermagem tem desembolsar 500 Kwanzas, já que o primeiro trajecto fica a 300, o triplo do valor das duas últimas viagens. Para minimizar os gastos, ultimamente, ela decidiu esperar por boleia, sujeitando-se a alguns atrasos.

Gozando da sua jovialidade, em função da qual justificou seu poder de memória, Olga Daniel censurou a calendarização de distribuição apresentada por Miquelina Catale, alegando que, na semana em que entraram para as tendas, só lhes foi concedido um saco de tuba e outro de arroz. Sete dias depois receberam seis litros de óleo e apenas um pacote ' de massa.

"Na semana passada nos deram a mesma coisa, menos um litro de óleo e massa, e tivemos peixe seco e uma lata de atum, pela primeira vez", asseverou, a jovem que preferiu não falar do carvão cuja quantidade considerou bastante enfuna para a atender as três refeições diárias.

Por causa da necessidade constante de bens alimentares e outros, nas proximidades das tendas passam vendedores ambulantes, aproveitando fazer o seu negócio. O que não falta, no local, é um posto clandestino de venda de bebidas alcoólicas, exactamente à entrada do centro.

Cadeiras plásticas desaparecem do horizonte

Chamada a intervir sobre o assunto, Francisca Rosa, que vive com quatro filhos e o marido, preferiu falar das cadeiras plásticas que estavam para ser distribuídas, no último dia do mês de Março.

"Tinham colocado aí fora, mas, de repente, foram guardar mais. Quando fomos perguntar, disseram que não chegavam para todos" , narrou Rosa, questionando qual seria o destino das dessas, se continuassem na mesma quantidade.

A ocupante de uma das tendas que ficam no lado mais a Norte do centro, disse que as coisas entregues aí já davam para remediar.

Embora receie alguma retaliação por parte dos responsáveis, ela não teve receio de cogitar que havia muita contenção na distribuição dos bens alimentares por parte dos responsáveis.

"Só para ver, em Março, houve sacos de fuba e arroz que molharam com água da chuva" , divulgou a cidadã, que espera mais justiça da parte dos dirigentes em dar as coisas a tempo e hora da necessidade.

Grávida de oito meses, Francisca Rosa, que cumpre com as consultas pré-natais na maternidade da zona baixa, apelou pelo reforço da equipa médica, ao ponto de querer ver técnicos de maternidade e infância.

"Onde está a televisão?"

O pequeno Edimilson de 11 anos, que seguia atentamente a nossa conversa, interrompeu a entrevista para perguntar onde estava a televisão que viu por um meio igual, apresentado como oferta aos sinistrados.

"Quando saímos daqui com os meus encarregados, eu assisti, nos ofereceram televisor, fogão e muita mobília, como é que aqui não estou a ver", interrogou o petiz, tendo propondo a criação de um espaço para assistência.

Preocupado com a segurança do espaço, Edimilson informou sobre as cobras que invadem as tendas e pediu para se disponibilizar pneus usados.

"Podemos queimar para as cobras fugirem daqui", propôs o miúdo, convencido que, deste modo, estaria a contribuir para o bem da comunidade. O pequeno está a frequentar a 6a Classe, na escola de seis salas, improvisada com chapas de zinco, ferro e madeira, localizada ao lado esquerdo da entrada do centro.

Os professores ainda são desalojados, mas está em curso um compartimento para professores, conforme confirmou o responsável pelas obras, cujo nome pediu para não ser citado nessa reportagem.

Tendo vindo do vizinho município do Bocoio, José Feliciano e Rita Chimbala viveram apenas um ano no bairro ovo.

Hoje nas tendas estão desalojados, por não terem familiares no Lobito. Por isso, queixaram-se de não terem roupa sequer para mudar de um dia a outro.

"Quando aquela situação aconteceu, ficamos mesmo sem roupa, por isso, aproveitamos para pedir às pessoas de boa-fé, se tiverem algo que já não usam, nos dêem", implorou o sinistrado enquanto mostrava as suas calças de ganga com a qual cobre parte do corpo, na maior parte dos dias.

O casal queixou-se sobre as debilidades das tendas perante as chuvas, tendo revelado que entra água nas dobras.

Quanto aos quartos-de-banho adaptados, que consideraram até haver em número aceitável, pediram para serem seleccionados por género, de modo a evitarem -se a frequência de homens e mulheres.

Para a iluminação nocturna, a zona das tendas beneficia de uma rede eléctrica de fonte alternativa, mas a água está garantida. Foram instaladas torneiras, no local, a fim de facilitar a captação.

Marcada zona de risco

No bairro Novo, as residências que ficaram intactas e parcialmente destruídas foram marcadas com as siglas AML/ZR, a indicar Zona de Risco. Alguns populares não deixam de visitar o seu antigo habitat, onde, muitas vezes, passam o dia todo, como é o caso de José Pacheco Bandeira' que trabalha por conta própria

"Estou nas tendas, mas num sítio onde você viveu durante muito tempo cria saudade, é por isso que eu venho aqui todos dias, também para recolher alguns artigos" desabafou morador da área, desde 2007 por ter tido a casa localizada próximo da encosta da montanha, José Bandeira, foi um dos primeiros a deslocar-se para a serra, onde ajudou a abrigar seus familiares.

Os cidadãos, agrupados, marcharam até administração daquele município no sentido de pedirem maiores explicações, de como será as condições de habitabilidade depois de partirem as suas casas.

A marcha não obteve os objetivos pretendido porque, a tempo e hora, foram impedidos pela polícia.

José Numala Ecundi, administrador comunal, disse ao *Grandes Notícias* que desconhece as verdadeiras causas das demolições, mas que ordem vieram da administração municipal, na pessoa da titular máxima Filomena PascoaI, e que o mesmo limitou-se a cumprir.

Os moradores frustrados, pelo não esclarecimento devido e pelo facto de serem impedidos pela polícia local a não realizarem a marcha, apelaram de forma exausta ao administrador para que os operários das máquinas parassem as demolições, mas que este não acedeu, mesmo que fosse necessário passar em cima dos moradores.

Segundo alguns moradores, não há razões alguma para a administradora municipal, Filomena PascoaI, orientasse as demolições, uma vez que as residências não se encontram em zona de risco (a 400 metros do mar) e que deveriam estar mais preocupados com as zonas de risco, em caso de catástrofes, para se evitar danos humanos, como aconteceu recentemente. "Não demoliram o bairro da Restiga, do Compão, Cabaia, Palácio do governador, onde a maioria das estruturas estão a menos 10 metro do mar?" remataram.

7.14 Demolições arbitrárias provocam protestos na Catumbela

Jornal Grandes Notícias

17 De Abril de 2015

Um grupo de jovens protestaram, na última sexta-feira, contra atitude da administração da Catumbela, que pretende demolir mais de 500 residências na comuna da praia Bebé, neste município, província de Benguela.

Mukwá Kituxi

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Negócio do Lixo em Luanda

Novo Jornal

3 De Abril de 2015

Sobe

O Administrador do município do Cazenga, TANY NARCISO, admitiu, sem receios, que existe uma promiscuidade no negócio do lixo em Luanda. Em entrevista a LAC o administrador não fugiu a nenhuma questão que lhe foi colocada. Falou abertamente da falta de sintonia, em alguns casos, entre a administração e a Elisal em relação as operadoras de limpeza contratadas pelo governo de Luanda. Da pressão que sofre para manter algumas operadoras de limpeza no município. De uma forma clara e tranquila, Tany Narciso falou dos problemas do seu município.

No cumprimento do dever ou do juramento prestado, este agente teve uma atitude que sensibilizou várias pessoas que, diante da imagem, não perderam tempo em usar as redes sociais para elogiar a postura assumida, diante de uma realidade que é bem diferente da que temos encarado nas estradas. Sempre que chove em Luanda ou noutra parte qualquer do país, os agentes reguladores de trânsito desaparecem da via, ajudando desta forma, a complicar ainda mais a circulação que já é deficiente nas principais cidades. O Agente em causa. Não arredou o pé e, ensopando os seus sapatos e molhando a farda ajudou a mostrar que com atitudes podemos mudar muita coisa.

Desce

O Ministro da Educação denunciou a existência de grupos promotores do absentismo das aulas nas sextas-feiras. A ser verdade, este pronunciamento de MPINDA SIMÃO deveria ser acompanhado de mais dados, como por exemplo, quem são estes incentivadores a fuga as aulas.

Como responsável máximo do ensino nos pais, Mpinda Simão tem a obrigação de denunciá-los, de forma clara, este procedimento, que não é novo, para não levantar qualquer suspeita. Ou será que o ministro esta a criar condições para atribuir a culpa da fuga dos alunos as sextas-feiras aos partidos políticos ou aos jovens "revus"? Ideal seria o Ministério da Educação vir a público com a informação de que estão identificadas as causas e como combatentes,

Parte significativa de Luanda esta a receber agua imprópria para o consumo devido a cor acastanhada que a mesma esta a apresentar. A EPAL culpabiliza as chuvas e vai dizendo que se pode consumir água para determinados fins! Independentemente da actual situação, a verdade é que os serviços prestados pela EPAL tem degradado nos últimos tempos. As propaladas 700 mil ligações domiciliárias não passaram disso mesmo e a agua não jorrou na maioria destas torneiras. Sem esquecer os que estão sem água há mais de 20 anos.

Se juntarmos a isso a deficitário atendimento nas agências da EPAL, a situação agrava-se, contrariando assim. A imagem satisfatória que esta empresa vem passando nas suas publicidades.

8.2 Bairro Popular vive um mar de dificuldades

Jornal De Angola

3 De Abril de 2015

Texto: Arcângela Rodrigues

Os problemas causados pela falta de saneamento básico continuam a marcar o quotidiano dos moradores do Bairro Popular. As ruas estão esburacadas e cobertas de lama, as valas de drenagem entupidas e há lixo espalhado por todos os cantos. Em algumas ruas como a Cimex, Neves Bendinha, Machado Saldanha, Euric, Porto Alexandre e Mora, o trânsito é impossível, principalmente nos dias de chuva. Nem a pé se pode andar.

Os esgotos a céu aberto criam lagoas à porta dos moradores. Quando a chuva é muita, as águas invadem as ruas e casas, causando transtornos e prejuízos. As inundações são frequentes e causam danos a quem já pouco tem. As casas já não arejam devidamente, porque as janelas e as portas estão sempre fechadas, por causa do mau cheiro dos esgotos rebentados.

Na zona Olímpio Macueira algumas ruas já beneficiaram de obras de requalificação. Mas outras ainda estão à espera. Pouco feito e quase tudo por fazer. A degradação continua e afecta a parte já requalificada. Os moradores pedem às autoridades competentes para darem continuidade à obra.

Maria da Conceição vive na Rua do Euric, no Bairro Popular, há 55 anos. Disse à reportagem do Jornal de Angola que desapareceu há muito tudo o que encontrou. Uma zona urbanizada e com todas as infra-estruturas, hoje foi tomada pelo caos urbanístico. Há moradores que constroem no espaço em frente às casas e nos quintais. As casas originais desaparecem na confusão.

O saneamento básico está "rebentado". Os passeios desapareceram e os mais ousados construíram "casas" nos espaços públicos. O Bairro Popular nasceu para alojar gente sem grandes posses. Mas apesar de ter casas modestas, as construções tinham qualidade. São vivendas unifamiliares, quase todas geminadas. Era proibido construir em altura.

Modelo de sucesso

O modelo teve tanto sucesso que foi construído o "número dois", com mais habitações que o "número um". Até ao ano de 1975, cresceu sempre e era uma das zonas de Luanda com mais habitantes. Nos meses que antecederam a Independência Nacional houve a debandada geral, porque a maior parte dos moradores era de origem portuguesa. Muitas casas ficaram abandonadas, mas por pouco tempo.

O problema é que desde então, nunca mais houve obras de manutenção nos passeios e arruamentos. A iluminação pública foi negligenciada. O saneamento ficou assoreado por falta de manutenção. As avarias na rede de água surgem com frequência. O Bairro Popular começou a ser construído nos anos 50 e as canalizações estão "podres". A rede eléctrica há muito que pede substituição.

Começou por ser um "dormitório" de Luanda, servido pelo machimbombo da linha 22 (directo) ou da linha 16 (até à Terra Nova).

O gueto hoje está afogado num mar de problemas onde a qualidade de vida se perde.

Trabalhos parados

"No ano passado, a Rua do Euric e os arruamentos adjacentes começaram a receber obras de reabilitação, mas este ano as obras paralisaram e ninguém nos informou quais foram os motivos que levaram à suspensão dos trabalhos", explicou Maria da Conceição, uma das veteranas do bairro e que ainda conserva na memória os "tempos áureos".

A suspensão de trabalhos de reabilitação nos bairros sem uma explicação aos moradores, é comum em Luanda. As administrações distritais e municipais nem se dignam dar uma satisfação aos moradores. Do alto da sua arrogância vão iludindo a realidade

com discursos políticos, quando as soluções têm de ser técnicas.

Mudança de empreiteiro

Maria da Conceição explicou que no começo, as obras estavam à responsabilidade de uma empresa chinesa. Mas sem ninguém perceber como nem porquê, um dia os trabalhos ficaram a cargo de uma empresa portuguesa. Agora nem uns, nem outros. Está tudo parado.

No ano passado, enquanto decorriam os trabalhos, os moradores apresentaram várias reclamações ao encarregado da obra, porque as máquinas rebentaram com as redes de água e luz. O costume. Os empreiteiros até "cortam" os cabos de alta tensão da Edel e ninguém os responsabiliza. "O problema da energia foi solucionado e quanto à água, continuamos com os mesmos problemas. Foram instaladas torneiras na via pública, mas a água sai sem pressão", acrescentou.

"Entre os moradores não há entendimento. Alguns vizinhos ligam mangueiras às torneiras que foram instaladas junto às paredes ou aos muros e levam nas para dentro das suas casas, todo o dia. Os outros têm de comprar cada bidão a 75 kwanzas", afirmou Maria da Conceição. Mas para as torneiras serem instaladas todos os moradores tiveram que contribuir. Agora alguns fazem deles, o que é de todos. Ninguém actua contra os "gatunos da água".

Péssimas condições

No Bairro Popular, quando chove é uma lástima. Ninguém consegue sair de casa e as crianças ficam sem estudar. " Por causa das péssimas condições da via, o meu genro ao sair de casa caiu e partiu o braço", disse Maria da Conceição. Rosa dos Santos é também moradora na Rua Euric, no Bairro Popular, há 41 anos. Explicou à nossa reportagem que por causa das águas paradas, os moradores estão sujeitos a todo tipo de doenças. "Estamos a viver por cima do lixo só não sei até quando vamos aguentar estas condições", acrescentou. A moradora também disse que por causa das águas paradas e do lixo, os vermes estão a invadir as residências e há mosquitos por todos os cantos. "Os esgotos foram mal instalados. Tudo o que é deitado na sanita ou na lava loiça, volta para dentro de casa", realçou. Mas Rosa tem um problema mais grave: "Para sair de casa, como estou cercada por lagoas, tenho de trepar as paredes e a minha idade já não permite".

Rosa dos Santos deixa um conselho: "Para evitarmos situações desagaveis é importante fazer previsões

para o começo das obras. O tempo de cacimbo é o melhor para realização deste tipo de trabalho".

Vendedoras e vendedores ambulantes continuam a fazer os seus negócios em lugares impróprios, ao lado do lixo e das águas paradas. Quem passar pela Rua da Cimex até à zona Olímpio Macueria, que dá acesso ao Hospital Sanatório, só vê "bancadas" de um imenso mercado informal, onde se vende de tudo um pouco. E os moradores do Bairro Popular têm ainda a cereja em cima do bolo: a confusão permanente dos táxis e os engarrafamentos monstruosos.

8.3 Modelo de recolha de lixo deve ser híbrido

Jornal De Angola

4 Abril de 2015

Texto: Cristina Da Silva

O ambientalista Valdemiro Russo defendeu a criação de um modelo de gestão de recolha de resíduo híbrido para a cidade de Luanda, por apresentar característica diversificada resultante da sua estrutura administrativa.

Valdemiro Russo, que falava ao *Jornal de Angola* sobre a actual situação da recolha de lixo na capital do país, considerou a cidade de Luanda uma localidade heterogénea, que já testou vários modelos de recolha, desde selectiva a porta a porta, que não tiveram resultados satisfatórios.

Com o modelo híbrido, disse, a recolha de resíduos sólidos passa a ser feita de várias formas, definidas em função das necessidades de cada município. "Neste momento, a recolha de resíduos em Luanda tem sido feita com uma única configuração, sem que se tenha em conta a realidade que cada município ou distrito representa", declarou o ambientalista. Russo lembrou que é importante conhecer estas particularidades para ser desenvolvido um sistema de gestão de resíduos adequados a cada tipo de situação, sublinhando que "não podemos recolher os resíduos no Cazenga da mesma forma que se faz no Sambizanga ou na Maianga". O cenário de resíduos sólidos espalhados um pouco por toda a cidade de Luanda é resultado da paragem forçada das operadoras de recolha, por falta de pagamento.

O incumprimento da estratégia de recolha de lixo em Luanda leva a amontoados numa cidade que produz diariamente cerca de três mil toneladas e tem seis milhões de habitantes. Em relação à poluição ambiental, Valdemiro Russo declarou que esta

situação tem a ver com o facto de os resíduos produzidos pelo cidadão serem depositados na lixeira e acrescentou que "a falta de um processo de reciclagem ou reutilização dos resíduos faz com que notemos um volume de lixo em vários pontos".

Foi aprovado em 2012 o Regulamento sobre Gestão de Resíduos e o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos, o primeiro dos quais estabelece as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para a água ou para a atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transporte de quaisquer resíduos.

8.4 Operadoras em acção mesmo com dívidas

Jornal de Angola

6 De Abril de 2015

Texto: Carla Bumba

O Lixo acumulado em algumas áreas da capital começou a ser recolhido pelos trabalhadores das empresas de limpeza. A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda reconheceu que existem dívida e comprometeu-se a liquidá-las dentro de dias. Por sua vez os patrões deram garantias que iam pagar os salários em atraso. Tudo fica bem quando acaba bem.

José Tavares, presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, pediu as empresas que recolhem o lixo "espírito patriótico, solidariedade e altruísmo cadeia de valores aos quais somos obrigados a estar conformados".

Com a recolha do lixo, como constatou a reportagem do *Jornal de Angola*, os comerciantes dos armazéns da Gajadeira retomaram a venda das mercadorias com higiene.

Urn dos vendedores disseram que "já não aguentávamos esta lixeira que trouxe varies tipos de doenças, e depois, como não se bastasse as águas paradas da chuva andavam de mãos dadas com o lixo". O Trabalho de recolha de lixo recomeçou no Bairro Operário, São Paulo, Kilamba Kixi e outras áreas, onde os residentes aplaudiram "a compreensão das empresas operadoras da recolha de lixo". Celma Dembele, moradora no Bairro Operário, disse a nossa reportagem que "hoje já conseguimos passar nestas áreas sem travar a respiração. Respiramos ar puro, o que não acontecia ate agora e durante alguns meses".

O Ministério do Comercio em colaboração com o Governo Provincial de Luanda continua a executar a transferência dos armazéns, que se encontram no

centro da cidade para as zonas periféricas. A zona das Gaja jeiras esta incluída.

8.5 Lixo ameaça circulação automóvel

Jornal De Angola
12 De Abril de 2015

Uma semana depois do governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, ter reunido com os operadores de recolha de resíduo sólidos, que prometeram retomar a limpeza dos bairros com grandes focos de lixo, a reportagem do Jornal de Angola constatou ontem que em muitas zonas o lixo e as águas putrefactas ameaçam fechar ruas inteiras.

São os casos das ruas do Rangel e da ruela adjacente à Avenida 21 de Janeiro, Rocha Pinto, onde montanhas de lixo e lagoas de lama impedem a circulação automóvel.

Em declarações ao Jornal de Angola, António Manuel, que vive no Rocha Pinto, disse que há semanas que o lixo não é recolhido: "O facto da ruela ter um separador de betão, dificilmente as pessoas que circulam na avenida principal dão conta que ao lado o lixo ameaça a saúde de toda a gente que ali vive", disse. Maria da Graça, que também mora no mesmo bairro, apontou os mercados ilegais que existem debaixo de todas as passadeiras da Avenida 21 de Janeiro como os grandes produtores de lixo. "As administrações municipais, sobretudo as áreas de fiscalização, devem tomar medidas, porque senão as doenças vão aumentar", alertou.

António da Fonseca apontou a destruição dos eucaliptos que circundavam o bairro Rangel como a causa principal das actuais águas salobras que inundam o bairro. Está provado, disse, que um eucalipto é capaz de absorver oito litros de água por dia. "Ao desmatarem o bairro dos eucaliptos, construindo casas, o resultado é este, casas e ruas submersas, em qualquer época do ano", disse o morador. No bairro Sagrada Esperança, contentores com montanhas de lixo perigosamente colocadas junto a um parque infantil e à Igreja de São Pedro, são um verdadeiro atentado à saúde pública, como disse Manuel Francisco, morador no bairro.

Na reunião com as operadoras de lixo, o Governo Provincial de Luanda reconheceu que estava em dívida com algumas empresas do sector, mas está a ser feito um esforço junto do Ministério das Finanças para desbloquear verbas que permitam o pagamento.

"Nós assumimos a dívida e vamos pagá-la", prometeu na ocasião o governador de Luanda, Graciano Domingos.

A produção per capita de resíduos sólido em Angola está estimada em 0,46 quilos por dia, segundo o director do gabinete jurídico da Agência Nacional de Resíduos, Nermândio Cruz.

8.6 Não podemos usar um modelo para toda a província

Novo Jornal
17 De Abril de 2015
Texto: Nok Nogueira

As declarações do governador Graciano Domingos sobre as empresas de saneamento básico e representativo do quão degradante em o quadro da recolha de resíduos sólidos em Luanda?

Representa uma preocupação generalizada de toda a população e inclusive do governador que tem como missão gerir a província e gerir a questão dos resíduos. Desde o início de Marco que os resíduos foram-se acumulando nas principais artérias da cidade, dentro do casco urbano e na periferia. Facto que foi depois exacerbado com as chuvas, que impossibilitaram a circulação dos camiões de recolha em determinados locais. O lixo foi arrastado para áreas que não São normalmente utilizadas e isso de facto criou, não ainda uma situação de caos, mas uma situação muito degradante.

Estamos a falar de uma situação que não e nova como tal é um facto recorrente, que aconteceu com todos os governadores que passaram por Luanda e um problema de todos os anos ...

E recorrente e as causas São sempre as mesmas, ou seja, parecidas. A diferença e que temos muito mais operadores, mais empresas na área de prestação de serviços de resíduos sólidos do que tínhamos anteriormente. Há muito mais pessoal engajado nesse trabalho. Mas os problemas continuam a ser a falta de pagamento, o que leva a greves nas empresas. As vezes não São greves, mas e só o facto do funcionário não ir trabalhar. Há sempre um 'boom', em termos de melhorias, quando os equipamentos São novos. Estes equipamentos deveriam durar dois, três, quatro anos, e em muitos casos não demoraram mais do que um ano. Fruto das vias e do tipo de resíduos que acabam por ser colocados nessas viaturas. E, portanto, M sempre ciclos. Fica sempre associado a falta de pagamentos, mas a falta de pagamentos e apenas um dos problemas associados a ma gestão que existe na gestão de resíduos. Quando

digo ma gestão ela esta associado ao modelo, porque não podemos usar urn modelo para toda a província, mas também a incapacidade de alguns operadores de poderem gerir os resíduos que produzimos.

Que opinião e que tem sobre o modelo de recolha de resíduos em Luanda?

Este modelo e adequado para algumas partes da cidade. Defendo um modelo híbrido, um modelo que possa ser contextualizado para o tipo de utilização do solo, isto e, as áreas residenciais, de serviços. Comerciais e mistas deverão ter modelos separados. Por exemplo, o modelo de recolha a noite funciona bem em sítios onde há iluminação, na baixa da cidade, por exemplo. Onde o transito diminui substancialmente no período nocturno, onde a criminalidade e relativamente mais baixa e onde temos

prédios com elevadores. A regra e que o lixo devera ser depositado depois das 18hora. Quem trabalha longe, apanha duas horas de trânsito, chega a casa, e mora no 12.0 andar e não tem elevador, sobe e só desce com o lixo no dia seguinte de manha. Então, o problema não e do modelo, e de um outro factor. E do factor inexistência de elevador, ou porque naquela altura não havia energia. Este modelo pode funcionar, mas o que temos e muita concentração de pessoas na cidade e a produção de muito lixo. Isto e, mais lixo do que a capacidade que temos para recolher.

Mas o aumento da produção de resíduos sólidos acaba por ser um fenómeno natural da própria dinâmica das sociedades e Luanda não esta a margem ...

Sim. Começámos a ter, há já alguns anos. Uma classe média que tem um maior poder de compra. Havendo um maior poder de compra, claro que há de haver mais consumo. A produção de resíduos esta muito associada ao consumismo. Se o nosso poder de compra fosse limitado, haveríamos de consumir menos. Tudo este associado ao embalamento. O Volume de resíduos, consoante vamos tendo maior poder económico, vai aumentando, isso e inevitável.

Nos outros países, como e que e feito para contrabalançar esse facto?

Os resíduos que são diferenciados são separados e colocados noutros locais que não sejam os contentores. Para que possam ser reciclados, fazendo com que se retire do circuito normal de recolha de resíduos sólidos urbanos. Ai temos uma redução do volume do resíduo e temos uma outra coisa que e importante: uma maior responsabilização do cidadão. Porque em Angola, como em muitos países do

mundo, não pagamos pelo serviço que o Estado nos oferece de recolher o lixo que produzimos. Muitos países na Europa cobram uma taxa de saneamento. Moçambique cobra a taxa de saneamento. Esta indexada a factura da energia. Nos podemos indexar a energia ou a água, Mas não pagamos por um serviço que nos e dado gratuitamente.

As pessoas podem dizer: "Mas eu pago impostos". Pagam-se impostos para uma série de coisas! A separação do lixo e o depósito do lixo em contentores eco pontos, como se chama, iria responsabilizar mais o cidadão. A África do Sul, por exemplo, banuiu a distribuição gratuita de sacos plásticos nos supermercados, Quem quiser, paga uma quantia mínima, que vai para um fundo que reverte para projectos ambientais. No Brasil esta a ser ensaiado um conceito muito interessante que e a "Logística Reversa", Por exemplo, se compro um televisor numa empresa, quando esse televisor avariar, vou a essa empresa devolver o aparelho.

Voltando ao discurso do governador. Graciano Domingos prometeu fazer uma triagem das empresas e referiu-se também a uma certa robustez financeira como urn dos indicadores que deverão pesar no critério de escolha das empresas que prestarão serviço de recolha de resíduos sólidos.

Não deixa de ser uma declaração curiosa e um tanto ou quanto questionável, já que o processo parece ser exactamente o inverso?

E normal, quando se vai licenciar uma determinada empresa para uma determinada actividade, que haja um processo de verificação, uma auditoria. Isso geralmente deveria ser feito no início da actividade. Isso e que deveria ser feito a partida. Agora, se o vamos fazer após as empresas estarem a funcionar, tem de se dar possibilidade as empresas que estejam menos preparadas de se prepararem. Não e apenas dizer que não presta.

Mas não lhe parece estranho que só agora se venha a publico levantar esta questão da triagem e da robustez financeira das empresas, uma vez que o problema não é novo?

Creio que de alguma forma as empresas que funcionam passaram por alguma espécie de triagem. Não posso chegar a Elisal e dizer: "Olha, tenho uma empresa e quero começar a trabalhar". Quando e assinado um contrato com a Elisal, ela questiona sobre o estaleiro, número de funcionários, etc. Pelo que oiço, existe alguma espécie de controlo. A questão e se esse controlo, se essa triagem e feita de modo regular. Portanto, tem de ser uma avaliação continua, com vista a melhoria das empresas e não

numa perspectiva de punição. Porque o que queremos são empresas capacitadas para fazer melhor o seu trabalho e não fechar empresas para termos menos operadoras, porque aí o trabalho fica pior.

É normal que o governador venha dizer que é preciso fazer uma triagem. Concordo. Mas é preciso que os mecanismos desta triagem sejam bem feitos para não beneficiar apenas aqueles que tem tudo. É preciso ter cuidado e não pensar que estamos a fazer um saneamento, e dizer:

"Esta empresa não presta, tem feito mal o serviço e vamos fechar". Estamos a falar de investimento que foi feito, de recursos humanos, de capacitação de recursos humanos.

Pareceu-lhe uma medida de saneamento?

Pareceu-me que a questão é fazer uma triagem. Cada um interpreta da sua forma...

E a questão da chantagem de que se queixou o governador Graciano Domingos?

Estamos numa economia de mercado. Se forneço um serviço, espero ser pago. Não me vejo a chegar a TAAG e dizer: "Quero viajar e vou pagar amanhã". Não vou entrar no avião. Tão simples quanto isso! É normal que uma empresa que forneça um serviço, se o serviço estiver a ser prestado em condições e ela não for paga, tenha dificuldades depois em executar esse mesmo serviço. Porque há custos com o pessoal, há custos de equipamento. É só ver que há muitas empresas cujos trabalhadores tem o seu equipamento, fardamento, luvas, nas caras; outras não tem. A partir daí pode começar a triagem. Dizer: Esta empresa não pode ter o trabalhador a funcionar nessas condições, Mas ela vai dizer que para fazer isso tenho de comprar, mas estou com três/ cinco meses de atrasos. Ora, se é celebrado um contrato, este prevê quais sapos deveres e obrigações de cada uma das partes. Penso que é normal as pessoas reivindicarem. a que pode acontecer e que haja outros aspectos que fogem ao conhecimento público, de empresas que não cumprem os compromissos contratuais. Mas não conheço os contratos, logo é muito difícil dizer se a chantagem está a ser bem feita ou não. É normal o governante vir reclamar, porque de facto a cidade não está num bom estado. Mas o próprio governador reconheceu que existe uma dívida, que será programada e paga. A questão é: Vai ser paga quando? Lembro-me há alguns anos, houve empresas que disseram que não trabalham mais por causa da dívida e estas fecharam ou foram criando outros nomes o E um processo de negociação. Acho que a chantagem nunca fica bem, porque a chantagem é ilegal.

Acha que foi um discurso de culpabilização?

Sim, sim. Mas, como diz o ditado, a melhor defesa é o ataque. Portanto, o governador culpava porque conhece o dossier melhor do que eu. Poderá haver motivos para isso. Por exemplo, é do conhecimento público que algumas empresas receberam viaturas dadas pelo Estado. Como acontece com as empresas de transporte. Se calhar, houve empresas que receberam esses equipamentos e mesmo assim não tiveram Condições de cumprir com os seus contratos. Estou aqui a fazer suposições, Conheço as reivindicações de um lado, mas poderá acontecer que o senhor governador esteja a culpar as empresas pelo seu mau desempenho fruto de possíveis apoios que o governo tenha dado e que não tenha visto, nas horas mais difíceis, esse retorno. Porque de facto há empresas que podem sacrificar-se um pouco mais do que outras.

A situação que a economia angolana enfrenta neste momento, também apontada pelo governador, legítima ou não a justificativa que foi apresentada por Graciano Domingos?

Pode ser. O Orçamento Geral do Estado (OGE) foi reduzido em mais de 50 por cento. O OGE para tudo, sofreu cortes. Alguns ministérios e alguns governos de província sofreram mais reduções do que outros. A e saber onde e que vamos priorizar. Porque posso ter, hipoteticamente, 100 milhões de kwanzas e ter uma série de projectos e, de repente, só tem 50 milhões. Tenho de ter a capacidade de priorizar aquilo que é mais irrelevante. Neste momento, a questão dos resíduos é uma das questões muito irrelevantes. Porque do mau aspecto, leva a doenças, provoca congestionamento no trânsito. Portanto, é uma desculpa legítima do senhor governador. Daí ter dito que estamos a receber um serviço gratuito. Lembro-me de ouvir o antigo director da Elisal dizer que a política da empresa era ter um contentor a cada 300 metros. Isso não está a funcionar. De quem é a responsabilidade de por os contentores? Porque as vezes temos os contentores sem nome, outras vezes temos contentores das empresas que estão a fazer a recolha nessa área. Como é que fica essa responsabilização? É de facto uma desculpa, mas é uma questão que tem de ser resolvida.

Fala-se muito no problema do lixo, mas a discussão do assunto como tal acha que tem merecido a pertinência que se requer?

Penso que agora com a Agência Nacional de Resíduos. Que tem um papel catalisador, um papel integrador, de levar a mensagem, procurar tecnologias alternativas, incentivar os governos das

provincias a procurarem soluções em termos de aterros, há um conjunto de acções que essa agencia, que não existia, porque havia um vazio, vai ajudar a colmatar. E urna instituição nova, claro que ainda vai levar algum tempo para poder caminhar, mas penso que um exactamente esse papel. Mobilizar, levar a debates. Uma das coisas que foi criada como decreto presidencial, sobre o regulamento de Gestão de resíduos sólidos, foi que as empresas que operam em diversas áreas deverão ter um plano de Gestão de resíduos. Esse plano devera identificar, entre outras coisas que tipo de resíduos e que tem, as quantidades, como e que e feito o tratamento, qual e o destine final e qual é a empresa que vai ser contratada para isso. E um passo, porque começamos por ter empresas que não sabiam o que fazer com os resíduos ou que iam depositar os resíduos comerciais junto com os resíduos sólidos urbanos.

O problema em relação aos resíduos sólidos esta na gestão, na recolheu no tratamento?

E das duas coisas. Não há tratamento. Tratamento não e pôr no aterro. Isso e deposição, a tratamento e poder pegar nos resíduos e dar o tratamento devido ao tipo de resíduo. As bombas de combustíveis, por exemplo, têm área nos seus esgotos. Quando há lavagem e derrames estas areias contaminadas são retiradas e tratadas. Isso e tratamento. A que nós temos e recolha e deposição em lixeiras. Não há tratamento. Não podemos falar de tratamento enquanto não existir isso. Nessa ordem de ideias, o problema e a Gestão de resíduos ou a nível da recolha?

Acho que e a nível da recolha. Está-se a produzir muito lixo. Está produzir mais do que a capacidade de recolha. Isso faz com que por vezes haja aquelas campanhas feitas no fim-de-semana em governo diz que recolheu to de resíduos. É normal. Se temos três mil toneladas por dia e normal que ficarmos três ou quatro dias sem recolher, existam muitos resíduos. É como a procura e a demanda. A recolha é deficiente. As zonas periféricas o carro não chega e, portanto vão fazendo essas acções paliativa isto é, cada mês, a cada semana, vai camião com uma retroescavadora recolher os resíduos, só que vão recolher e o que sobrou, porque estão ali a acção do vento, dos animais, da água e os resíduos vão-se dispersando.

Há 25 anos aproximadamente Luanda contou com uma parceria com as Filipinas na recolha de resíduos sólidos e ainda assim, a situação não se alterou. Acha que este e um problema com o, p+

45. qual Angola tem imenso problemas de lidar?

Foi um período muito engraçado (risos). Havia outros objectivos com a "importação" dos filipinos para varrerem as nossas ruas. Acho que isso não se põe, não precisamos de mão-de-obra estrangeira para executar. Mas temos de saber planificar. A questão da planificação e importante e uma planificação a pensar no futuro. Somos muito pouco projectivos, porque estamos a reagir as situações, reagimos aquilo que e imediato. Para sermos projectivos temos de pensar já naquilo que vai acontecer. Temos muito pouca experiência. Temos neste momento um aterro, dos Mulenvos em Luanda, temos a provincia de Benguela, Huambo, Cabinda o governador do Kuando-Kubango anunciou a construção de um aterro sanitário por município, quando a meta e fazer um por provincia mas não temos a capacidade de gerir esse tipo de empreendimentos.

A ausência de um estudo de caracterização de resíduos torna o quadro mais preocupante?

Sim, porque esta caracterização permite-nos perceber que tipo de resíduos e que produzimos e em que casco. Iria permitir definir melhores estratégias para dar resposta a esse tipo de resíduos. E como a questão do senso. Temos de saber quantos somos para podermos planificar os serviços de saúde, de educação, estradas, água, energia. Só podem dar uma melhor resposta aos resíduos se soubermos que tipos de resíduos estão a ser produzidos pelos cidadãos. Para onde vão, A Maio ria vai para o contentor ou para um sítio qualquer. Muito vai para o mar. Vemos muitos sacos plásticos, garrafas plásticas, porque flutuam, o resto esta no fundo do mar.

8.7 O Lixo Política

Jornal O País

Texto: Dani Costa

Os enormes aglomerados de lixo na cidade de Luanda continuam na ordem do dia. A primeira vista, tal estará simplesmente associado ao atraso no pagamento as empresas que efectuam os trabalhos de limpeza, urna situação que terá reduzido a capacidade de intervenção dessas mesmas instituições, com maior incidência para a falta de pagamento de salários aos seus trabalhadores.

Apesar de malcheiroso, o negócio do lixo sempre foi um dos mais apeteceíveis em Luanda. Para tal, basta notarmos a enorme concorrência que se verifica para

a entrada nesse ramo, embora ainda não estejamos perante cenários mafiosos como os que assistimos em tempos idos na região italiana de Napoli, quando a máfia tomou conta desse ramo.

Ainda assim, são poucos os nomes tradicionais do empresariado angolano que não se tenham sentido tocados pelos astronómicos 18 milhões de dólares norte-americanos que são gastos mensalmente pelo Governo Provincial de Luanda.

Tal como a moda que se assistiu em tempos idos noutros domínios, com a Criação de diversos tipos de negócios, como os bancos, seguradoras, restaurantes, empresas de segurança, o sector do lixo também já é urna predilecção e tem dominado as atenções dos mais atentos.

E a enorme concorrência nem sempre tem servido de mote para a melhoria dos serviços fornecidos aos luandenses e pagos a peso de ouro. Últimos 10 anos o número de empresas que surgiram para a limpeza da capital ultrapassam de longe o total das restantes existentes nas outras 17 províncias dos pais. A mesma se pode dizer em relação a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), que no mesmo período tem conhecido mais directores-gerais ou coordenadores do que muitas empresas do pais ou governos provinciais.

De igual modo, essas mudanças pouco ou quase nada tem servido para alterar o quadro que Luanda vai conhecendo em relação ao lixo, sobretudo naqueles períodos críticos como a quadra festiva ou os feriados prolongados.

O corre-corre no negócio mostra-nos o reverso da moeda. Parece que longe da capacidade técnica de muitas dessas empresas, são outros os critérios que tem ditado o aparecimento em catadupa de muitas formas, o que pode ser facilmente conformado com o estado em que se encontra a periferia da capital, onde alem do mau cheiro, o lixo concorre com os buracos na Criação de sérias constrangimentos ao trânsito já caótico.

Muitos dos governadores que passaram por Luanda terão também as suas impressões nesse negócio, E apontar o nome de muitos comensais demonstra -se ate urna tarefa fácil, porque os exemplos estão ai a mão de semear.

Ainda assim estão ai as suas empresas também, E em quase todas as esferas, o que não constituiria qualquer sacrilégio se essas empresas, que se esfolam pelos milhões de dólares do Governo Provincial de Luanda, tivessem as mínimas capacidades para garantirem urna cidade mais saudável.

Infelizmente, não e assim como as coisas acontecem. E apesar de ainda não estarmos a assistir os mesmos jogos sicilianos, a verdade e que no jargão de quem sobrevive nesse negocio nos últimos tempos surgiu um novo termo:

O lixo político. O lixo politico não esta, necessariamente, associado a factores políticos ou influencias movidas por entidades bem cotadas politicamente para conseguirem mais territórios para limparem.

A ineficácia de algumas políticas traçadas pelo próprio Governo Provincial de Luanda, assim como a falta de Fiscalização assistida em tomo dessas mesmas entidades que estão no apetitoso mercado do lixo, faz com que as empresas mais fortes invadam os territórios de outros com o lixo que retiram de outras partes da própria capital.

Infelizmente - e para espanto de muitos luandenses - o lixo que hoje vai aparecendo em diversas partes da capital parece que não tem sido produzido pela população que habita nas suas redondezas.

a chamado lixo politico e visto como fruto da ganância de alguns operadores que estão a minar partes da capital com aquilo que era suposto levarem para o Aterro Sanitário dos Mulenvos.

E como a Fiscalização em tomo daquilo que se recolhe esta aquém do desejado, os esquemas para se retirar do Governo de Luanda mais dinheiro são os mais arditos possíveis.

Penso que, tal como as empresas se apresentam para reclamar os milh5es de dólares que tem por receber, e importante que quem paga tenha também mecanismos suficientes para poder aferir se esses montantes correspondem a realidade ou não.

O actual modelo de aferição, que tem como base a área limpa por cada operadora, constitui a pior aberração que nasceu do palácio da Mutamba. Não sei como tem sido possível aferir o trabalho efectuado por urna determinada empresa de limpeza pela via desse método.

Nesse contexto, e bem possível que o Estado esteja a pagar varies milh5es por trabalhos não prestados. E como lixo agora e político, também não sai nada.

8.8 "Água para Todos" está em balanço

Jornal de Angola

1 De Abril de 2015

Texto: João Baptista Borges

O Ministério da Energia e Águas faz hoje e amanhã, em Luanda, o balanço do ano passado da execução do programa "Água Para Todos e perspectiva as acções deste ano.

Durante dois dias, os membros da comissão técnica do programa e demais departamentos envolvidos discutem o ponto de situação das iniciativas de promoção central e as orientações metodológicas e modelos de procedimentos para a execução de plano de acção revisto do Programa "Água Para Todos".

O plano prevê que até 2017 a água potável chegue a cerca de 85 por cento da população rural e a todas as zonas urbanas.

O programa tem aumentado grau de cobertura do abastecimento de água potável ao meio rural, que passou de 22 por cento em 2009 para 44 por cento em 2011.

No meio urbano, a cobertura passou de 33 por cento para 56 por cento. O programa do Executivo pretende até 2017 "servir de forma regular e contínua a maior percentagem de população possível, com a progressiva elevação da qualidade do serviço, a um preço comportável e no âmbito de uma perspectiva ambientalmente sustentável".

Os participantes na reunião de hoje e amanhã analisam a sustentabilidade da operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e a participação de empresas privadas ao programa. A abertura da reunião, que se realiza na sede da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), é feita pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges. Os trabalhos são presididos pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

Recentemente, o secretário de Estado assegurou ainda que a execução do programa está a decorrer sem qualquer sobres salto a nível das províncias, municípios, comunas e aldeias angolanas e está a programa está a permitir aumentar a quantidade e qualidade da água para o consumo da população das zonas rurais do país.

O programa "Água para Todos" é uma iniciativa do Executivo e materializado pelo Ministério da Energia e Águas. O arranque aconteceu em 2007.

Durante o ano 2013, ressaltou o secretário de Estado, foram ainda construídos 466 pontos de águas e instalados 167 pequenos sistemas de abastecimento de água.

8.9 Água com grandes Investimentos

Jornal de Angola

2 De Abril de 2015

Texto: Arimateia Baptista

O director provincial da Energia e Águas da Huila disse, no Lubango, que os níveis de abastecimento de água potável as populações Vão conhecer melhorias consideráveis em breve.

O número de litros de água disponível para cada pessoa por dia a nível da cidade do Lubango esta abaixo do padrão mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), disse Abel da Costa, que referiu investimentos importantes nas zonas urbanas a curto prazo pelo Governo provincial no sector do abastecimento de água potável.

O director provincial da Energia e Água falava no termo de um encontro com uma comitiva do Banco Mundial.

Abel da Costa informou que actualmente os três estações de captação da cidade do Lubango bombeiam cerca de 550 metros cúbicos de água por hora.

"A cobertura de água potável ainda não satisfaz as necessidades", disse Abel da Costa, para sublinhar que, em função disso, há uma grande necessidade de financiamento do Banco Mundial para a dinamização do projecto. "O Governo Provincial da Huila realizou já 16 acções de prospecção, com vista a identificar novos lençóis freáticos no planalto da Humpata."

Com estas acções, acrescentou o director provincial da Energia e Água, o futuro e animador. "O Projecto de reabilitação do sistema de distribuição da água potável esta numa fase avançada, com grande incidência no centro da cidade, numa extensão de 30 quilómetros." No âmbito destas acções, o governador da Província da Huila, João Marcelino Tyipingue, e o gestor de projecto do Banco Mundial, Luís Tavares, colocaram a primeira pedra no projecto de expansão para os bairros periféricos do Lubango. Esta acção vai abranger 50 quilómetros de extensão e permitir

4.600 ligações domiciliárias nos bairros de Mitcha, Comercial, Lucrécia e A Luta Continua.

Parceria abrangente

O director provincial da Energia e Agua disse que o Governo da Huila pretende uma parceria abrangente com o Banco Mundial que se estenda não só ao domínio da água, mas do saneamento, agricultura e ambiente. O Gestor de projecto de água e saneamento do Banco Mundial manifestou disposição da instituição financeira em apoiar os projectos a nível nacional e aconselhou a criação da empresa local de agua, por abrir grandes possibilidades de financiamento e de melhor gestão dos recursos hídricos e financeiros. Luís Tavares disse que o Banco Mundial esta interessado em financiar projectos que visam a melhoria do indicador de litros de agua por pessoa na província da Huila, neste momento avaliada em 24 litros por pessoa, inferior aos 40 litros mínimos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

O governador João Marcelino Typingue sublinhou que a província da Huila esta a construir junto do Laboratório de Controlo de Qualidade da Agua, no Lubango, o futuro edifício da empresa pública do sector das águas, Durante a visita, o representante do Banco Mundial inaugurou quatro sistemas de captação e distribuição de água potável, nos bairros da Mitcha e Cambambe, um investimento de 40 milhões de kwanzas.

Novos sistemas

Os novos empreendimentos, que funcionam com painéis solares, beneficiam mais de 60 mil pessoas, que antes utilizavam água não tratada retirada de cacimbas. A delegação do Banco Mundial e os membros do Governo Provincial da Huila plantaram cerca de 100 árvores na reserva fundiária da Direcção Provincial das Aguas, na Humpata.

8.10 Banco financia projectos sociais

Jornal De Angola

3 De Abril de 2015

Texto: João Gomes

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) anunciou ontem empréstimo de cerca de 123,7 milhões de euros (16,5 mil milhões de kwanzas) a Angola para financiar um programa de abastecimento de água e saneamento básico.

Um comunicado do BAD refere que o empréstimo beneficia 922 mil habitantes de sete províncias. O documento afirma que o projecto se destina "a melhorar a governação do sector da água" das áreas urbanas e "a fortalecer a capacidade" das instituições do sector, bem como o saneamento básico "a nível central e provincial".

O programa, a desenvolver em 60 meses no Bengo, Cabinda, Cuanza Sul, Cunene, Lunda Norte, Lunda Sul e Namibe, orçado em cerca de 16 mil milhões de kwanzas, prevê a ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento básico naquelas províncias e o aumento da capacidade de prestação de serviços a nível central e provincial.

O comunicado do BAD salienta que, além da população directamente servida, 2,3 milhões de habitantes das sete capitais províncias beneficiam da iniciativa. A concretização do programa permite o acesso à água a mais 338 mil residentes das áreas suburbanas e o saneamento básico a 75 mil pessoas.

Segundo o secretário de Estadadas Aguas, Luís Filipe da Silva, Angola teve uma taxa de cobertura no ano findo (2014) de 60,5 por cento da população a beneficiar de água potável. Luís Filipe da Silva, que falava à margem da 10a reunião de balanço da "Comissão técnica de coordenação do Programa "Água para Todos", realçou que o feito resultou da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), na ordem dos cerca de 32,4 mil milhões de kwanzas.

O responsável fez saber igualmente que está em fase de conclusão projectos de pequenos sistemas de águas e ponto de água, que vão beneficiar mais cidadãos angolanos na ordem dos 67 por cento, nos próximos tempos.

O secretário de Estado das águas adiantou que, neste momento, está em curso muitos projectos de âmbito central, para a melhoria da vida das populações, com o precioso líquido, o que vai permitir atingir 72 por cento de angolanos.

Luís Filipe da Silva, também coordenador da Comissão Técnica do "Programa Água para Todos", explicou que neste momentos 802 pequenos sistemas de abastecimento de água em zonas rurais está em funcionamento e 213 mil e 222 habitantes estão a ser beneficiados através de pequenos sistemas.

8.11 Novos furos de água em Tchamuletete

Jornal de Angola

4 De Abril de 2015

Texto: Arão Martins

Habitantes de bairros da comuna de Tchamuletete, município da Jamba, vêem melhorado, nos próximos tempos, o sistema de abastecimento de água potável, com a abertura de seis novos sistemas em curso.

Os novos sistemas estão a ser construídos nas localidades de Mutiapulo, Tchacaia, Luquene e Cussoneca, anunciou o administrador comunal de Tchamuletete, Galiano Ntyamba.

Tchamuletete tem uma população estimada em 24 mil habitantes. O projecto, iniciado no princípio deste ano, está inserido no Programa "Água para todos" e decorre a bom ritmo.

Além da abertura de novos furos, são criadas também novas estações de captação e distribuição de água. O administrador informou que existe na comuna o caudal do rio Colui, que atravessa a sede de Tchamuletete e serve de fonte principal para abastecer água às populações e ao gado bovino.

A comuna de Tchamuletete é uma região bastante vasta mas seca. "Com a abertura de novos furos de água, a população e seu gado deixam de percorrer grandes distâncias e nação passam a consumir um produto mais regular e com melhor qualidade", adianta.

A par do sector das águas, o administrador Galiano Ntyamba manifestou-se satisfeito com o crescimento que a comuna regista noutras áreas, com desta que para a saúde e educação.

No quadro do Programa de Combate à Pobreza, foi construída recentemente na sede comunal uma escola de seis salas, assim como está ainda em curso a edificação de outra com as mesmas dimensões.

No presente ano lectivo, segundo o administrador comunal, foram matriculados mais de dez mil alunos do ensino primário ao secundário do 11 ciclo de ensino, assistido por 94 professores. A comuna, dentro do Programa de Combate à Pobreza, beneficiou da construção de 11 mangas de vacinação.

8.12 Mais água potável na comuna do Bentiaba

Jornal Angola

6 De Abril de 2015

Texto: João Upale

Um sistema de abastecimento de água potável foi Inaugurado na povoação das Salinas, a sete quilómetros da sede comunal do Bentiaba, município do Namibe.

O governador Rui Falcão presidiu ao acto, assim como a inauguração de uma infra-estrutura semelhante na povoação da Praia, com uma do Bentiaba. A reservatório, com capacidade para bombear cerca de 1.500 litros por hora, e assegurado por um conjunto de painéis solares e tem 500 metros de profundidade.

Rui Falcão inaugurou também uma pequena ponte sobre o rio Mucungo, na estrada que liga a comuna do Bentiaba a capital provincial, e uma lavandaria comunitária.

"Alguns pensavam que a água não ia chegar as populações. Vamos continuar a trabalhar para melhorar as condições de vida das populações aqui residentes", disse Rui Falcão.

"Quando o Governo promete, faz. Agora vamos poupar o que já está feito e desfrutem. Usem bem, não esbanjem água sem necessidade," apelou. Rui Falcão pediu a preservação da paz, "o bem mais precioso que temos".

O governador disse que só com a paz, solidariedade e união e que Angola cresce. O Executivo vai continuar a trabalhar para resolver os problemas ainda existentes.

"Finalmente, estamos a beber água potável das nossas torneiras. Parece urn milagre", disse a moradora Jovelina Mutango, 53 anos, ao ver jorrar o precioso líquido nas torneiras de sua casa. a século da comuna, Domingos Alberto, enalteceu o trabalho realizado pelo Governo Provincial do Namibe que da assim resposta a uma das principais necessidades da sua área de jurisdição.

Ganhos da Paz

Domingos Alberto referiu que as infra-estruturas permitem também que os animais tenham acesso fácil a água.

"Nunca tivemos água potável aqui no bairro da Praia. Hoje já temos. Hoje, também já temos lavandaria dentro do nos só bairros da Praia e a população só

tem que agradecer", disse. Domingos Alberto conta que há 13 anos, antes da paz, a com una do não tinha muitas escolas nem postos médicos. "as nossos filhos não estudavam, mas hoje a realidade é diferente; já temos ambulâncias e enfermeiros e os alunos frequentam agora a escola até a 10^ª classe".

8.13 Milhares de habitantes com Acesso à água

Jornal de Angola
6 De Abril de 2015

O ministro da Energia e Águas afirmou que as diversas intervenções realizadas no ano passado, no quadro do Programa Água para Todos, permitiram servir 213.222 habitantes nas zonas rurais.

João Baptista Borges acrescentou que, no total, o programa já está executado em 60,5 por cento, correspondendo a 5.191.815 habitantes servidos. Ainda no ano passado foram construídos 250 pontos de água e 164 sistemas de abastecimento. Desde 2007, data do arranque do programa, foram construídos 2.570 pontos de água e 802 sistemas de abastecimento. Na reunião de balanço do programa, que decorreu em Luanda, os participantes reiteraram o empenho no objectivo social e humano do programa, de garantir o abastecimento da água potável a população das zonas rurais.

As administrações municipais passam a compilar os dados relevantes do Programa água para Todos e partilha-os com as direcções provinciais e assessoria técnica que os submete, todos os meses, a comissão técnica de coordenação do programa. Na abertura da reunião, o secretário de Estado das Águas disse que o Programa água para Todos constitui uma manifestação expressa de coesão nacional e exemplo da determinação do Executivo em promover progressivamente uma significativa melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano em Angola.

No que diz respeito às acções, Luís Filipe da Silva disse que o ano de 2014 foi marcado pela concretização do processo de desconcentração de recursos do Programa Água para Todos, transferindo para as Administrações Municipais acrescida responsabilidade.

"A experiência acumulada e os resultados obtidos ao longo dos últimos anos, no âmbito do Programa Água para Todos, apesar da exiguidade dos recursos humanos e financeiros, devemos focar a nossa acção nos principais desafios fortemente relacionados com o seu sucesso", considerou o secretário de Estado. O Também coordenador da Comissão Técnica de

Coordenação do Programa Água para Todos, Luís Filipe da Silva disse que o Ministério vai proporcionar, em 2017, um incremento da taxa de cobertura do abastecimento de água no meio rural, para que pelo menos 80 por cento da população do meio rural tenha acesso a água potável, o sector das águas vai adoptar, de forma progressiva, os modelos de gestão sustentável, no contexto do processo de descentralização da prestação de serviços de abastecimento de água, capaz de dar respostas às debilidades técnicas, permitindo mudanças organizacionais e de gestão no contexto rural.

Luís Filipe da Silva defendeu uma intensificação da actividade de inspecção sanitária e monitoria de qualidade da água potável no meio rural, visando a redução drástica dos focos de enfermidades de origem hídrica.

O programa "Água para Todos" tem aumentado a cobertura do abastecimento de água potável ao meio rural, que passou de 22 por cento em 2009 para 44 por cento em 2011. No meio urbano, a cobertura passou de 33 por cento para 56 por cento. O Executivo pretende servir de forma regular e continua a maior percentagem de população possível.

8.14 Água para todos

Jornal De Angola
8 De Abril de 2015

A empreiteira tem grande experiência e conta com representações em todas as províncias. Em Saurimo capital da província da Lunda Sul, a empresa trabalha na instalação de uma conduta com o diâmetro de 315 milímetros, num percurso de quatro quilómetros, para expandir o fornecimento de água potável aos bairros da Juventude e Txizaínga.

O contrato, segundo o encarregado da equipa, Mário Leite, prevê a partir da conduta já instalada em mais de 1000 metros do percurso, criar derivações para facilitar ligações aos domicílios.

8.15 Água de pouca Dura

Novo Jornal
10 De Abril de 2015
Texto: Fernando Pereira

Um Historiador inglês, Nigel Claf, num livro recentemente traduzido para portuguesa com o título

"Guerra Santa", assenta toda a investigação na viagem de Vasco da Gama (urn dos estatuados justamente forçados da fortaleza de S. Miguel) para justificar como foram financiadas, programadas e executadas todas as viagens dos navegadores portugueses pelos mares, que depois se soube já antes terem sido navegados por outros.

Este livro e polémico, e só não assumiu foros de maior discussão porque tentou limitá-la a meios muito reservados. Nigel Cláf fez urna análise do que foram as motivações guerreiras dos Europeus em determinadas fases da sua historia contra os "infieis", e fundamentalmente o papel de determinada burguesia, com urna clara presença judaica, na busca de novos mercados e na procura de matérias-primas mais baratas num mundo dominado pelos mercadores descristianizados. O Cristianismo passou a ser o aparelho ideológico adequado à expansão de novos donos que puseram novos tronos noutros lugares.

Paulo Dias de Novais, fundador da cidade de Luanda, achou que a baía era perfeita para que os barcos se abrigassem de perigos varies.

Ao tempo, tinha que se preocupar mais com a rendabilidade dos seus proventos, do que saber se o lugar insalubre onde se fortificava teria água ao longo dos séculos. Novais precisava de produtos tangíveis de algum valor que justicasse que aquele lugar fosse perfeito para trocas dele com gente.

As cacimbas iam resolvendo mal as necessidades de quem morava e de quem transitava por Luanda ate ao início do século XVII. Na ocupação holandesa, os flamengos, em 1645, projectaram urna obra de engenharia, grandiosa para o tempo, que consistia na abertura de urn canal abastecedor do Kwanza à capital. Ficaram as boas intenções, embora seja meu entendimento, sem qualquer justificação de carácter técnico, que seria inútil fazer do Kwanza urna alternativa ao Bengo, principalmente para abastecimento da cidade que ira crescer em torno do novo aeroporto e nas centralidades de Viana e Luanda sul.

Salvador Correia de Sã mandou construir a cacimba da Maianga, hoje desaparecida no início da subida da avenida do aeroporto, aproveitando a água da vizinha Lagoa dos elefantes, que se alargava ate à rua da Samba. Em 1666 o governo central outorgou a Tristão da Cunha (tem direito a nome num largo no centro da cidade da Luanda de hoje) a tarefa de que "velasse pelo concerto da lagoa dos Elefantes".

O problema de agua em Luanda tern barbas, como sói dizer-se, e lá surgiam de vez em quando projectos

para trazer aguas do Zenza, urn afluente da margem esquerda do Bengo, do Lucala, afluente da margem direita do Kwanza e do próprio rio Kwanza, recorrentemente lembrado para ajudar a "matar a sede à cidade". O Poço da Maianga revelava-se com cada vez mais problemas, quer pela insuficiente quantidade de água, quer pela falta de qualidade, "salitroso e aleitado" potenciador de epidemias.

O governador D. António de Vasconcelos (acho que este não tern direito a permanecer na toponímia da cidade) resolveu fazer estudos para recuperar o plano dos holandeses, e pediu ao Rio de Janeiro um engenheiro. Mandaram-lhe um indivíduo que teria deixado os jesuítas para se dedicar de alma, coração e dinheiro ao projecto. A verdade e que o tempo passava, o dinheiro ia-se gastando e não havia nada de conclusivo. O Governador não viu nada feito, e acabou por pagar parte dos trabalhos do seu próprio bolso "por não gravar a Fazenda Real" .

O governador Sousa Coutinho mandou fazer cisternas na fortaleza de S. Miguel e na do Penedo, hoje em ruínas, mas o resultado ficou longe do objectivo.

"Luanda dessas épocas era uma terra de febres malsãs, de disenterias, de surtos epidémicos, uma terra de sede e de doenças, para as quais, por certo, contribuía a minguada e lodosa agua das suas fundas cacimbas... "

Em 1813, José de Oliveira Barbosa voltou a entusiasmar-se com o canal do Kwanza, e conseguiu contagiar o Senado da Câmara e o próprio Regente do Reino de Portugal D. Joao VI. O Local era no Calumbo, o que permitiria que chegasse a Maianga por gravidade. Esse entusiasmo deu algum resultado e as obras ainda começaram, mas Luis da Mota Fêo, o substituto de JOB, mandou-as parar pois as finanças da província estavam exauridas perante tão ciclópico empreendimento.

Em 1816 decidiu a Câmara, de acordo com o governador, parar as obras do canal e a cidade continuou a " sofrer sedes, moléstias e sofrimentos, porque faltava a agua... "

Em 1845, na zona dos Coqueiros, abre-se uma nova cacimba por ordem do governador Lourenço Possolo, que e entregue a Câmara, mas nada e minorado e, para alem da mingua do liquido, o lixo e os de atritos vão-se amontoando. Luanda e uma nitreira a céu aberto. Decide-se adjudicar o transporte de água por barcaças do Bengo, o que se passa a fazer em 1852. Simultaneamente as cacimbas tinham que ser limpas e desentupidas porque apareciam frequentemente mortos lei dentro.

Em 2 de Março de 1889 foi inaugurada, com toda a solenidade, pelo governador-geral Guilherme Brito Capelo (estava na toponímia da cidade até a independência e foi substituído por Kwame Nkrumah) a ligação de água corrente a capital com a captação feita no rio Bengo.

"Ao cabo de 300 anos de sedes, de tormentos e privações, Luanda podia agora beber a vontade, podia banhar-se regaladamente, podia lavar-se, podia, com satisfação. Por de lado as salitrosas e aleitadas águas dos seus poços e cacimbas".

Pelos vistos foi "água de pouca dura", porque o deficiente abastecimento de água a cidade voltou em força na segunda metade dos anos sessenta, no período colonial, e continua a ser um problema mais que recorrente nos dias de hoje.

8.16 Distribuição de água tem nova dinâmica

Jornal de Angola

10 De Abril de 2015

Texto: Manuel Fontoura

A distribuição de água a cidade de Ndalatando vai conhecer grandes melhorias, nos próximos tempos, com a elaboração do plano director de abastecimento, que prevê a construção de Infra-estruturas.

Dentro do plano director de abastecimento de água consta o projecto de construção de uma estação de tratamento, novos reservatórios, tendo em conta a nova estação de captação no rio Lucala, o que vai, em primeira instância, duplicar a capacidade de produção.

O director nacional da Água, Lucrécio Costa, informou que os documentos do concurso público estão em fase final de aprimoramento e, no quadro do exercício orçamental do próximo ano, e lançado em breve.

Alem do plano director, Lucrécio Costa disse que os estudos, iniciados há dois anos, para reforçar o caudal de água do rio Mucari, por via da extracção subterrânea, estão igualmente em fase de conclusão.

Lucrécio Costa falava, em Ndalatando, durante a apresentação dos membros do conselho de administração da Empresa Nacional de Águas do Cuanza Norte que vai fazer a gestão do sistema de abastecimento de água e saneamento, numa cerimónia que contou com as presenças dos vice-

governadores provinciais José Alberto Kipungo, Manuel de Breu e Erlindo Lidador.

O conselho de administração e constituído por Agostinho Estêvão Feliciano (presidente), Xavier Augusto (administrador para a área técnica) e Estêvão Julieta Miguel (administrador para a área administrativa e financeira).

Lucrécio Costa considerou que com a apresentação dos responsáveis da Empresa Nacional de Águas do Cuanza Norte a nova organização vai conseguir um sistema de distribuição de água eficaz com mais horas de funcionamento e menos rupturas.

Lucrécio Costa referiu que "até aqui estávamos condenados a trabalhar em défice e vamos começar a inverter a situação, dotando a cidade de mais água", afirmou.

O director nacional salientou ainda que com o princípio utilizador/pagador, cada um paga pelo consumo de água, para que a sustentabilidade operacional do sistema seja uma realidade. O crescimento populacional de Ndalatando causou um aumento de consumidores e as capacidades da represa do rio Mucari, que debita 90 litros de água por segundo, são insuficientes.

Em Ambaca, Ngonguembo e Dange ya Menha, decorrem obras de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável.

O município do Lucala, dentro dos próximos dois anos, vai ter ampliado o sistema de água.

Em relação à distribuição o foco principal é a cidade de Ndalatando, onde, neste momento, decorrem obras, com a finalidade de estender a rede de distribuição, a construção e o registo dos milhares de ligações. "É um trabalho que vai ser levada a cabo pela Empresa Nacional de Águas do Cuanza Norte, que vai ser dotada de uma base de dados de clientes, para poder fazer as cobranças", referiu.

Os custos operacionais do serviço de abastecimento de água à cidade de Ndalatando têm de ser suportados pelos consumidores e não pelos cofres do Estado.

8.17 Taxa de cobertura do programa 'Água para Todos' situou-se em 60,5% em 2014

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Hermenegildo Tchipilica

A taxa de cobertura do programa 'Água para Todos' situava-se, no final de 2014, em 60,5%, correspondendo a um total de população servida de 5.191.815 de habitantes, segundo concluíram os participantes a X reunião de balanço, realiza em Luanda.

O programa 'Água para Todos', que visa assegurar e contribuir para a promoção da qualidade de vida das populações, através de um acesso generalizado a serviços de abastecimento de água potável, tem tido um impacto positivo. Aliás, no ano de 2014 foram realizadas obras que resultaram na construção de aproximadamente 250 pontos de água e 164 pequenos sistemas de abastecimento de água, de que resultou um total de 2.570 pontos de água e 802 pequenos sistemas de abastecimento de água, executados desde o início do programa.

Segundo as conclusões do encontro a que O PAÍS teve acesso, 'as diversas intervenções realizadas durante o ano de 2014 permitiram servir 213.222 habitantes'. 'Constatou-se que existem províncias com taxas de cobertura consideráveis, já que aproximadas das metas estabelecidas, o que sugere que a médio prazo venham a ser alcançadas as taxas de cobertura na ordem dos 80%', concluíram os participantes.

Os participantes consideraram ainda que se verificaram melhorias bastante significativas na implementação do programa, na generalidade das províncias, pese embora os constrangimentos, recomendando ainda que para o exercício de 2015 e para a execução do programa, fossem inscritos recursos financeiros para as acções dos Governos Provinciais e Administrações Municipais.

O comunicado final recomenda ainda a adopção de soluções que visem o enquadramento do pessoal técnico, formado para a operação e manutenção dos sistemas, assim como a adopção de soluções simples e, sempre que possível, com a utilização de energias renováveis.

Recomenda também a adopção de mecanismos de coordenação, entre as direcções provinciais de Energia e Águas, e os Gabinetes de Estudos e Projectos Provinciais, com vista a

garantir, quer a correcta provisão orçamental de recursos financeiros para os projectos em carteira, quer a execução financeira dos projectos em carteira.

A necessidade de adopção de procedimentos de segurança que permitam a durabilidade dos sistemas de produção de energia instalados, assim como o registo de informação geofísica dos furos realizados, que permita a avaliação do seu potencial e níveis de reposição, constituem, entre outros, as recomendações saídas do encontro.

Manifestação de coesão nacional

Na abertura da reunião, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, considerou que o programa 'Água para Todos', cuja implementação teve início em 2007, e visa garantir o acesso a água potável a, pelo menos, 80% da população rural de Angola, constitui uma manifestação expressa de coesão nacional e também um exemplo de determinação do Executivo em promover

progressivamente uma significativa melhoria do índice de Desenvolvimento Humano em Angola. 'No que respeita à implementação do programa 'Água para Todos', o ano de 2014 foi marcado pela concretização do processo de desconcentração de recursos humanos do programa, transferindo para as Administrações Municipais acrescida

responsabilidade', referiu, o secretário de Estado, adiantando que 'durante o ano transacto, foram construídos 164 pequenos sistemas de abastecimento e 2250 pontos de água, pelo que, em consequência, cerca de 61% da população rural já beneficia de novos e adequados serviços de abastecimento de água'.

Luís Filipe da Silva disse também que, não obstante a exiguidade de recursos humanos e financeiros, a acção dos especialistas, deverá ser focada para proporcionar em 2017, um crescimento da taxa de cobertura de abastecimento de água no meio rural, para que pelo menos 80% da população do meio rural tenha acesso fácil à água potável. 'Aprimorar os procedimentos de preparação técnica e execução das empreitadas e aperfeiçoar as missões de supervisão da fiscalização das empreitadas em execução, implementar decisivamente e consolidar os adequados modelos de operação dos equipamentos instalados para que seja assegurada uma efectiva sustentabilidade operacional dos sistemas de abastecimento de água, considerando-se imprescindível serem bem sucedidas', salientou.

O secretário de Estado quer ainda que se adoptem, de forma progressiva' os modelos de gestão

sustentável no contexto do processo de descentralização da prestação de serviços de abastecimento de água, capaz de dar respostas às debilidades técnicas' permitindo mudanças organizacionais e de gestão no contexto rural e intensificar a actividade de impressão sanitária e monitoria de qualidade da água potável no meio rural, visando à redução drástica dos eventuais focos de enfermidades de origem hídrica.

8.18 Água e escolas nas alaeias

Jornal De Angola
16 Abril De 2015

A administradora municipal do Chongorói, Maria Idalina Carlos, disse terça-feira, ao Jornal de Angola, que dois sistemas de captação e distribuição de água, um no bairro Caloanda e outro em Calilongue, e uma escola primária, na localidade do Cayundi, entraram em funcionamento.

Os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água foram construídos no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, tendo custado cada um, mais de nove milhões de kwanzas aos cofres do Estado.

Com a instalação dos sistemas de distribuição, a população deixa de percorrer grandes distâncias para conseguir água e diminuem as doenças provoca das pelo consumo de água imprópria.

A escola do ensino primário dispõe de seis salas, tendo custado aos cofres do Estado 31,6 milhões de kwanzas. A escola tem capacidade para 480 alunos, em dois turnos, numa altura em que a localidade não possui crianças fora do sistema de ensino.

Mangas de vacinação

A administradora municipal do Chongorói revelou que mais três mangas de vacinação vão ser inauguradas ainda este ano. Maria Idalina Carlos disse que o programa das autoridades para este ano prevê igualmente a inauguração de uma biblioteca municipal.

As comunas do Malongo e Bolonguera têm novos postos médicos, escolas e vias de acesso em boas condições.

As duas localidades vão ganhar mais sistemas de captação e distribuição de água, idênticos aos que foram entregues às comunidades dos bairros Calohanda e Calilongue.

A administradora de Chongorói disse que o apoio às cooperativas e associações agrícolas, com vista à sua potenciação e aquisição de sustentabilidade, consta igualmente do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

8.19 Angola Investe milhões nas águas

Jornal De Angola
16 De Abril de 2015

Angola está a Investir cinco mil milhões de dólares em vários programas do domínio de água até 2017, disse o secretário de Estado Luís Filipe da Silva no Fórum Mundial da Água, que decorre até amanhã nas cidades sul-coreanas de Daegu e Gyeongju.

Luís Filipe da Silva destacou que as preocupações relacionadas com a água constituem parte importante da agenda do Executivo, que atribui grande importância à promoção da qualidade de vida da população nos centros urbanos, zonas rurais e na preservação da água e do seu uso sustentável.

A Embaixada de Angola na Coreia do Sul promoveu uma reunião com líderes de dez empresas sul-coreanas do sector, interessadas em participar ou desenvolver projectos em Angola.

Durante o encontro, Lucrécio Costa, director nacional das Águas, e Kiala Pierre, director do gabinete de intercâmbio internacional, fizeram a apresentação detalhada do plano estratégico para o sector da energia e águas em Angola.

No final, o director nacional das Águas disse que foi possível conhecer com detalhe os interesses das empresas representadas no encontro e a parte sul-coreana ficou a conhecer em síntese o programa do Executivo, as acções fundamentais e as perspectivas de actuação do Governo no sector.

Lucrécio Costa destacou ainda o interesse da K-Water, a maior empresa pública de gestão das águas da Coreia do Sul, de continuar conversações com o sector. Está prevista a deslocação de uma delegação do sector das águas da Coreia do Sul a Luanda dentro de 30 dias, para avaliar a realidade do país e começar a desenhar plataformas de entendimento. A Coreia do Sul organiza pela primeira vez a maior reunião mundial sobre a água, que este ano conta com a participação de 1.800 líderes políticos, empresariais e activistas ambientais. Durante o fórum de cinco dias, mais de 20 mil participantes discutem três metas de acção: "Segurança de Água para Todos,

Desenvolvimento e Prosperidade dos Recursos Hídricos, e Água e Sustentabilidade.

Além da delegação do Ministério da Energia e Águas, o fórum conta ainda com a participação do embaixador de Angola na Coreia do Sul, Albino Malungo, e outros diplomatas da missão diplomática naquele país asiático.

Recentemente, o ministro da Energia e Águas afirmou que as diversas intervenções realizadas no ano passado, no quadro do Programa Água para Todos, permitiram servir 213.222 habitantes nas zonas rurais. João Baptista Borges acrescentou que, no total, o programa já está executado em 60,5 por cento, correspondendo a 5.191.815 habitantes servidos.

Ainda no ano passado foram construídos 250 pontos de água e 164 sistemas de abastecimento. Desde 2007, data do arranque do programa, foram construídos 2.570 pontos de água e 802 sistemas de abastecimento.

Na reunião de balanço do programa, que decorreu em Luanda, os participantes reiteraram o empenho no objectivo social e humano do programa, de garantir o abastecimento de água potável à população das zonas rurais. As administrações municipais passam a compilar os dados relevantes do Programa Água para Todos e partilham nos com as direcções provinciais que os submetem, todos os meses, à comissão técnica de coordenação do programa. Luís Filipe da Silva disse que o Ministério vai proporcionar, em 2017, um incremento da taxa de cobertura do abastecimento de água no meio rural, para que, pelo menos 80 por cento da população do meio rural tenha acesso à água potável.

O sector das águas vai adoptar, de forma progressiva, os modelos de gestão sustentável, no contexto do processo de descentralização da prestação de serviços de abastecimento de água, capaz de dar respostas às debilidades técnicas, permitindo mudanças organizacionais e de gestão no contexto rural.

Luís Filipe da Silva defendeu uma intensificação da actividade de inspecção sanitária e monitoria de qualidade da água potável no meio rural, visando a redução drástica dos focos de enfermidades de origem hídrica.

8.20 Mais investimento no sector das águas

Jornal Agora

17 De Abril de 2015

Angola prevê investir cerca de 500 biliões de kwanzas (USD 5 biliões) na implementação dos vários programas do domínio de água para o período de 2013 a 2017, disse hoje, segunda-feira, o secretário de Estado das Águas, Luís Felipe da Silva.

O responsável deu essa informação durante o 7.2 Fórum Mundial da Água (WWF), que se realiza nas cidades Sul-coreanas de Daegu e Gyeongju, de 12 a 17 do corrente mês.

Durante a sua intervenção na plenária, o secretário de Estado disse que as preocupações relacionadas com a água constituem uma parte importante da agenda do Governo que atribui transcendente importância à promoção da qualidade de vida das populações, nos centros urbanos, nas zonas rurais, bem como também na preservação da água e do seu uso sustentável.

O secretário de Estado disse que Angola irá defender soluções para evitar a escassez de água, segurança do líquido precioso e outros problemas relacionados.

A Coreia do Sul organiza, pela primeira vez, a maior reunião mundial sobre a água que, este ano, conta com a participação de 1.800 líderes políticos, empresariais e activistas ambiente.

Angola participa neste evento com uma delegação do Ministério da Energia e Águas, chefiada pelo secretário de Estado, Luís Felipe da Silva, integrada pelo director Nacional de Águas, engenheiro Lucrecio Costa e pelo engenheiro Kiala Pierre, director do Gabinete de Intercâmbio Internacional.

Participam ainda no referido fórum o embaixador de Angola na Coreia do Sul, Albino Malungo, o ministro conselheiro, Jacinto Rangel Neto, e outros diplomatas da Missão Diplomática naquele país asiático.

8.21 Sector das águas vai diminuir défice

Jornal Economia e Finanças

17 De Abril de 2015

Texto: António Eugénio

O sector das águas em Angola tem desenvolvido projectos de reabilitação dos sistemas de abastecimento, medida que visa contribuir para colmatar o actual défice.

Segundo a revista "Água e desenvolvimento sustentável", órgão afecto à Direcção Nacional de Águas, no sector está em curso o projecto de desenvolvimento institucional do sector de águas (PDISA), no qual estão implicados investimentos financeiros consideráveis e que requerem acções complementares inadiáveis que garantam a sua sustentabilidade.

A fonte revela que a execução do investimento global avaliado em 12,2 mil milhões de kwanzas (113,2 milhões de dólares) é co-financiado pelo Governo de Angola, com 49,7 por cento e pelo Banco Mundial (50,3), tendo o respectivo acordo de financiamento sido assinado em 2010.

Este projecto é uma parceria entre o Governo de Angola com o Banco Mundial, com vista a garantir o suporte necessário ao desenvolvimento institucional e à gestão do programa de investimentos no sector.

Reabilitação

Com o objectivo de alargar a cobertura da população peri-urbano com serviços de abastecimento de água bem como criar economias de escala que venham favorecer a viabilidade e sustentabilidade das futuras empresas provinciais de água, foram negociados "Fundos adicionais ao Pdisa".

O projecto envolve um montante de 13 mil milhões (120 milhões) destinados fundamentalmente, para a construção de mais rede de distribuição e de ligações domiciliárias, tendo entrado em efectividade em 2013.

Através dos fundos adicionais do Pdisa, foi possível aumentar objectivo inicial, da construção de 240 quilómetros (km) de rede e 72.000 ligações domiciliárias para mais de 403 e 60.000 ligações, num alargamento de cobertura de serviços de água potável da população peri-urbano das cidades capitais dos nove alvos do Pdisa, com a também beneficiação e construção dos órgãos de produção dos sistemas.

Segundo o documento, na totalidade foram previstas 132.000 ligações domiciliárias, isto é, zonas urbanas e periurbanas e 643 km de rede.

Em conjunto para as ligações a executar, será criado um cadastro para a implementação de um sistema de informação com objectivo de medir o consumo de água, visando o processamento e emissão de facturas e o registo de pagamento de clientes.

Esta sub-componente irá também apoiar as empresas de água e saneamento, através dos custos de operação.

Pretende-se com esta componente apoiar o desenvolvimento do quadro institucional e regulador do sector de água ao nível das cidades (central e regional), na criação e operação do órgão regulador de abastecimento de água e das empresas provinciais operadoras dos sistemas de água e saneamento.

Foram já criadas cinco das nove previstas empresas provinciais de água, nomeadamente Malange, Bié, Cuanza Norte, Huambo e Uíge.

O documento refere que novos contratos de reabilitação de sistemas de água terão início em 2016, dos quais estão ainda previstas pelo menos 60.000 ligações domiciliárias.

Cerca de 15 por cento do valor realizado correspondente ao total expectável a realizar, incluindo as 60.000 correspondentes aos fundos adicionais dos quais as empreitadas terão iniciam em 2016.

Para o inicial projectado/ contratado sem fundos iniciais 29 do previsto foram já realizados.

Indicadores

O projecto de desenvolvimento institucional do sector de águas PDISA entrou em efectividade em 2010 e somente em finais do ano 2012 foram iniciados desembolsos de grandes contratos de obras e supervisão de empreitadas de obras e supervisão de obras designadamente de pagamentos de 20 por cento do valor global dos contratos.

De referi que o projecto já tem compromissos financeiros acima dos 10,8 mil milhões de kwanzas (100 milhões de dólares norte-americanos).

8.22 Melhora abastecimento nas comunidades rurais

Jornal De Angola

18 De Abril de 2015

As comunidades rurais de Cahama e Cuanhama, na província do Cunene, vêm em breve resolvida a carência de água que ainda se faz sentir em algumas localidades daqueles dois municípios, com a reabilitação de dez furos de captação, cujo projecto está a cargo de uma Organização Não-Governamental denominada DW, Desenvolvimento na Comunidade.

O director municipal de Energia e Aguas da Cahama, Neto Baltazar, ressaltou que um dos objectivos pretendidos é abastecer de água potável as comunidades, a médio e longo prazo, a criação de capital social e das estruturas que permitem a participação das comunidades na resolução dos seus problemas.

O grupo de saneamento de água tem como tarefa realizar a gestão condigna, a manutenção, higiene e a recolha de contribuições financeiras nos pontos de distribuição de água, bem como a prestação, de contas à comunidade.

A reabilitação dos furos é mais um passo quantitativo e qualitativo no abastecimento de água às populações, que vêm deste modo atenuado o problema da seca que ainda afecta a província do Cunene, segundo Neto Baltazar.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Igualdade do género longe da meta

Jornal O País

3 De Abril de 201

Texto: Afrodite Zumba

Ao analisar o desenvolvimento do projecto a nível mundial e nacional, a entidade ministerial afirmou que, até ao momento, nenhum país atingiu a igualdade de género, uma vez que, de modo geral, o desenvolvimento tem sido lento, com um índice de estagnação e de retrocessos em alguns casos.

"O próprio fórum económico mundial estima que no actual ritmo de progresso, a igualdade do género, em termos de oportunidade e participação económica, só será realidade daqui a 80 anos", citou.

A titular da pasta do MINFAMU fez também referência às palavras do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon que se mostra

"Preocupado, porque pese embora se verifique empenho e muito esforço, ainda se nota que há muito trabalho a ser feito em torno da igualdade do género".

Nesta senda, Filomena Delgado lamentou que no mundo ainda existam 'países que não possuem mecanismos institucionais, políticas que promovam os direitos das mulheres e raparigas' assim como leis que as defendam da violência e do tráfico.

Ao tecer considerações sobre o exercício dos princípios ratificados na Plataforma de Beijing, em território nacional, a líder ministerial fez saber que o executivo angolano defende através da Constituição a "Igualdade do género" e desenvolve, nesta vertente, vários programas.

Prosseguiu dizendo que a violência económica, com destaque para a fuga à paternidade, a especulação da propriedade familiar bem como a agressão doméstica são as que representam mais preocupação no momento.

Segundo contou, o Ministério da Saúde (MI SA) a fim de melhorar a condição de vida das mulheres está empenhado no desenvolvimento de campanhas que visam a redução das altas taxas de mortalidade materno-infantil, registadas no país salientando que a malária, o aborto, a toxicíssima e as hepatites

constituem as causas directas para esta problemática. "Todo o executivo está empenhado em cumprir com os programas, as acções e projectos estabelecidos no Programa nacional de Desenvolvimento, PND (2013-2017) ", garantiu.

Na concepção da ministra, das 12 áreas prioritárias destacadas na plataforma de Beijing, o país precisa trabalhar mais no indicador da ", mulher e a pobreza, a participação da mulher na resolução dos conflitos e manutenção da paz, tal como na economia, na comunicação social, e nas questões ligadas ao meio ambiente".

Mais mulheres na vida política

De acordo com a ministra, o princípio do "poder e tomada de decisão" foi o que teve mais repercussão ao longo destes 20 anos pela necessidade de se promover a mulher e colocá-la nos órgãos de decisão na perspectiva do equilíbrio.

Neste âmbito, ao fazer menção à participação das mulheres ao mais alto nível do Estado, a entidade ministerial apontou que de acordo com os dados estatísticos colectados até Janeiro de 2015 pela União Inter-parlamentar, no momento existem 10 mulheres que desempenham estas funções, realçando que duas são africanas, o que representa 6,6 por cento.

Acrescentou dizendo que em relação aos cargos ministeriais existem em todo o mundo mais de mil e 100 ministras distribuídas em 191 países, com destaque para a Finlândia com 63 por cento, ao passo que Angola ocupa a 37ª posição deste ranking, e o 19º lugar no que tange à representação parlamentar e a segunda na lista da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

"Apesar de existirem muitas mulheres ministras, a tendência é sempre de as colocarem em áreas ligadas aos assuntos sociais", enfatizou.

Por sua vez, Joana Lima, presidente da Assembleia Nacional em exercício, realçou que Angola se encontra entre os países africanos que passaram a barreira dos 30 por cento da quota de participação das mulheres nos órgãos de decisão, enfatizando que na Assembleia Nacional as mulheres parlamentares representam cerca de 38 por cento num total de 220 deputados.

Com o objectivo de se inserirem mais mulheres na vida política, a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Cândida Celeste, proferiu que esta instituição se propõe reforçar as estratégias nacionais neste âmbito, de modo a alcançar os objectivos preconizados pelo Protocolo da Comunidade para o

Desenvolvimento da África Austral (SADC) visando alcançar a meta dos 50 por cento.

Para tal, disse a líder, é necessário que sejam amplamente divulgados os programas de alfabetização, assim como se invista na formação técnico-profissional das mulheres e raparigas, de forma que se desenvolvam as suas capacidades políticas.

Foi em 1995, na quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Beijing, que mais de 180 líderes mundiais ratificaram o acordo para trabalhar em prol da igualdade do género e eliminação da discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo.

O documento designado "Plataforma de Acção" de Pequim, aborda 12 áreas temáticas para serem desenvolvidas, as Mulheres e a Pobreza, Educação e Capacitação de Mulheres, Mulheres e a Saúde e Violência contra a Mulher.

Engloba ainda a inserção das mulheres na resolução dos conflitos armados, assim como na economia, no poder e liderança, bem como nos mecanismos institucionais para o avanço das mulheres, tal como nos Direitos Humanos, na comunicação social, no ambiente e nos direitos das meninas.

Estiveram presentes na sala 2 da Assembleia Nacional os deputados, membros do corpo diplomático, representantes de organismos femininos e instituições religiosas.

Na oportunidade, foi também registado um minuto de silêncio em memória das vítimas das enxurradas que assolaram Benguela e Lobito.

De modo a marcar o fim do mês dedicado às mulheres, as participantes no evento foram presenteadas com flores pelos deputados à Assembleia nacional.

A actividade foi também assinalada com as participações do músico gospel Miguel Buíla e a encenação duma peça teatral que retratou o tema.

Os integrantes do grupo gospel Black Mbanza uniram as suas vozes, entoando músicas que cativaram a atenção dos presentes. A cerimónia terminou com um almoço oferecido pelo Grupo das Mulheres Parlamentares.

9.2 Ministério da Família fala pouco com as mulheres

Jornal Expansão

3 De Abril de 2015

Texto: Francisco De Andrade

A capacidade de diálogo do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) com organizações da sociedade civil "ainda é frágil", conclui o estudo Diagnóstico de Género de Angola, da União Europeia (UE), apresentado esta semana em Luanda. O documento indica ainda que os contactos, quando ocorrem, são maioritariamente por via da participação em eventos.

Embora o MINFAMU esteja presente em todas as províncias, por meio das Direcções da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU), complementa o estudo, os recursos humanos e financeiros descentralizados são limitados. "É pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalho das DIFAMU em relação ao MINFAMU, actuando estas maioritariamente como implementadoras dos programas definidos por Luanda", lê-se no documento.

Apesar de a igualdade do género nas políticas e programas do Estado estar a ganhar peso, indica a UE, a análise sumária do OGE revela que, para o MINFAMU, este tema não é prioritário em termos de investimento financeiro do Governo, tendo a menor dotação orçamental entre os demais ministérios.

Embora reconheçam que as políticas públicas relacionadas com as questões de género estão a ser cada vez mais enfatizadas no quadro legal e no discurso político, os autores do diagnóstico consideram que elas não têm correspondência orçamental nos programas do Governo. Para a UE, a baixa dotação orçamental para políticas e programas de promoção da igualdade no género em Angola exprime a forte distância entre o discurso político e a prática. "Esta distância revela, por um lado, o conhecimento do problema e o interesse na promoção da mulher e, por outro, a falta de mecanismos humanos, financeiros, políticos e estratégicos para uma efectiva promoção da mulher", refere o estudo. '

Homens levam vantagem

O Diagnóstico do Género de Angola, elaborado pelo Programa de Apoio aos Actores não Estatais (PAANE), da UE, conclui que, em Angola, as mulheres ainda estão em desvantagem em termos económicos e sociais, face aos homens, e aborda, de forma geral, a fragilidade institucional das associações de mulheres.

Por isso, defende a implementação de acções mais dirigidas à promoção da igualdade do género em Angola, sugerindo o fortalecimento dos actores não estatais como primeiro passo.

No que respeita à participação nos órgãos da administração pública, "apesar dos significativos avanços", o documento refere que as mulheres continuam a estar sub-representadas. Na actual Assembleia Nacional, por exemplo, dos 220 assentos, apenas 81 são ocupados por mulheres.

Entretanto, dados da União Inter-parlamentar actualizados em Março de 2014 dão conta de que Angola é um dos países da SADC que atingiram quotas acima dos 30%. Os mesmos dados indicam ainda que, a nível de África, o Ruanda ocupa o primeiro lugar e Angola o quinto, sendo que, na CPLP, o País ocupa a terceira posição.

Os autores enfatizam os avanços registados no quadro legal, mas concluem também que, ainda assim, o direito consuetudinário ou tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, colocando-a em situação de grande vulnerabilidade social, nomeadamente no que respeita ao matrimónio, aos direitos de propriedade, à custódia dos filhos e à prática de adultério.

O diagnóstico alerta para a necessidade de se monitorizarem os novos instrumentos legais e políticos, para que estes não encubram as clivagens entre os homens e as mulheres em termos económicos e sociais.

9.3 Violência doméstica preocupa autoridades no cuanza norte

Jornal Manchete

17 De Abril de 2015

Texto: Sebastião kuzuka

Teresa da Costa Francisco, disse recentemente em Ndalatando, que o centro de aconselhamento da direcção que dirige continua a registar vários casos de violência doméstica,

A responsável revelou que de Janeiro a Marco, a sua Direcção registou 77 casos de natureza diversa entre violência doméstica, abandono do lar, ofensas corporais e incumprimento de mesada, entre outros.

Segundo Teresa Francisco, durante o período em referencia deram entrada na instituição, 17 casos de abandono no lar, onde foram resolvidos dez casos e 7 transferidos para Procuradoria-geral da Geral da Republica, ofensas morais, doze, dos quais nove foram resolvidos na Direcção sob sua alçada, e 3 foram transferidos na PGR, ofensas corporais um caso teve tratamento com êxito na referida direcção, incumprimento de mesada, cinco casos, 2 foram resolvidos na direcção da família e promoção da mulher 3 dos quais foram transferidos as instancias superiores, privação de bens 3 casos dos quais dois destes tiveram Solução imediata, adultério um caso também teve resolução na direcção da família. Para alem destes, registou ainda um caso, de chantagem que teve resolução naquela Direcção, bem como a acusação de feitiçaria um caso resolvido na Direcção da família e Protecção da Mulher.

Estes dados perfazem num total de 42 registos, onde 27 tiveram aconselhamento naquela Direcção, e 14 transferidos na Procuradoria-Geral da Republica. Quanto ao quadro ilustrativo sobre os tipos de violências, foram tipificados os seguintes tipos: violência física um caso, violência económica 25 registos, violência psicológica 15, concluindo a cifra de 41 casos, destes 5 são homens que tiveram a coragem de queixar as suas esposas, segundo disse, a sondagem foi de 0,05 % masculino, 0,36% feminino, perfazendo o total de 0,41 por cento. Segundo revelou Teresa da costa, no mes de Marco, foram registados 35 casos, entre abandono de lar 3 casos, todos resolvidos, ofensas morais 2 registados, ofensas corporais 4 casos, apenas um transferido, incumprimento de mesadas 21 dos quais 13 tiveram Solução na direcção que vimos sempre citando e dos quais 8 foram transferidos, ameaça de morte por palavras um caso também teve resolução na Direcção da família e promoção da mulher, usurpação de bens dois casos tiveram tratamento naquela instituição, difamação e calunia com um caso, também teve o devido tratamento na Direcção que dirige, injuria com um caso, teve também tratamento, totalizando 35 casos, destes 24 tiveram aconselhamento na direcção sob sua jurisdição, e 11 foram transferidos para a Procuradoria - Geral da República.

9.4 Recolhidas milhares de armas

Jornal De Angola

17 De Abril de 2015

Desde 2008 foram recolhidas em todo o país 93.266 armas de fogo de diversos calibres e 155.387 engenhos explosivos, revela um comunicado da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil.

O documento, divulgado por ocasião do sétimo aniversário do processo de desarmamento da população civil, refere que os resultados são satisfatórios e demonstram o êxito da campanha, embora se continuem a verificar crimes com armas de fogo. O comunicado salienta que o sétimo aniversário do processo de desarmamento da população serve de reflexão pelo importante contributo para a consolidação da paz e da democracia, bem como da redução de crimes com arma de fogo e da cultura de violência.

A Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil apela à sociedade a entregar de forma voluntária as armas que detenham ilegalmente, no sentido de se evitarem as consequências da responsabilidade criminal, previstas pela lei.

A comissão tem por missão a recolha, armazenamento e custódia de todas as armas em posse da população civil e ex -militares.

9.5 Aumento dos índices de criminalidade violenta preocupa moradores do Kifika

Jornal Seminário Angolense

11 De Abril de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Moradores do Kifika, um bairro situado a sul de Luanda, na comuna do Benfica, estão seriamente preocupados com a onda de criminalidade que assola aquela zona.

Há relatos do incremento dos índices de criminalidade, sobretudo de assaltos à mão armada praticados por marginais, muitos dos quais se fazem transportar em motos «rápidas».

Eles atribuem as causas dos crimes ao crescimento urbano que o Kífika tem vindo a registar nos últimos tempos, por um lado, e, por outro, a falta de patrulhamentos policiais, mormente no período nocturno.

Dizem que o número de assaltos aumentou devido à abertura do novo cemitério do Benfica, assim como de várias agências bancárias e estabelecimentos comerciais no bairro.

Os residentes não só se queixam da ausência de patrulhamentos, como também da falta de esquadras policiais, incluindo os postos móveis.

«Apenas alguns agentes policiais têm sido vistos no bairro, durante o período diurno, a interpelar os automobilistas e motociclistas. De noite, eles, pura e simplesmente, desaparecem», lamenta um morador do Kifika, que se mostra seriamente agastado com a postura da polícia.

Conta que há algumas semanas, um residente do bairro fora assaltado à porta de sua casa, depois de ter sido alvo de uma perseguição por parte dos marginais que se faziam transportar numa «rápida». «Eles interpelaram a vítima, sob ameaça de uma arma de fogo, e pediram-lhe que entregasse todos os seus pertences, nomeadamente o telemóvel e alguns valores em dinheiro. Felizmente, o assalto acabou bem, uma vez que o lesado não foi alvejado a tiro», Referiu o mesmo morador.

Relatos do género são recorrentes entre os moradores do Kifika, que pedem aos responsáveis da corporação para que exerçam uma maior vigilância na zona e adoptem algumas medidas, ainda que paliativas, como a colocação de postos móveis em alguns pontos do bairro, em particular nas imediações do novo necrotério.

9.6 Aumento dos índices de criminalidade violenta preocupa moradores do Kifika

Jornal Seminário Angolense

11 De Abril de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Moradores do Kifika, um bairro situado a sul de Luanda, na comuna do Benfica, estão seriamente preocupados com a onda de criminalidade que assola aquela zona.

Há relatos do incremento dos índices de criminalidade, sobretudo de assaltos à mão armada

praticados por marginais, muitos dos quais se fazem transportar em motos «rápidas».

Eles atribuem as causas dos crimes ao crescimento urbano que o Kífica tem vindo a registar nos últimos tempos, por um lado, e, por outro, a falta de patrulhamentos policiais, mormente no período nocturno.

Dizem que o número de assaltos aumentou devido à abertura do novo cemitério do Benfica, assim como de várias agências bancárias e estabelecimentos comerciais no bairro.

Os residentes não só se queixam da ausência de patrulhamentos, como também da falta de esquadras policiais, incluindo os postos móveis.

«Apenas alguns agentes policiais têm sido vistos no bairro, durante o período diurno, a interpelar os automobilistas e motociclistas. De noite, eles, pura e simplesmente, desaparecem», lamenta um morador do Kífica, que se mostra seriamente agastado com a postura da polícia.

Conta que há algumas semanas, um residente do bairro fora assaltado à porta de sua casa, depois de ter sido alvo de uma perseguição por parte dos marginais que se faziam transportar numa «rápida». «Eles interpelaram a vítima, sob ameaça de uma arma de fogo, e pediram-lhe que entregasse todos os seus pertences, nomeadamente o telemóvel e alguns valores em dinheiro. Felizmente, o assalto acabou bem, uma vez que o lesado não foi alvejado a tiro», Referiu o mesmo morador.

Relatos do género são recorrentes entre os moradores do Kífica, que pedem aos responsáveis da corporação para que exerçam uma maior vigilância na zona e adoptem algumas medidas, ainda que paliativas, como a colocação de postos móveis em alguns pontos do bairro, em particular nas imediações do novo necrotério.

9.7 Criminalidade dispara em Malanje

Novo Jornal

17 De Abril de 2015

Texto: Isaiás Soares

O Comando Provincial de Malanje da Polícia Nacional registou nos primeiros meses deste ano 656 crimes de natureza diversa, com um crescimento na ordem dos 20 % em relação ao mesmo período de 2014, confirmou segunda-feira, 13,0 delegado do Ministério do Interior, comissário António José Bernardo.

O comissário policial, que clarificou os dados num encontro com o governador Norberto Fernandes dos Santos confirmou o esclarecimento 543 (83%) delitos pelos órgãos de investigação criminal, permitindo a detenção de 473 indivíduos por praticas criminais.

Com uma perspectiva do registo de três a sete crimes por dia, a tipificação foram vinculados a "358 crimes contra pessoas, 243 contra a propriedade, 25 contra a ordem e tranquilidade públicas e 30 crimes de natureza económica. Comparando o ultimo trimestre do ano passado com o primeiro trimestre deste ano registamos um aumento de mais 315 crimes".

Quinze homicídios voluntariem e iguais mimero de frustrados foram registados no mesmo período. As principais causas foram o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, de substâncias psicotrópicas, apetência pelo lucro fácil, crenças fetichitas e desintegração familiar.

O governador provincial que instou os órgãos que garantem a segurança pública dos cidadãos nos 97.602 quilómetros quadrados que conformam a circunscrição, quis saber de números e estudar as modalidades para refrear a onda de delitos cometidos.

O chefe de executivo de Malanje que se mostrou preocupado com "os crimes já organizados com assaltos a mão armada, podem corresponder então, a um fluxo que não e natural de pessoas que vem para a província de Malanje", disse ainda que devem ser tomadas medidas de contenção para se pôr cobro a onda delitos que aflige a população e atinge bens públicos (vandalização direccionada do património publico).

SEGURANÇA NOCTURNA

A segurança das populações que trabalham e estudam no período nocturno preocupa a população e as autoridades correspondentes, com proeminência para as áreas onde estão localizados os diferentes estabelecimentos de ensino.

A ausência de iluminação publica e o avançado estado de degradação do troco que liga o traçado da Estrada Nacional N° 140 (município de Malanje Cangandala - Kwanza/Sul) e a Escola Superior Politécnica de Malanje no bairro da Vanvoala (sul da cidade) constitui urn dos principais riscos para professores, estudantes e trabalhadores administrativos.

Apesar dos diferentes apelos dos utentes da via, lá não temos nenhuma segurança, diz-se que em Malanje se criou uma brigada escolar para fazer protecção das escolas e da brigada escolar nunca vimos nada", referiu urn estudante do curso de

matemática do IV ano que preferiu omitir a sua identidade.

O transporte público não funciona e a alternativa tem sido o agrupamento de viaturas e motorizadas em cortejo no fundo de cada actividade docente-educativa (22 horas e 30 minutos) para atingir o asfalto, evitando o contacto com delinquentes que transferiram o seu "modus operandi" para aquela região da cidade.

O estudante universitário Nô Eduardo referiu que a segurança nocturna carece de particular atenção por parte das autoridades competentes: "Há um perímetro que é muito escuro coberto de mata".

Domingos António, outro estudante do período pos-laboral, apelou a empresa responsável pelo fornecimento de energia eléctrica a melhorar a forma de trabalho e devolver a iluminação pública ao centro da cidade de Malanje e aos bairros periféricos, tendo em atenção que os estabelecimentos de ensino não funcionam apenas no casco urbano.

Já António Van-Dunem referiu que o ensino à noite tem sido uma lástima do ponto de vista da protecção policial, que se junta ao deficit de iluminação das diferentes artérias da capital.

9.8 Crimes violentos estão a aumentar

Jornal De Angola

17 De Abril de 2015

Texto: Carlos Paulino

O juiz presidente do Tribunal Provincial do Cuando Cubango, João Pedro Fuantoni, está preocupado com o aumento do índice de criminalidade praticada por jovens que se fazem transportar em motorizadas.

João Pedro Fuantoni falava na abertura da reunião ordinária dos órgãos judiciais e explicou que os crimes de furto em que os autores usam motorizadas, as principais vítimas são mulheres. Ficam sem as carteiras e os telemóveis pelo método do "esticão".

Outra situação que está a preocupar os órgãos judiciais na província é o aumento de crimes violentos, como homicídios, ofensas corporais com recurso a armas brancas e violação de menores.

O juiz presidente do Tribunal Provincial solicitou a todos os órgãos que intervêm na administração da

Justiça no Cuando Cubango mais empenho, harmonia, celeridade e sobretudo humanismo nas suas actuações, para se inverter o actual quadro e salvaguardar os direitos dos cidadãos.

João Pedro Fuantoni apelou à Delegação Provincial da Justiça para divulgar o Decreto Presidencial sobre o registo gratuito, tendo em vista que na província ainda há muitos cidadãos sem documentos. O juiz presidente do Tribunal Provincial aproveitou a ocasião para recordar que desde 1 de Março deste ano, entrou em vigor a Lei 2/2015 de 2 de Fevereiro sobre a organização e funcionamento dos Tribunais comuns, que cria os tribunais regiões e as províncias judiciais desdobram-se em comarcas. Com a criação desta Lei, o Cuando Cubango foi inserido na Região IV, que integra as províncias da Huíla, Cunene e Namibe.

A província tem três comarcas: Menongue (que abrange o município do Cuchê), Cuito Cuanavale (de que fazem parte os municípios de Mavinga, Nancova e Rivungo) e a do Cuangar que integra Calai e Dirico. João Pedro Fuantoni considera que devia ser criada mais uma comarca em Mavinga, para atender o município do Rivungo, tendo em conta a distância entre esta localidade e o município do Cuito Cuanavale, num percurso de mais de 500 quilómetros. Defendeu também que se deve mudar a comarca do Cuangar para o Calai, uma vez que este município está entre o Cuangar e Dirico.

9.9 100 Crimes em Quinze Dias

Novo Jornal

17 De Abril de 2015

Texto: António Paulo

Assaltos à mão armada nas ruas, residências, bancos, lojas e cantinas, furto de viaturas, homicídios, violações e mortes são os relatos de ocorrências diárias na cidade capital. As populares queixam-se do aumento da criminalidade. Um total de 100 crimes em quinze dias e o último balanço da Polícia Nacional.

O fraco policiamento, particularmente nenhuma periferia, e apontado como um dos motivos para o aumento da criminalidade em Luanda. No bairro "Adriano Moreira, "todos os dias somos assaltados. Antes o bairro era calmo, mas agora é muito mau. Os meliantes roubam as pessoas e assaltam as casas e as cantinas", reclamaram alguns vizinhos da fábrica de

cerveja Cuca, acrescentando que os delitos acontecem normalmente no período que medeia entre as 3 as 5 horas da madrugada.

Os assaltantes são, na sua maioria, "miúdos" com idades entre os 15 aos 20 anos, segundo relataram a equipa de reportagem alguns segurança de cantinas localizadas nas imediações da rua 1 do Cazenga, zona fronteiriça ao bairro. "Eles começam a assaltar aqui na rua 1, desmontam as pessoas e depois entram no bairro. Nós não podemos fazer nada, notarem.

No mesmo bairro, segundo apuramos, os moradores, aflitos, tencionam mesmo criar um corpo de segurança para sua autoprotecção. "Todos os que temos armas, militares ou não, vamos nos juntar para agarrar estes bandidos. Nós seremos os polícias. A nossa zona está mal", queixaram-se.

Na cidade do Kilamba, moradores também reclamam de constantes assaltos na urbanização. Recentemente, um residente que viu a sua viatura roubada na calada da noite, relatou o ocorrido esta quarta-feira 16, a uma rádio da capital. " Estava a estacionar a viatura quando de repente apareceram dois cidadãos que me colocaram e me deitaram no banco detrás. Entreguei tudo que me pediram", contou o jovem que foi posteriormente, abandonado já fora da urbe.

"Levaram-me a um dos bairros próximo da via expressa e lá pediram-me para dizer os códigos dos meus cartões multicaixa. Ameaçaram matar-me caso estivesse a enganá-lo. Eles já andam com os TPA (terminais de pagamento automático) para se certificarem dos códigos", explicou. Depois continuou, "mandaram-me sair do carro sem olhar para trás e meteram-se em fuga com a minha viatura Hyundai -il0 de cor preta", narrou.

Refira-se que os constantes relatos de assaltos na via pública, dentro e fora de instituições bancárias e a porta de várias instituições públicas e privadas, tem deixado transparecer aos kaluandas um novo aumento da "criminalidade violenta".

CAPTURADOS

Entretanto, a Polícia Nacional (PN) apresentou, esta semana, o balanço da sua actividade operacional designada por "Ombembwa" que visa conter a criminalidade em Luanda. Um total de 100 crimes foi o registo da corporação nos últimos 15 dias.

Os marginais detidos, relataram ao Novo Jornal sem remorso. Donem piedade, os "modus "operandi" da actividade criminal. Youki, um jovem de 18 anos, afirmou que em companhia do seu grupo de quatro elementos, se dedicava a assaltos a mão armada em cantinas em pleno meio-dia. O Jovem revelou a nossa

reportagem que se tratava do terceiro crime que praticava no Golfe 2, sua zona de residência.

O suposto assaltante revelou ainda que a arma de fogo utilizado no crime era "alugada" a elementos das FAA e da Polícia Nacional, a quem pagavam cinco mil kwanzas a cada um por assalto realizado. "Roubávamos nas cantinas dos senegaleses, desmontávamos também no quintalão do Perto, ao lado do Rasta. Colocávamos as pessoas e recebíamos dinheiro, telemóveis e tudo que podíamos levar ", certificou. Um outro marginal que não se quis identificar, revelou a nossa reportagem que roubava com a arma do seu cunhado, por sinal um agente da Polícia Nacional. O Também assaltante de cantinas no bairro do Golfe sublinhou que, após a acção "deixava a arma em casa do cunhado sem que o mesmo se apercebesse. " Já fiz três assaltos com a AKM do meu cunhado e nunca se apercebeu", contou, explicando que, teve acesso a arma do crime pela primeira vez, quando ajudava a limpar a casa da sua irmã,

MATOU AMIGO NO ASSALTO

João Coimbra e acusado de homicídio e varies assaltos a mão armada praticados nas ruas e residenciais da zona de Benfica, distrito urbano da Samba. Do seu último assalto, contou que matou acidentalmente o seu amigo com urna bala na cabeça. "Estávamos a assaltar a casa do patrão do meu amigo, um Maliano. Pretendíamos roubar 12 mil dólares, mas houve urna pequena confusão lá dentro e eu estava lá fora a controlar o movimento. Vi o Maliano a dar os pertences ao meu amigo, fiz um disparo de controlo e acabei matando-o", disse, acrescentando que, foi a sua própria fanúlia quem denunciou a Polícia.

Já Tiago Salu, um jovem de 23 anos, e acusado de ter morto o seu colega de trabalho, com um golpe de faca desferido no pescoço, após um desentendimento entre ambos que acabou em cenas de pugilato, no seu terceiro dia de trabalho.

"Estava a trabalhar numa padaria na vila de Catete, quando aconteceu a cena. Distribuimos as tarefas e concordamos que quem terminasse primeiro poderia descansar. Depois do meu grupo terminar de enrolar a massa de trigo, um outro colega disse-me que não podia descansar porque eu ainda tinha trabalho, e eu recusei", explicou. Então, continuou, "ele começou a bater-me. Tentei evitar, mas ele não parava. Na mesa tinha urna faca que usei e espetei-a. Dizem que ele morreu", disse o jovem, arrependido do acto cometido.

ESTRANGEIROS NO CRIME

Durante o balance. A PN apresentou também um cidadão senegalês de 23 anos acusado de roubo de viaturas nas províncias de Luanda, Kwanza-Norte e Malanje. Residente há 13 anos em Angola, Dyallo como se diz chamar. E ainda acusado de ser detentor de urna arma de fogo do tipo AKM com a qual praticava assaltos com mais dois cúmplices angolanos.

Em Luanda, Dyallo os seus comparsas revelaram ao Novo Jornal terem furtado urna viatura Hyundai i10 a um cidadão português no momento em que saía de urna loja em Viana. "Interpelamo-lo e recebemos a viatura sem ele refilar. Depois, rumamos para o Kwanza-Norte onde tencionávamos vender e depois roubar urna outra viatura, urna Hilux para um cliente", confessaram.

Em Ndalatando, os assaltantes revelaram ter roubado urna outra viatura de marca Kia Rio durante a madrugada, a urn cidadão angolano. Com a mesma viatura, seguiram para a província de Malanje e dias depois, no regresso a Luanda, foram interpelados pela Brigada Especial de Transite na província do Bengo que os deteve por falta de carta de condução.

10. AMBIENTE

10.1 Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos

Jornal de Angola
2 De Abril de 2015
Texto: Manuela Gomes

O director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente alertou para a necessidade de haver um maior cumprimento dos planos urbanísticos e das normas estabelecidas sobre os ordenamentos municipais.

Giza Martins, que falava no seminário de validação da fase de preparação do projecto "As necessidades de adaptação na orla costeira em Angola", fez o alerta em virtude de haver "edificações com o ordenamento não apropriado".

O projecto, que vai ser desenvolvido nas províncias de Cabinda, Namibe, Cuanza sul e Bengo, visa a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, entre as quais as afectadas a nível social, económico e ambiental.

O representante em Angola do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) disse que o projecto levou em consideração as necessidades de diferentes sectores económicos, como os das Pescas, Agricultura e Turismo, afectados pelos efeitos das alterações climáticas. Samuel Mabor salientou a importância que a integração do clima e a componente adaptação nos planos estratégicos, políticas e orçamentos nacionais tem nos processos de planificação nacional.

Processos de planificação

Os processos de planificação nacional, acentuou, vão ser apoiados através do projecto e de outras intervenções inseridas na parceria estratégica estabelecida entre o Ministério do Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e são fundamentais para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e duradouro para o país.

"A complementaridade das várias intervenções que estão a ser executadas ou desenhadas, no âmbito das alterações climáticas, e, ao mesmo tempo,

fundamental para manter a coerência com as prioridades nacionais e assegurar as sinergias entre elas", concluiu Samuel Harbor.

10.2 Populações ribeirinhas estão protegidas

Jornal de Angola
2 De Abril de 2015
Texto: Cristina Da Silva

Quatro províncias vão dispor, a partir de 2016, de estações hidrometeorológicas, vinculadas ao Sistema de Aviso Prévio, já existente, com o objectivo de prevenir o aumento do nível de água em determinados rios e a ocorrência de chuvas Intensas Intercaladas com vento.

Vladimir Russo, consultor do Ministério do Ambiente, que deu a informação no decurso de um seminário sob o lema "Abordar as necessidades urgentes de adaptação nas áreas costeiras e o reforço das capacidades em Angola", realizado na cidade de Luanda, informou que as províncias abrangidas no projecto piloto são as do Bengo, Cuanza Sul, Cabinda e Namibe.

O ambientalista assegurou que as estações hidrometeorológicas vão poder determinar em 24 horas quando e que numa determinada zona pode haver ventos extremos.

O Sistema de Aviso Prévio, acentuou, e codificado com as cores azul, vermelha e laranja e emite informações as autoridades locais que, por sua vez, as fazem chegar as comunidades para estarem prevenidas.

Vladimir Russo explicou que, quando o alerta é azul, o nível da água pode crescer caso continue a chover de forma intensa. A laranja significa aumento do nível das águas, enquanto o alerta vermelho indica a subida extrema do limite do nível da água, o que pode causar catástrofes.

Quando é lançado o alerta azul, o Sistema Nacional de Protecção Civil deve automaticamente alertar as comunidades. O sistema, além de dar a previsão meteorológica, pode prevenir também a possibilidade de, numa determinada zona, haver estiagem, a fim da população ser alertada para o tipo de culturas que deve utilizar.

"Estes sistemas de alerta podem ajudar os camponeses, porque as culturas que muito dependem de água não podem ser feitas e vão buscar culturas

resistentes a seca", disse o consultor Vladimir Russo, sublinhando que, "só com o apoio do Executivo e da sociedade civil, vai ser possível responder as alterações climáticas, estas medidas de segurança possam ocorrer também, nos próximos anos, em zonas como os rios Curoca e Cavaco, nas províncias do Namibe e Benguela. "O Objectivo do projecto e antecipar os problemas onde já existem comunidades", declarou Vladimir Russo.

A instalação das estações meteorológicas esta avaliada em seis milhões de dólares, valor que vai ser desembolsado pelo Fundo Global para o Ambiente, pelo Programa das Nações Unidas para Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

10.3 Governador do Cuanza Sul transfere serviços técnicos para Pomba Nova

Jornal Agora
2 De Abril de 2015

Eusébio de Brito Teixeira orientou, nesta terça-feira, a transferência dos serviços técnicos do Governo da Província e da Administração Municipal do Sumbe, na zona de reassentamento da Pomba Nova, visando prestar uma melhor assistência às populações afectadas pelas chuvas e inundações provocadas pelo rio Cambongo.

O governador diz que os Serviços Técnicos devem estar no local, mormente a Saúde, Educação, a Polícia, os Serviços de Bombeiros, Transportes, Energia e Águas, pois é muita gente por reassentar e urge a necessidade de ser bem acompanhada, para que não volte aos locais de riscos. Já iniciou a montagem de tendas onde deverão funcionar.

O edil aproveitou a ocasião para interagir com a população sobre as vantagens de estes estarem instalados no referido local.

"Neste momento, estamos a distribuir tendas, enquanto os trabalhos de preparação dos talhões decorrem para que possam receber as suas parcelas de terras com documentos, visando a construção das moradias, com uma tipologia já definida pela administração municipal," observou o governador durante a visita efectuada aos bairros sinistrados, nomeadamente Praia, Antigos Combatentes e Águas, num total de 1.316, que estão sob risco iminente.

10.4 Município dos Gambos (Huíla) avança na plantação de árvores

Jornal Agora
2 De Abril de 2015

Pelo menos quatro mil e 500 árvores serão plantadas a partir deste mês no município dos Gambos, pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Rede Criança, no âmbito do combate à desertificação.

De acordo com o administrador municipal, Elias Sova, serão plantadas, ao longo das principais artérias da vila, eucaliptos, jacarandás, mumi e acácias, num processo que vai contar com a participação da comunidade.

Por esta altura, no município ocorrem fortes chuvas com rajadas de vento, o que deixou destruídas mais de 60 residências, infra-estruturas administrativas e religiosas, devido à ausência de árvores na circunscrição.

10.5 Sistemas de alerta serão instalados nos rios

Jornal Agora
2 De Abril de 2015

Os cursos dos rios Chiloando (Cabinda), Longa (Cuanza Sul), Dande (Bengo) e Bero (Namibe) deverão beneficiar de sistemas de alerta pluviométrica para informar sobre a possibilidade de aumento do caudal e volumes de águas ou presença de fortes chuvas acompanhadas de ventos, disse, em Luanda, nesta terça-feira, o consultor ambiental do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, durante um workshop de validação do projecto, denominado 'As necessidades urgentes de adaptação do clima em Angola'.

Vladimir Russo disse o projecto fazer parte da sequência de um plano de adaptação e mitigação que se pretende elaborar no país, face às alterações climáticas e em resposta às fortes chuvas que ocorrem no país.

O sistema fará parte das estações meteorológicas existentes, cuja codificação usa as cores azul, laranja e vermelha, que é passada às autoridades locais e comunidades para agirem em conformidade,

O ambientalista notou que a ocorrência de chuvas extremas ao longo das duas últimas semanas resultou em mortes, ramificações de terrenos agrícolas e danificação de residências, havendo a necessidade de preparar o país para a mitigação das alterações climáticas e adaptá-lo a estes projectos.

O projecto visa, igualmente, capacitar as administrações municipais e comunais .

10.6 Presos pelas Chuvas

Novo Jornal

3 De Abril de 2015

A Terceira rua dos seis e arredores dos Mulenvos de Cima esta "completamente" inundada. Os moradores estão "enfurecidos com a quantidade de águas paradas que circundam as suas residências".

Os munícipes revelam que diante da situação, alguns vêem-se mesmo obrigados a "andar de cuecas" na rua, durante a madrugada, para vestir-se num ponto seco da zona e chegar ao trabalho.

Contam que o dilema piorou com as ultimas chuvas que se abateram sobre a capital deixando quintais inundados, ruas intransitáveis e estradas esburacadas como o principal cenário daquelas paragens.

A zona, segundo os munícipes, beneficiou recentemente da construção de uma estrada, mas cuja obra ficou a meio da rua, facto que na visão dos residentes tem contribuído para as inundações das residências que ficam num dos pontos mais baixo da travessa.

"Eles não concluíram o trabalho. A estrada nova que sai do Millennium deveria ligar com a estrada da Reolixo, mas chegou apenas até a rua que dá acesso ao hospital dos Mulenvos. E agora quando chove, toda a água que sai daquela estrada, desemboca aqui nas nossas casas", explicou D. Ângela, residente há mais de quatro anos na zona.

Sempre que chove, as residências ficam completamente inundadas, o que leva muitas vezes os moradores a socorrerem-se de electrobombas, baldes ou bacias para o escoamento das águas que invadem as moradias. "Mas já não temos força para tirar a água que fica na rua. Uns até hoje, continuam com os quintais inundados, somos que nem presos", lamentou-se D. Gina, que apelou a intervenção do governo provincial de Luanda.

A força da correnteza das águas obrigou alguns moradores a barrar as portas das residências com muros, para que a mesma não penetre para dentro, "mas ainda assim, não resolve o problema", disseram.

"Aqui estamos mal. Os carros já não entram. Temos que deixa-los na estrada. Só ficamos bem quando não chove. Temos que meter muros nas portas para que a água não entre para dentro de casa, mesmo assim, não conseguimos. A água vem com muita pressão e somos sempre invadidos pela correnteza", explicou a interlocutora.

ABANDONO DEMORADAS

A invasão das águas está obrigar alguns moradores a abandonar os seus domicílios para outras zonas de Luanda, segundo revelou o mais velho João, outra vítima das enxurradas.

"A nossa maior preocupação é a inundação. A minha casa há dias ficou toda inundada. A água foi até ao quarto e tivemos de evacuar as crianças para a casa de um familiar. Alguns vizinhos começaram já abandonar as suas habitações. A situação está mal, disse o interlocutor que reclama a presença da administração local.

"Temos levado as nossas preocupações à administração municipal e à comissão de moradores, mas nada é feito até agora. Nunca tivemos a intervenção de uma viatura da administração para desinfetar ou tirar as águas paradas", reclamou.

"Estou aqui há quatro anos e a situação não era assim. As obras da estrada pioraram a nossa condição. Com tristeza, diz que "temos falta de falta de uma canoa o que seria melhor para nos locomover de um lado para o outro. Uns se não saem de boxes ou de calcinhas até a rua, não chegam ao trabalho", desabafou o cidadão, visivelmente aborrecido.

Doenças e criminalidade

Uma outra situação que preocupa os moradores é o aumento de doenças diarreicas, acompanhadas de vômitos, devido à água paradas que se estendem pelo bairro, segundo revelaram os entrevistados ao Novo Jornal.

"Estamos a pedir a intervenção de quem de direito para que nos ajudem. Os mosquitos aqui já não se falam. As pessoas estão a adoecer de diarreia, vômitos, paludismos e outras enfermidades. Todos os dias somos obrigados a levar os filhos pequenos às costas para atravessar a água e chegar à escola. Os nossos maridos saem de cuecas ou calções curtos para se vestir na rua e ir trabalhar. Desde Novembro que vivemos esta situação. Sempre que chove, a

história e a mesma e nenhum governante faz qualquer coisa", resmungou D. Francisca, residente na zona M 15 anos".

Já o cidadão Girão, que lá mora há sete anos, mostra-se também preocupado com o Índice de criminalidade que vai crescendo na localidade, uma situação decorrente da constante falha de luz eléctrica e das inundações que a zona enfrenta.

"O Índice de criminalidade aqui é muito alto. Os bandidos fazem assaltos a mão armada, as casas e as cantinas e até matam pessoas. Aqui há um grupo chamado Bela que não para. Ainda antes de ontem mesmo, por volta das 17 horas, assaltaram um jovem que foi espancado e tiraram-lhe 30 mil kwanzas mais o telefone. Tem havido pouco patrulhamento policial", reclamou o interlocutor.

10.7 Bairro Popular vive um mar de dificuldades

Jornal De Angola

3 De Abril de 2015

Texto: Arcângela Rodrigues

Os problemas causados pela falta de saneamento básico continuam a marcar o quotidiano dos moradores do Bairro Popular. As ruas estão esburacadas e cobertas de lama, as valas de drenagem entupidas e há lixo espalhado por todos os cantos. Em algumas ruas como a Cimex, Neves Bendinha, Machado Saldanha, Euric, Porto Alexandre e Mora, o trânsito é impossível, principalmente nos dias de chuva. Nem a pé se pode andar.

Os esgotos a céu aberto criam lagoas à porta dos moradores. Quando a chuva é muita, as águas invadem as ruas e casas, causando transtornos e prejuízos. As inundações são frequentes e causam danos a quem já pouco tem. As casas já não arejam devidamente, porque as janelas e as portas estão sempre fechadas, por causa do mau cheiro dos esgotos rebentados.

Na zona Olímpio Macueria algumas ruas já beneficiaram de obras de requalificação. Mas outras ainda estão à espera. Pouco feito e quase tudo por fazer. A degradação continua e afecta a parte já

requalificada. Os moradores pedem às autoridades competentes para darem continuidade à obra.

Maria da Conceição vive na Rua do Euric, no Bairro Popular, há 55 anos. Disse à reportagem do Jornal de Angola que desapareceu há muito tudo o que encontrou. Uma zona urbanizada e com todas as infra-estruturas, hoje foi tomada pelo caos urbanístico. Há moradores que constroem no espaço em frente às casas e nos quintais. As casas originais desaparecem na confusão.

O saneamento básico está "rebentado". Os passeios desapareceram e os mais ousados construíram "casas" nos espaços públicos. O Bairro Popular nasceu para alojar gente sem grandes posses. Mas apesar de ter casas modestas, as construções tinham qualidade. São vivendas unifamiliares, quase todas geminadas. Era proibido construir em altura.

Modelo de sucesso

O modelo teve tanto sucesso que foi construído o "número dois", com mais habitações que o "número um". Até ao ano de 1975, cresceu sempre e era uma das zonas de Luanda com mais habitantes. Nos meses que antecederam a Independência Nacional houve a debandada geral, porque a maior parte dos moradores era de origem portuguesa. Muitas casas ficaram abandonadas, mas por pouco tempo.

O problema é que desde então, nunca mais houve obras de manutenção nos passeios e arruamentos. A iluminação pública foi negligenciada. O saneamento ficou assoreado por falta de manutenção. As avarias na rede de água surgem com frequência. O Bairro Popular começou a ser construído nos anos 50 e as canalizações estão "podres". A rede eléctrica há muito que pede substituição. Começou por ser um "dormitório" de Luanda, servido pelo machimbombo da linha 22 (directo) ou da linha 16 (até à Terra Nova).

O gueto hoje está afogado num mar de problemas onde a qualidade de vida se perde.

Trabalhos parados

"No ano passado, a Rua do Euric e os arruamentos adjacentes começaram a receber obras de reabilitação, mas este ano as obras paralisaram e ninguém nos informou quais foram os motivos que levaram à suspensão dos trabalhos", explicou Maria da Conceição, uma das veteranas do bairro e que ainda conserva na memória os "tempos áureos".

A suspensão de trabalhos de reabilitação nos bairros sem uma explicação aos moradores, é comum em Luanda. As administrações distritais e municipais

nem se dignam dar uma satisfação aos moradores. Do alto da sua arrogância vão iludindo a realidade com discursos políticos, quando as soluções têm de ser técnicas.

Mudança de empreiteiro

Maria da Conceição explicou que no começo, as obras estavam à responsabilidade de uma empresa chinesa. Mas sem ninguém perceber como nem porquê, um dia os trabalhos ficaram a cargo de uma empresa portuguesa. Agora nem uns, nem outros. Está tudo parado.

No ano passado, enquanto decorriam os trabalhos, os moradores apresentaram várias reclamações ao encarregado da obra, porque as máquinas rebentaram com as redes de água e luz. O costume. Os empreiteiros até "cortam" os cabos de alta tensão da Edel e ninguém os responsabiliza. "O problema da energia foi solucionado e quanto à água, continuamos com os mesmos problemas. Foram instaladas torneiras na via pública, mas a água sai sem pressão", acrescentou.

"Entre os moradores não há entendimento. Alguns vizinhos ligam mangueiras às torneiras que foram instaladas junto às paredes ou aos muros e levam nas para dentro das suas casas, todo o dia. Os outros têm de comprar cada bidão a 75 kwanzas", afirmou Maria da Conceição. Mas para as torneiras serem instaladas todos os moradores tiveram que contribuir. Agora alguns fazem deles, o que é de todos. Ninguém actua contra os "gatunos da água".

Péssimas condições

No Bairro Popular, quando chove é uma lástima. Ninguém consegue sair de casa e as crianças ficam sem estudar. "Por causa das péssimas condições da via, o meu genro ao sair de casa caiu e partiu o braço", disse Maria da Conceição. Rosa dos Santos é também moradora na Rua Euric, no Bairro Popular, há 41 anos. Explicou à nossa reportagem que por causa das águas paradas, os moradores estão sujeitos a todo tipo de doenças. "Estamos a viver por cima do lixo só não sei até quando vamos aguentar estas condições", acrescentou. A moradora também disse que por causa das águas paradas e do lixo, os vermes estão a invadir as residências e há mosquitos por todos os cantos. "Os esgotos foram mal instalados. Tudo o que é deitado na sanita ou na lava loiça, volta para dentro de casa", realçou. Mas Rosa tem um problema mais grave: "Para sair de casa, como estou cercada por lagoas, tenho de trepar as paredes e a minha idade já não permite".

Rosa dos Santos deixa um conselho: "Para evitarmos situações desagradáveis é importante fazer previsões para o começo das obras. O tempo de cacimbo é o melhor para realização deste tipo de trabalho".

Vendedoras e vendedores ambulantes continuam a fazer os seus negócios em lugares impróprios, ao lado do lixo e das águas paradas. Quem passar pela Rua da Cimex até à zona Olímpio Macueria, que dá acesso ao Hospital Sanatório, só vê "bancadas" de um imenso mercado informal, onde se vende de tudo um pouco. E os moradores do Bairro Popular têm ainda a cereja em cima do bolo: a confusão permanente dos táxis e os engarrafamentos monstruosos.

10.8 Pressão popular leva abertura de breche no dique Rio Cavaco

Jornal O País

3 De Abril de 2015

Texto: Constantino Eduardo

Segundo os moradores, isto deveu-se a um alegado erro de engenharia da ODEBRECHT, empresa encarregue da construção dos diques. Águas paradas, casas submersas compõem o cenário no Calomburaco.

Entre a aflição, e a julgar pelos estragos que a água causou, os sinistrados apelaram ao Governo no sentido de intervir na zona, porque, segundo dizem, durante a construção dos diques, a empresa não observou alguns padrões de engenharia e hoje as consequências são nefastas. a altura, dizem, o órgão da administração pública simplesmente não ouviu os seus clamores e remeteu-se ao silêncio.

Diante de tal comportamento, os moradores pegaram em pás, enxadas e outros instrumentos para abrir uma brecha no dique que permitisse o escoamento 'das água.

Chamada a intervir, quando os populares deitavam o dique a baixo, a Polícia de Intervenção Rápida (PIR) apareceu no local e tentou conter a acção dos cidadãos que estavam com os nervos à flor da pele, tendo estes se insurgido contra as forças da ordem, arremessando-lhes pedras e outros objectos.

A Polícia, por sua vez, lançou gás lacrimógeno e os moradores, dispersaram-se." ós aqui só estamos a exigir que o Governo destrua esse troço que não está a possibilitar que a água entre no rio. Há um troço do Cavaco que também não está bom, e nós somos colhidos pela água, o que significa que a água só entra e não sai. Agora a polícia está a vir aqui atirar gás e até fez tiros, só que foi no ar", disse a O PAÍS uma cidadã que não quis ser identificada.

Devido a preocupação, o Governo da província decidiu atender os clamores e, não tardou, apareceram homens e máquinas escavadoras para abrir o canal e facilitar o escoamento das águas para o rio Cavaco e, conseqüentemente, para o mar.

António Rego, director provincial das Obras Públicas, referiu que o momento não era para procurar culpados, mas para corrigir o trabalho. Segundo Rego, as chuvas tinham caído muito acima do que se previu, sendo esta a razão das inundações.

Com esse gesto, a legalidade foi reposta e a situação foi ultrapassada. Paizinho, um jovem que assistiu ao confronto entre a Polícia e a população, dia achar que "eles (as autoridades) erraram muito quando desassorearam o rio, não deixaram nenhum canal, nenhuma passagem para a água", disse.

Entretanto, assim como o jovem Paizinho, em Benguela muitas vezes também apontavam alguns alegados erros de engenharia cometidos pela ODEBRECHT aquando da execução da obra de desassoreamento do rio Cavaco e os perigos que representava. Caso "um dia Benguela vier a receber grandes chuvas, o bairro do Calomburaco será, naturalmente, muito afectado, porque a água não tem saída".

Desde tempos idos o bairro do Calomburaco vem sendo fustigado pelas águas do rio Cavaco por altura de cheias e, para inverter o constante quadro sinistro, o Governo central acabaria por aprovar programas orçamentais para o desassoreamento do rio, sendo que a tranquilidade se instalou no seio dos moradores. Actualmente, a tranquilidade ora instalada, voltou a desaparecer, porquanto as águas continuam a inundar o bairro.

Desemprego à vista

Segundo as autoridades, vislumbra-se para os próximos tempos, que o desemprego afectará muitos trabalhadores do vale do Cavaco, devido aos enormes estragos causados pelas chuvas, deixando culturas submersas num total de 200 hectares, de onde sairiam, previa-se, 400 mil toneladas de produtos diversos.

O aviário Santa Filomena, situado na margem direita do Rio Cavaco, por exemplo, teve perdas de 11 mil galinhas, ovos e outros produtos; máquinas e equipamentos foram inundados pelas chuvas, facto que vai obrigar a que 50 trabalhadores fiquem no desemprego. A proprietária, Florinda Ramos, clama por apoios e sente-se traumatizada pelos estragos.

"N ão sei se vale a pena insistir, quero desistir! Estou mesmo muito desgostosa. Oito contentares de concentrados, 3 camiões de milho, equipamento para matadouro no valor de 80 mil USD. Nós pagamos os impostos todos, fartamo-nos de pagar multas e agora quem vai pagar isto?", questiona-se.

Por sua vez, o director provincial da Agricultura, Fernando Assis, garantiu que o governo vai indemnizar os agricultores directamente afectados. "Vai haver, nós não estamos à espera do seguro agrícola, o Estado tem as suas funções, o Governo tem as suas funções e vai haver ajuda e, podem estar cientes, esta é a minha palavra e com a ajuda do Governo provincial, de que faço parte, vão ser ressarcidos os estragos e custos" , garantiu o director.

10.9 Chuva destrói plantações e condena época agrícola

Jornal De Angola

4 De Abril de 2015

Texto: Arimateia Baptista

Cerca de 18 mil hectares de plantações de batata-doce, feijão e milho em Benguela estão comprometidos nesta época agrícola devido à abundância chuvas dos últimos dias, disse à Angop o presidente da União Nacional de Camponeses Angolanos (UNACA).

João Januário declarou já ter alertado as Administrações Municipais para o agravamento da situação nos próximos dias, principalmente nas comunidades rurais, onde a colheita daqueles produtos foi nula, apesar de os camponeses terem semeado o suficiente.

O dirigente da UNACA referiu a hipótese de serem aproveitadas grandes quantidades de massambala, o único cereal que se desenvolve com bastante água.

João Januário avisou que pode haver fome em Benguela, pois o alimento básico das famílias camponesas é o milho, cuja produção "foi fustigada

de Outubro a Dezembro pela seca e agora pelo excesso de chuva".

Nos vales do Cavaco e Catumbela, os danos estão avaliados num primeiro balanço em 250 milhões de kwanzas devido a inundação de 134 hectares, que afectou dez mil toneladas de tomate, cebola e banana, afirmou o chefe de departamento do gabinete de estudos e planeamento do Governo Provincial, Domingos Silva.

O chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAME!), Lutomba Tima, prevê que a pluviosidade aumente de intensidade durante este mês, passando de 120 milímetros para 150 milímetros.

UNACAmBenguelatem 596 associações e cooperativas em todas as comunas.

10.10 Moradores do distrito da Samba em desespero

Jornal Ntinente
9 De Abril de 2015

Se anteriormente o maior problema da Samba consistia no facto de o bairro se situar numa área freática agora a situação complica-se.

As águas das chuvas deixam as ruas da Samba Grande totalmente intransitáveis.

A par disso, surge um novo cenário. O lixo e o capim invadem o bairro. Em todas as esquinas e ruas a situação é idêntica.

O mais grave é que as crianças aproveitam as águas das chuvas para brincar, o que constitui um atentado à saúde.

Além de consumirem o asfalto em toda a extensão do bairro, as águas estão a destruir as casas. O pequeno bairro de pescadores perde aos poucos a sua imagem tradicional devido a problemas de saneamento básico. As ruas do Silêncio, Nova Samba e Augusta há muito deixaram de existir. Circular a pé ou de carro tem sido uma dor e cabeça para quem vive naquela zona. Lixo, águas paradas, buracos e capim ocupam as vias. O esforço dos moradores do bairro que com alguns materiais tentam minimizar o problema tem sido em

vão, já que a solução do problema requer uma intervenção de vulto.

"É uma situação que já vem de há muito tempo", disse um dos moradores, considerando como alternativa a reconstrução do bairro e o realojamento dos moradores em zonas seguras.

Na rua Nova Samba, onde os carros já não circulam há muito tempo, os moradores juntaram-se para tentar reduzir o nível de água das chuvas que entram nas casas.

"Podemos passar aqui toda a tarde a tirar a água, mas se voltar a chover, nada estamos a fazer", conta Ermelinda Lima, residente no bairro há mais de 25 anos. "Da administração do distrito não vemos nada e agora com as casas a caírem não sabemos como fazer", lamentou. As ruas da Samba Grande são utilizadas por muitos automobilistas para chegar ao centro da cidade e vice-versa. Devido ao estado de degradação, muitos automobilistas evitam aquelas ruas.

Sem alternativas

Quem antes usava a rua do Silêncio para desembocar na avenida principal da Samba não tem alternativa senão aguentar o congestionamento. Filipe Guimarães, morador do bairro do Futungo, município de Belas, considera a situação caótica e inadmissível.

"É sabido que as ruas terciárias ajudam a descongestionar a avenida principal e por não estarem em condições estruturais, somos obrigados a ficar longas horas no trânsito, porque só temos uma via para quem sobe ou desce", disse.

Defendeu a necessidade de um trabalho profundo na zona para ajudar a circulação automóvel e a vida das populações. Rosalina Napoleão, moradora na rua Samba Mar, lamentou a situação que se vive no bairro. Em companhia de outras moradoras, procura com meios próprios reduzir a água da rua que se encontra intransitável há mais de 15 anos.

Conta que as campanhas de limpeza de lixo e de retirada de água realizam-se constantemente, "mas isso não soluciona o problema que enfrentamos".

Podemos usar electrobombas, mas as águas de outras ruas retiradas com o mesmo meio dificulta o nosso trabalho, concluiu Rosalina Napoleão.

10.11 Quinta Avenida está intransitável

Jornal de Angola

10 De Abril de 2015

Texto: Mazarino Da Cunha

A Quinta Avenida, município do Cazenga, Luanda, esta literalmente submersa e a água, misturada com lama e os amontoados de lixo dificultam a circulação de peões e viaturas.

A Avenida, que começa no bairro Vila da Mata e desemboca na Ngola Kiluanji, no mesmo município, esta 80 por cento intransitável devido ao avançado estado de degradação em quase toda a sua extensão.

O estado da via cria obstáculos diários as viaturas provenientes de Viana com o destino ao centro da cidade de Luanda e zonas periféricas da capital, como e o caso do bairro da Cuca.

Quando chove, quem anda a pé para entrar no bairro tem de usar botas de borracha.

A avenida transformou-se numa vala atulhada de plástico, latas e restos de alimentos.

Como se não bastasse, vendedores na berma da estrada ajuda a torná-la ainda mais suja e a dificultar trânsito automóvel e de peões perante a passividade das autoridades administrativas. Na via e redondezas há "montanhas de lixo", como a que se pode ver ao longo da parede do quintal das instalações da Feira Internacional de Luanda (FIL). João Domingos, morador há 30 anos da Vila da Mata, disse ao Jornal de Angola "a Quinta Avenida foi sempre intransitável devido a arrelhadora presença de águas sujas, lama preta pegajosa e lixo". "E um cenário desolador, sobretudo na época chuvosa", lamentou o morador.

10.12 Bairros poupados

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Dispostos para mostrar como os bairros da Caponte, Cassoco, São João e Benfca, por si citados, não foram destino das águas da vala do Lengue, António Capiopio, dirigiu a equipa de O PAÍS para a zona final da linha férrea, que liga a estação ferroviária da sede de Benguela à das Bimbas, tendo explicado, no local, que o limite era o caminho-de-ferro.

"Os bairros do lado esquerdo da linha ficaram livre das inundações, porque a acumulação das águas deu-se no lado direito, mas mesmo assim a área de manobra do comboio, que era aqui, ficou destruída, todo suporte da linha foi roído", disse, apontando com o dedo em riste para umas pedras, que sobravam do nível da ferrovia.

Domingos Sabalo de 28 anos de idade disse que o seu bairro, Caloneva, que deu nome à região das Bimbas, por ter plantas com o mesmo nome, não foi assolado, pelo facto de não se ter fechado a entrada das águas. "Ai no nosso bairro, não sofremos muito as consequências das chuvas, porque as águas continuam a entrar no rio, não se alterou nada, não houve meio para se conseguir pôr as máquinas na margem direita", relatou o morador, cuja preocupação reside apenas no facto de ficarem sem comunicação com os vizinhos do outro lado.

Em relação às obras, que resultaram na alteração do quadro de 'Vida dos vizinhos e dos bairros próximos da cidade, conforme referiu, Domingos Sabalo atribui culpa aos empreiteiros da obra da estrada e aos que tiveram engajados na construção dos diques, pelas razões já anunciadas pelo soba Capiopio, como o chamam nessas paragens.

Sabalo revelou que, entre as valas que dão as suas águas ao rio Cavaco, o Lengue é que mais carga transporta, por ser afluente de muitos riachos, daí a razão de lhe ter sido atribuída esta denominação, que, numa das variantes da língua Umbundu, segundo explicou o interlocutor deste jornal, significa "sinais de nervosismo".

Sobre as possíveis soluções, o camponês mostrou a sua satisfação por estar a ver ao longo do rio Cavaco abertura nos diques, mas apelou aos Órgãos de direito para se apressarem a construir uma ponte alta. no bairro Cambambi, de modo a evitarem-se situações do género.

"Se voltar a chover da mesma maneira, acho que os estragos serão maiores, uma vez que os bairros que ficaram livres, por causa da protecção da linha férrea, já não têm essa protecção, aqui no terminal, vão inundar também", sentenciou o Domingos Sabalo.

10.13 Espaços do mercado disputados

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Nilton Moteiro

Como se sabe, os desalojados dos bairros Calilongue, Chingoma, Pecuária e Fronteira, só para citar os de um corredor, que, depois da enchente, se abrigaram no Largo da Peça, foram colocados no Mercado da Pecuária, onde dividem os espaços intermédios das bancadas, que aí, curiosamente, não são aproveitados como camas.

Entre as 22h:06 e 22h:41, de Quinta-feira, 2, a reportagem de O PAÍS esteve no local, onde abordou alguns sinistrados, que, além de situações previsíveis como o desassossego, falaram da disputa do lugar no período nocturno, a fim de se encontrar um espaço.

José Cinco Reis de 57 anos de idade, 22 dos quais a viver no bairro Pecuária, é soba do referido subúrbio. Ele começou por dizer que a escolha do acampamento recaiu a um mercado do género, por ter condições mínimas de protecção em ocasiões de chuva.

"Lá, no Largo da Peça, estivemos ao ar livre e podíamos molhar, caso chovesse, então nos meteram aqui, por ter cobertura e por facilitar a divisão dos bairros", explicou o líder tradicional", de quem também se ouviram reclamações sobre os mais jovens, que, à noite, ignorando os limites estabelecidos por subúrbios, violam espaços limítrofes, partindo para disputa de espaços.

Ouvindo o ataque do soba aos contra a classe juvenil, as senhoras, embora tenham reconhecido que o espaço era aberto, também acusaram os mais novos de atentarem contra o pudor.

"Nós sabemos que perdemos as nossas roupas, mas esses jovens qua- se andam nus, na hora de dormir e ninguém lhes pode chamar atenção, ficam chateados", queixaram-se, apelando ao Governo para lhes tirar do mercado.

Cinco reis, como é carinhosamente chamado do bairro por vizinhos, familiares e amigos, considerou o seu bairro como o um dos mais afectados, por estar a poucos metros da linha férrea.

Antes de tecer suas considerações sobre o estado actual na também conhecida praça da Pecuária, Manuel Macala de 65 anos de idade, mostrou, com o dedo indicador direito, como estavam dispostas as arrumações que faziam de cama.

"Não há espaços entre uma e outra cama, as pessoas dormem quase juntas e aqui não podemos deitar cedo nem acordar tarde", desabafou o soba, informando, logo a seguir, que os vendedores estão a desenvolver as suas actividades comerciais fora do mercado, porém, chegavam muito cedo, causando, deste modo, um incómodo aos sinistrados.

Ao lembrar sobre o sucedido, Manuel Macala disse que as águas que encheram o seu bairro vieram com uma intensidade jamais vista.

De acordo com o chefe de família, bairro Calilongue foi o mais prejudicados' razão pela qual os residentes desta área estavam, no mercado em maior número.

Relativamente às condições, o sinistrado acha que, nas tendas, a privacidade seria salvaguardada com mais facilidade.

Outros afectados pelas chuvas foram os moradores do bairro Calomburaco, visitados pela equipa deste jornal, na manhã de segunda – feira, 6. Os mesmos queixaram-se de estarem teoricamente desapoitados, a comparar com outros sinistrados, como fez questão de referir um indivíduos' que se identificou como integrante da coordenação do bairro.

Reiterando, muitas vezes, a condição de anonimato, anunciou que, no seu bairro, 448 residências tinham sido destruídas pelas chuvas, mas, na paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde estavam alojados, não via um número igual.

10.14 Falta de Chuva ameaça Colheitas e Pastagens do Gado

Jornal de Angola

10 De Abril de 2015

Texto: Domingos Calucipa

A ausência prolongada das chuvas que verifica este ano em quase toda a província do Cunene e uma ameaça as colheitas de cereais na presente campanha agrícola, pois as sementes lançadas a terra foram consumidas pelo sol.

Os campos secos desesperam os camponeses, muitos dos quais afirmam que "só mesmo um milagre pode mudar este quadro sombrio das lavras".

A falta de chuva e as consequências que dela se esperam dominam as conversas da população da província, grande parte da qual vive do campo.

Na localidade de Oipembe, a cerca de 15 quilómetros da cidade de Ondjiva, os dias são de sol escaldante a semelhança de tantos outros espaços da região. As irmãs Hilária Kashululu e decidiria Hilinganhe esmeram-se na preparação do omwongo, bebida tradicional da época bastante apreciada, extraída do fruto da árvore omwongo.

Uma sobrinha e duas netas ajudam-nas na recolha dos frutos espalhados pelo chão, debaixo de uma frondosa árvore.

O trabalho da família, em aparente descontração, parece fazer esquecer por instantes a seca das lavras que as rodeiam.

A bebida que preparam e depois conservada num moringue, onde fermenta durante dois ou três dias. Destina-se a ser vendida e com o que ganham compram alimentos, que nesta altura escasseia devido a seca.

Ao cumprimentarem os repórteres fazem-no na língua local oshikwanyama, bem dominada por um de nós. Soa o "bom dia" e o "como passaram". Hilária Kashululu, uma anciã de óculos grossos, não demorou muito a expressar o lamento, com o indicador direito virado para o céu que raiava de azul limpo. O Gesto significa que "o problema está ali em cima" ou "falta chuva".

"Ainda temos um pouco de forças para trabalhar na lavra e não dependermos apenas do que os nossos filhos nos dão, mas infelizmente a natureza muitas vezes parece estar contra nós, e um esforço em vão", sussurrou na língua local Hilária Kashululu, com um ar triste.

A anciã referiu que "a chuva este ano tem caído muito pouco" e na altura em que ela começava a semear Massango desapareceu e impediu-a de continuar o trabalho, que lhe dá o pão, Janeiro e Fevereiro, período das boas chuvas para as lavras, também não caiu o suficiente e a lavoura ficou metade por fazer.

Dos quase três hectares conseguiu lavar perto de um e meio. Grande parte do campo não germinou porque assim que lançou a semente a terra "a chuva sumiu".

A outra parte germinou e atingiu "uma certa altura", mas o sol inclemente secou a completamente. Em Oipembe o cenário das lavras e de total desespero. Muitos camponeses não pensam noutra coisa que não seja começar a gritar por socorro.

Bonifácio Manuel, camponês da mesma localidade, contou que apenas conseguiu lavar

aproximadamente um terço da lavra "por culpa da pouca chuva". Em Novembro e Dezembro conseguiu lançar algumas.

10.15 Sinistrados descontentes com distribuição de bens

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Alberto Bambi

Segundo apurou O PAÍS, que esteve no centro de realojamento Camulingue, no Lobito, em Benguela, na tarde de Sexta-feira, 3, desde que chegaram ao centro de realojamento, os sinistrados receberam apenas o quite alimentar por duas vezes. A situação está a deixá-los tristes, porque seus familiares têm de cobrir suas necessidades com alguma ajuda.

Miquelina Catale tem 28 anos, está alojada numa tenda com o marido e os três filhos. Ela mostrou à equipa desta reportagem o quite alimentar que recebeu, na semana que antecedeu à desta edição.

"Olha, é isso que nos deram na semana passada, um saco de 25 quilogramas de farinha de milho, vulgo fuba, e outro de arroz, cinco litros de óleo, meio saco de carvão e peixe seco, num saco de cinco quilogramas", detalhou Miquelina, tendo reclamado que, desta vez, recebeu um litro a menos de óleo em relação à primeira.

Além disso, a sinistrada beneficiou de três esponjas, que servem de colchão, dois mosquiteiros, panelas, baldes e bacias, bem como materiais escolares para as crianças, nomeadamente mochilas e cadernos.

Miquelina Catale está preocupada com o tempo que ficam sem receber alimentos, um período que, segundo a própria, acaba por ser maior do que a dispensa disponibilizada, quinzenalmente pelos responsáveis do centro.

Outro desassossego da inquilina das tendas tem a ver com o facto de saber que das ajudas prestadas aos sinistrados constam outros produtos que não estão a chegar ao centro dos sinistrados.

Sem querer avançar pormenores, Miquelina Catale, que disse estar bem inteirada sobre as ofertas de Luanda e Benguela, através de familiares e amigos,

falou da roupa usada, que, até à data não tinha sido distribuída à sua família.

"Toda gente sabe que não houve só ajuda de comida, nem de outros utensílios que estão aqui, então, era bom que nos dessem as coisas que faltam para não estarmos desconfiados", apelou a sinistrada.

Quem alinhou deste diapasão foi sua ex - vizinha do bairro Novo, Olga Daniel, que confirmou a falta de apoio, no que ao vestuário diz respeito.

"Se eles sabem que nós perdemos a maior parte dos nossos bens, não é preciso dizer-lhes que perdemos também a nossa roupa", reclamou Olga Daniela, adiantando que ela e seus pais conseguem variar a indumentária, graças ao auxílio de alguns familiares que os visitam, regularmente.

A reclamação da jovem não se cingiu apenas no vestuário, ela falou ainda de outros produtos doados que não são distribuídos no centro, como água mineral.

Questionado sobre os frascos do referido líquido que se encontravam em quase todas as tendas onde a equipa desta reportagem foi convidada a entrar, Olga declarou que o donativo tinha sido feito por missionárias de uma congregação religiosa afecta à igreja católica, cujo uniforme era de cor branca e azul.

A reclamante, que agora partilha uma tenda com os pais, aproveitou a ocasião para falar da falta de transporte.

"Esqueceram -se da existência de pessoas que estudam e trabalham, colocaram um meio de transporte que eu acho muito condicionado, porque não consegue servir os trabalhadores e os estudantes" protestou.

Olga frequenta a II a Classe, na Escola Técnica de Saúde, localizada no bairro do Compão, Lobito. Para chegar à sala de aulas, serve-se dos motoqueiros oportunos que fazem o percurso centro de realojamento Bela Vista, onde toma um táxi para o mercado do Africano, sendo que daí apanha o último para a zona escolar.

Por todo percurso, a aluna da escola do ensino médio do curso de enfermagem tem desembolsar 500 Kwanzas, já que o primeiro trajecto fica a 300, o triplo do valor das duas últimas viagens. Para minimizar os gastos, ultimamente, ela decidiu esperar por boleia, sujeitando-se a alguns atrasos.

Gozando da sua jovialidade, em função da qual justificou seu poder de memória, Olga Daniel

censurou a calendarização de distribuição apresentada por Miquelina Catale, alegando que, na semana em que entraram para as tendas, só lhes foi concedido um saco de tuba e outro de arroz. Sete dias depois receberam seis litros de óleo e apenas um pacote ' de massa.

"Na semana passada nos deram a mesma coisa, menos um litro de óleo e massa, e tivemos peixe seco e uma lata de atum, pela primeira vez", asseverou, a jovem que preferiu não falar do carvão cuja quantidade considerou bastante ínfima para atender as três refeições diárias.

Por causa da necessidade constante de bens alimentares e outros, nas proximidades das tendas passam vendedores ambulantes, aproveitando fazer o seu negócio. O que não falta, no local, é um posto clandestino de venda de bebidas alcoólicas, exactamente à entrada do centro.

Cadeiras plásticas desaparecem do horizonte

Chamada a intervir sobre o assunto, Francisca Rosa, que vive com quatro filhos e o marido, preferiu falar das cadeiras plásticas que estavam para ser distribuídas, no último dia do mês de Março.

"Tinham colocado aí fora, mas, de repente, foram guardar mais. Quando fomos perguntar, disseram que não chegavam para todos", narrou Rosa, questionando qual seria o destino das dessas, se continuassem na mesma quantidade.

A ocupante de uma das tendas que ficam no lado mais a Norte do centro, disse que as coisas entregues aí já davam para remediar.

Embora receie alguma retaliação por parte dos responsáveis, ela não teve receio de cogitar que havia muita contenção na distribuição dos bens alimentares por parte dos responsáveis.

"Só para ver, em Março, houve sacos de fuba e arroz que molharam com água da chuva" , divulgou a cidadã, que espera mais justiça da parte dos dirigentes em dar as coisas a tempo e hora da necessidade.

Grávida de oito meses, Francisca Rosa, que cumpre com as consultas pré-natais na maternidade da zona baixa, apelou pelo reforço da equipa médica, ao ponto de querer ver técnicos de maternidade e infância.

"Onde está a televisão?"

O pequeno Edimilson de 11 anos, que seguia atentamente a nossa conversa, interrompeu a entrevista para perguntar onde estava a televisão que

viu por um meio igual, apresentado como oferta aos sinistrados.

"Quando saímos daqui com os meus encarregados, eu assisti, nos ofereceram televisor, fogão e muita mobília, como é que aqui não estou a ver", interrogou o petiz, tendo propondo a criação de um espaço para assistência.

Preocupado com a segurança do espaço, Edimilson informou sobre as cobras que invadem as tendas e pediu para se disponibilizar pneus usados.

"Podemos queimar para as cobras fugirem daqui", propôs o miúdo, convencido que, deste modo, estaria a contribuir para o bem da comunidade. O pequeno está a frequentar a 6a Classe, na escola de seis salas, improvisada com chapas de zinco, ferro e madeira, localizada ao lado esquerdo da entrada do centro.

Os professores ainda são desalojados, mas está em curso um compartimento para professores, conforme confirmou o responsável pelas obras, cujo nome pediu para não ser citado nessa reportagem.

Tendo vindo do vizinho município do Bocoio, José Feliciano e Rita Chimbala viveram apenas um ano no bairro ovo.

Hoje nas tendas estão desapoitados, por não terem familiares no Lobito. Por isso, queixaram-se de não terem roupa sequer para mudar de um dia a outro.

"Quando aquela situação aconteceu, ficamos mesmo sem roupa, por isso, aproveitamos para pedir às pessoas de boa-fé, se tiverem algo que já não usam, nos dêem", implorou o sinistrado enquanto mostrava as suas calças de ganga com a qual cobre parte do corpo, na maior parte dos dias.

O casal queixou-se sobre as debilidades das tendas perante as chuvas, tendo revelado que entra água nas dobras.

Quanto aos quartos-de-banho adaptados, que consideraram até haver em número aceitável, pediram para serem seleccionados por género, de modo a evitarem -se a frequência de homens e mulheres.

Para a iluminação nocturna, a zona das tendas beneficia de uma rede eléctrica de fonte alternativa, mas a água está garantida. Foram instaladas torneiras, no local, a fim de facilitar a captação.

Marcada zona de risco

No bairro Novo, as residências que ficaram intactas e parcialmente destruídas foram marcadas com as siglas AML/ZR, a indicar Zona de Risco. Alguns populares não deixam de visitar o seu antigo habitat, onde, muitas vezes, passam o dia todo, como é o caso de José Pacheco Bandeira' que trabalha por conta própria

"Estou nas tendas, mas num sítio onde você viveu durante muito tempo cria saudade, é por isso que eu venho aqui todos dias, também para recolher alguns artigos" desabafou morador da área, desde 2007

Por ter tido a casa localizada próximo da encosta da montanha, José Bandeira, foi um dos primeiros a deslocar-se para a serra, onde ajudou a abrigar seus familiares.

10.16 Soba revela verdadeiras causas da tragédia em Benguela

Jornal O País

10 De Abril de 2015

Texto: Alberto Bambi

O soba do bairro Carobambi, nas imediações das Bimbas, em Benguela, António Capiopio, desmentiu, Sexta-feira, 3, as alegações segundo as quais os bairros Chingoma, Calilongue, Pecuária, Fronteira, Calomanga e Cotei, além de outros adjacentes teriam sido inundados pelas águas das chuvas, devido ao transbordo do rio Cavaco ou da mudança de direcção do curso das valas próximas, tendo revelado que apenas as do riacho Lengue tinham causado tal situação.

"Aquilo que eu costumo a ouvir na rádio ou de alguns dirigentes que o rio Cavaco é que ficou muito cheio ou as populações construíram no caminho das águas é mentira, a verdade é que fecharam o sítio da entrada das águas do Lengue e, quando chove, este riacho traz muita água para despejar no Cavaco", contou o velho, tendo realçado que a ponte sob a estrada, que dá para as Bimbas, também tinha criado prejuízos enormes.

Tudo isso, porque, ao invés de se construir uma mais alta, conforme defendeu sempre o soba, sob a qual a

água e outras coisas arrastadas passariam sem dificuldades, os técnicos destacados no terreno limitaram-se a colocar três tubos, com diâmetro inferior a meio metro, que não facilitaram a passagem de árvores, arbustos e alguns cates, ao ponto de os terem entupido, o que provocou o desvio das águas para as direcções Este e Oeste, em detrimento da habitual, orte (para o rio). Em consequência disso, a parte do bairro Cambambi localizada perto da única estrada asfaltada foi a primeira a inundar e a registar a destruição de algumas residências.

De acordo com o líder da referida comunidade, o seu subúrbio só não ficou totalmente destruído, por possuir outra parte de nível superior em relação ao do lado contrário do riacho, por onde se dirigiram as águas rumo aos bairros mais próximos da zona urbana de Benguela.

Para demonstrar que seus argumentos tinham razão de ser, o velho conduziu, inicialmente, a equipa desta reportagem para a ponte por onde passavam as águas do Lengue e, posteriormente, ao sítio de evacuação para o rio Cavaco.

No primeiro, eram visíveis alguns troncos de árvores e cactos a taparem os tubos, enquanto, no segundo, se observava um trabalho de correcção, que consistia na criação abertura dos diques, a fim de, novamente, dar lugar a passagem das águas.

Ele recordou que, durante a prossecução das obras, repetidas vezes, chamou atenção aos construtores sobre o perigo que a vala do Lengue representaria à sua e às comunidades vizinhas, mas, em resposta, recebia sempre um olhar desprezível dos técnicos, os quais alegavam que tinham qualificações e autorização superior para proceder daquela maneira.

"Nós só pedíamos que eles fizessem uma ponte grande e deixassem as entradas das águas para o rio, mas nos olhavam mal e nos diziam que os engenheiros eram eles", reforçou António Capiopio, tendo acrescentado que, dias depois, notou que os construtores tinham receio de ver o rio cheio, a transbordar por via dos canais solicitados.

Se calhar, o que os obreiros não tinham percebido, disse o sob a de Cambambi, era a forma como deviam manter essas entradas de água para o rio Cavaco. "O canal não pode entrar direito ao rio, mas tem de estar inclinado", observou, para dizer que, ao interceptar o rio, a vala devia ter uma posição oblíqua em relação à direcção da corrente das águas fluviais, de modo que estas não tivessem qualquer possibilidade de escapar para além do limite.

10.17 Unita denúncia oportunistas entre os sinistrados das chuvas

Jornal O País

17 De Abril de 2015

Texto: Consta Distino Eduardo

O secretário provincial da UNITA, Alberto Ngalanera, que apresentou em conferência de imprensa o balance trimestral do desempenho do seu partido e o impacto socioeconómico das chuvas, afirmou que as cidades do litoral de Benguela foram vítimas de inundações devido ao deficiente sistema de saneamento e de recolha de água, reprovando a ideia segundo a qual a maior parte das residências estivessem construídas em zonas de risco.

"Também as obras da empreiteira não foram concluídas. Ou porque o dono da obra não cumpriu com as cláusulas do contrato, que se prendem com o pagamento, ou então algumas foram mal negociadas. Por uma razão muito simples, tanto no Lobito como em Benguela, há instituições que foram afectadas. Se os populares construíram em áreas de risco, eu não acredito que uma empresa como a AUTO SUECO, no Lobito, como um comando da Polícia, que também ficaram inundados de água e também que o quartel da administração militar terão sido construídas em áreas de risco", desafiou Ngalanera.

O político reconhece que as administrações municipais não disponham de tanta capacidade para atender a preocupação dos sinistrados, daí, segundo ele, a necessidade de se implantar já nos pais as autarquias locais. Constata-se, de acordo com Ngalanera, a deslocação dos sinistrados dos pontos de acolhimento definidos pelas administrações as zonas de origem, dada a falta de garantia de apoio por parte do Estado, alertando, todavia, que as chuvas não destruíram só residências, e há outros bens dos cidadãos que devem ser salvaguardados.

Com a conivência das coordenações de bairros e autoridades tradicionais, diz, estavam nalguns centros de acolhimentos muita gente infiltrada, "mas estas pessoas não foram afectadas, encontravam-se ai a

pretexto de terem sido afectadas também, para depois receberem alguma coisa do governo como casa ou outros bens", defendendo por isso um trabalho apurado para que os oportunistas não encontrem espaços nestes meios.

Por outro lado, sobre o desempenho do seu partido no presente ano, também deputado a Assembleia Nacional, avança que registou 1517 novos ingressos, dos quais 63% estudantes. Acrescentando ao numero de membros do ano transacto, que e de 154.420, perfaz um total de 155.937."Queremos aqui recordar que no ano passado a U ITA em Benguela registou 3 mil e 100 novos ingressos, esse semestre, ao registarmos 1517, significa que estamos acima da metade do total que atingimos o ano passado, o que pressupõe um ingresso massivo para as fileiras da UNITA ao nível da província de Benguela. Também ainda nesse semestre, foram implantados oito comités de zonas e 19 comités locais. A U ITA ainda conta com 23 mil e 830 simpatizantes e amigos declarados. Ou seja, aqueles que participam activamente nas actividades do partido e muitos deles já manifestaram o interesse de ingressarem nas fileiras do partido. A UNITA em Benguela esta implantada em todos os municípios e 31 comunas, politicamente, e em 22 fisicamente", revelou.

10.18 A chuva não mata!

Jornal Grandes Notícias
17 De Abril de 2015

Angola, na plenitude territorial, registou, em Março, fortes quedas pluviométricas o que provocou o luto, a dor e um raio de destruição brutalíssimo. O estrago de uma madrugada de quarta-feira trágica do Lobito ainda estão vivas na memória colectiva.

Os angolanos, de Cabinda ao Cunene, mobilizaram-se para levarem aos lobitangas o que os homens têm de melhor dentro do coração: o amor ao próximo! Na verdade, ficou demonstrado que é nos momentos difíceis que se deve contar com o abraço irmão, amigo e fraterno.

De certeza, dentro da aconchegante generosidade, o Lobito está agradecido por fazer parte de um povo especial. Que sabe abrir as mãos à bondade!

A cidade do Lobito vive - o país, do modo geral, desesperadamente, com o medo da chuva. O tecido

humano está a ser devastado por esta força misericordiosa da Natureza. A chuva é uma bênção. É vida!

Mas a chuva, nas "atribuições e responsabilidades" à vida humana, não tem qualquer "culpa" pelas mortes e torrentes de destruições que têm ocorrido um pouco por todo o país. A culpa reside no factor homem.

A governação de um país, sendo uma responsabilidade dos homens, não pode encarar a chuva como um obstáculo. A falta dela, para irrigação dos campos e não só, é que um gravíssimo problema. É preciso cérebros ricos. A chuva não mata! O que mata é a falta de saneamento para a gestão da chuva. O sério aviso à governação está nas casas nos morros e zonas de riscos do Lobito e por esta Angola fora. A culpa não é da chuva. É da má gestão!

10.19 INAMET trabalha apenas com oito Meteorologistas

Jornal O País
17 De Abril de 2015
Texto: Milton Mança

Domingos do Nascimento revelou, esta Quarta-feira, 14, que só em 2016 e que o instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (IAMET) será reforçado com novos quadros que se encontram, actualmente, na fase final da sua formação na Republica Federativa do Brasil, para por cobro a carência de recursos humanos registada na instituição.

Os oito engenheiros meteorológicos, segundo a fonte, são responsáveis pela previsão do tempo nas 18 províncias do país, daí a necessidade de alargar este numero, já que o responsável entende que "o país e grande para tão poucos servidores num sector com bastante responsabilidade".

Por esta razão, Domingos do Nascimento referiu que a instituição que dirige está a prestar particular atenção ao curso de meteorologia da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), cujos primeiros licenciados sairão daqui a dois anos.

No âmbito do Programa Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) , estamos a criar sinergias com a referida faculdade no sentido de reforçarmos o nosso pessoal técnico e esperamos que a no a instituição possa receber a ajuda devida para fazermos face a adversidades atmosféricas", apelou.

A meta, segundo a fonte, consiste em duplicar o número de engenheiros meteorológicos nos países, passando dos actuais oito para IS ate 2017, não só para aumentar o número de quadros, mas também para rejuvenescer a instituição.

Por outro lado, há a necessidade da aquisição de mais e melhores equipamentos que garantam maior eficiência nas previsões, tais como radares meteorológicos e sensores que passam fazer a leitura dos fenómenos atmosféricos em curto tempo, instrumentos que, com base nas declarações deste responsável, irão garantir a modernização do INAMET.

Disse ainda que a modernização da sua instituição contribuiria de forma mais celebre para a mitigação dos efeitos provocados pelos fenómenos naturais, já que os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) seriam alertados com mais antecedência e estes, por sua vez, saberiam que medidas adoptar a tempo e horas para evitar situações calamitosas.

Segundo Domingos do Nascimento, os especialistas, que estiveram reunidos a 23 de Março para comemorar o Dia Mundial da Meteorologia, recomendaram a necessidade de se reforçar a instituição com ferramentas modernas, com vista a dotá-la de maior capacidade e permitir que seja detectado com exactidão o local e a intensidade com que vai ocorrer determinado fenómeno meteorológico.

Mas ainda assim, a fonte referiu que até ao momento o trabalho levado a cabo pela sua instituição é efectivo, graças ao esforço dos funcionários e ao sistema de captação de imagem via satélite, assim como o centro de previsão que tem a responsabilidade de monitorar o estado do tempo 24 horas por dia.

"Actualmente o cidadão atento vê que as previsões do INAMET são muito mais acertadas e próximas da realidade, apesar de desejarmos que elas estejam cada vez mais próxima da verdade", disse Domingos do Nascimento.

Sobre as chuvas do Lobito, o INAMET cumpriu com o seu com o seu dever

Domingos do Nascimento não deixou de falar das chuvas torrenciais de 11 de Março que se abateram a província de Benguela, particularmente a cidade do Lobito em que mais de 60 pessoas perderam a vida e tantas outras ficaram desaparecidas.

Para este responsável, o INAMET cumpriu com o seu papel fornecendo antecipadamente a informação as autoridades competentes e aos meios de

comunicação social. "Nos preparamos a informação e a canalizamos aos órgãos habituais, quer nos circuitos nacionais como internacionais, mas é preciso ver que a nossa tarefa consiste apenas em prever os acontecimentos e passar a informação".

Acrescentou que no mês de Janeiro INAMET fez sair a sua habitual previsão sazonal para o primeiro trimestre de 2015, tendo-a actualizado em Fevereiro com a inclusão do mês de Abril, e a antevisão dava como certa a intensidade de quedas pluviométricas inclusive noutros municípios da mesma província.

A fonte entende que "há outras componentes que estiveram na base dos deslizamentos de terra que culminaram nessa calamidade, mas sempre nos mantemos solidários com a população local", tendo acrescentado a necessidade de reforçar os mecanismos de prevenção com a colaboração dos órgãos de comunicação.

10.20 Chuvas constantes alegram agricultores do Piri

Jornal de Angola

19 De Abril de 2015

Texto: Pedro Bica

No Piri, município dos Dembos Quibaxe, província do Bengo, a chuva é motivo de alegria. A comuna tem excelentes solos aráveis, uma bacia hidrográfica rica e uma população camponesa que luta todos os dias para melhorar as condições de vida.

O camponês Domingos Miranda disse ao Jornal de Angola que a fome deixou de ser uma preocupação da população. Os apoios em instrumentos e sementes são constantes e as lavras estão a produzir em pleno. Há muita comida. O problema agora está no transporte dos produtos agrícolas para os mercados de Caxito e Luanda. Muitos excedentes apodrecem nos campos agrícolas.

O débil funcionamento do comércio da região faz com que no Piri as transacções ainda sejam feitas na base da permuta. A um determinado produto manufacturado corresponde uma quantidade de bens do campo.

As chuvas que caem com regularidade nesta época, melhoram a capacidade de desenvolvimento das plantas e fazem aumentar a produção de banana,

feijão, laranja, limão e mandioca, de que também se aproveita a quizaca.

Passageiros das carreiras inter-provinciais e turistas que fazem o percurso entre Luanda e o Uíge, encontram no Piri fartos motivos para parar e comprar produtos frescos e a baixo preço.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que o trabalho nos campos corre bem. Centenas de camponeses cuidam das lavras. A alegria esta estampada nos rostos dos camponeses que esperam ansiosos pelas colheitas. Para Domingos Miranda, que pratica a agricultura familiar há seis anos, o início das chuvas e sempre bem-vindo, pois garante as condições necessárias para as sementeiras. O Agricultor colhe em media, por semana, na sua lavra de 700 metros de comprimento e 300 de largura, 800 cachos de banana. Mas também produz hortícolas para o sustento da família. "Eu ganhei o gosto pela agricultura através do meu pai, já falecido. Nas Forças Armadas Angolanas, antes de ser desmobilizado, trabalhava na lavra da nossa unidade, na província do Uíge, onde estive destacado", contou.

O antigo militar disse observar com tristeza o abandono da agricultura por parte de muita gente que ate e originaria do campo. "Mas, quando chega a colheita, aparecem todos para levar a comida sem fazer nada", ironizou. O Piri, com 117 quilómetros quadrados e quase seis mil habitantes, tem nove aldeias, um centro de saúde e posta médica. A electricidade e fornecida por um grupo gerador de 135KVA.

A água potável e fornecida por um sistema de captação e distribuição, que veio substituir o construído na época colonial e já não respondia as solicitações dos consumidores.

Comercio precário

A região tem infra-estruturas comerciais de construção precária, como lanchonete, farmácias e pequenas cantinas. O Desenvolvimento da agricultura e o aumento dos índices de produção que o Piri tem registado nestes últimos anos, trazem a tona outros problemas estruturais, como a falta de credito e a precariedade do comercio rural. O Sistema de micro crédito rural e a Criação de pequenos ou médios empreendimentos comerciais podem devolver a comuna o orgulho de tempos idos, em que ganhou o estatuto de celeiro agrícola da região dos Dembos Quibaxe. As pequenas barracas ao longo da estrada vendem tudo o que tem aos viajantes. Nelas são servidas pratos típicos da região, entre os quais a

carne de caca com funje de bombó e de milho. E também muito famoso o chamado "molho sujo" típico do Piri, com carne de javali ou veado.

A gastronomia local começa a tornar-se um chamariz turístico, fruto da vontade de muitos angolanos em descobrir as delícias da vida rural, graças a paz. "Aqui, com 700 kwanzas, come-se do bom e do melhor e ainda tens ar puro, sossego, diversas frutas, carinho das cozinheiras e o maruvu de primeira", gabou-se uma das vendedoras. Ana Maria da Conceição acrescentou que na comuna ensina-se a amar e a respeitar o próximo. "A quem pede agua, damos algo mais para matar a fome", brincou. "Somos muito acolhedores e já agora mandamos a nossa solidariedade para a população do Lobito. O povo do Piri este disposto a contribuir com o que produzimos para ajudar ", disse, em tom sério.

Falta de bancos

O agricultor Sebastião Adão Pascoal, que também e soba grande, esta satisfeito com as chuvas. A maioria dos agricultores da vila do Piri esta a colher grandes quantidades de banana, gindungo, tomate, jimboa e quizaca, produtos que são comercializados nos principais mercados de Caxito e Luanda. O soba lamentou a falta de incentivos e créditos dirigidos a produção agrícola. A falta de uma instituição bancária na comuna e uma das preocupações repetidas por professores, funcionários públicos e empresários apostados em investir na região. Os níveis de crescimento populacional e a produção agrícola justificam a presença de instituições bancárias com carteira de crédito, afirmou a autoridade tradicional.

A par dos novos empreendimentos, que crescem ainda de forma tímida, o soba garantiu que a sede comunal do Piri também precisa de mudar para melhor. Por isso, tem-se realizado palestra para sensibilizar as populações para o trabalho.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Dos Santos defende trabalho conjunto para prevenir imigração ilegal na fronteira com Congo

Jornal Agora

2 De Abril de 2015

Falando durante a recepção ao seu homólogo congolês, Denis Sassou Nguesso, que durante três dias esteve no nosso país, o PR reiterou a necessidade de "trabalhar juntos para evitar a imigração ilegal e prevenir as suas consequências nefastas, através da estrita aplicação dos instrumentos bilaterais existentes e do reforço dos mecanismos de controlo dos dois países".

Depois de lembrar a 'história comum e o passado recente de grandes sacrifícios', na luta de libertação nacional, o Chefe de Estado sublinhou que ambos os países trilharam hoje "pelos caminhos da soberania plena e almejam atingir o desenvolvimento que proporcione bem-estar, felicidade, paz e segurança a todos os cidadãos".

"São estes objectivos, aliados à confiança recíproca que soubemos construir, que nos motivam a incrementar a nossa cooperação bilateral", defendeu Eduardo dos Santos.

O presidente do Congo dialogou com o seu homólogo, não apenas sobre a cooperação bilateral, mas também sobre a situação na África Central e Austral.

Após as conversações ministeriais entre delegações dos dois países, os estadistas testemunharam a assinatura de acordos nos domínios da defesa, dos transportes fluvial e marítimo, do comércio transfronteiriço e da supressão de vistos nos passaportes diplomáticos e de serviço.

A visita de Sassou N'guesso ao nosso país foi antecedida da realização da 7.ª Sessão da Comissão Mista.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, a cooperação entre Angola e o Congo deve assentar "em pilares com força sinérgica que potencie os eixos de desenvolvimento de cada um dos países e afine a relação política, económica e social, com objectivos e horizontes temporais".

O presidente congolês esteve na Assembleia Nacional, onde discursou diante dos deputados, em sessão extraordinária.

Os dois países partilham uma fronteira comum terrestre e são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), do Golfo da Guiné e da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

EM BENGUELA. O Chefe de Estado congolês deslocou-se a província de Benguela, tendo sido recebido pelo governador da província, Isaac Maria dos Anjos, ladeado do ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, e dos responsáveis locais.

Após cumprimentos de boas-vindas, Sassou N'guesso seguiu para o Lobito, onde efectuou a entrega de um donativo às autoridades locais, composto por bens alimentares e colchões, visando atenuar as dificuldades dos sinistrados das chuvas de Março último que, segundo balanço oficial, já causaram 85 mortes e centenas de famílias desabrigadas.

O presidente do Congo Brazzaville efectuou visitas de constatação aos empreendimentos do chamado Corredor do Lobito, nomeadamente, o Porto e suas unidades dependentes (Porto Seco, Porto Mineiro e Terminal de Contentores) e a Estação n.2 O dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, tendo recebido explicações dos distintos responsáveis de áreas.

Além do seu Porto de águas profundas, o Corredor do Lobito é detentor de uma linha-férrea transfronteiriça que liga Angola às Repúblicas da Zâmbia e Congo Democrático, a Leste, infra-estruturas importantes que vão beneficiar, igualmente, os interesses da República do Congo.

Os analistas dizem que a vertente essencialmente económica desta visita de Denis Sassou N'guesso demonstra a importância que o Governo Congolês atribui ao Corredor do Lobito, cujas infra-estruturas foram, recentemente, modernizadas, para atender aos mais exigentes padrões internacionais de comércio multilateral.

O Porto Seco, o Terminal de Contentores do Porto do Lobito e o Terminal Mineiro, após processo de modernização e ampliação, foram inaugurados a 21 de Agosto de 2014 pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos. JG

11.2 Imigração Ilegal preocupa Angola e Congo Brazzaville

Novo Jornal

3 De Abril de 2015

Uma «Invasão silenciosa» par via da imigração ilegal já admitida pela Policia Nacional, que considerou ser uma das principais preocupações das autoridades para 2015 foi um dos temas que dominou as negociações entre os presidentes de Angola e do Congo Brazzaville reunidos esta semana, na capital angolana.

A Policia Nacional admitiu a existência de mais de meio milhão de imigrantes ilegais no país, classificando a situação como uma «invasão silenciosa» e garantindo prioridade no combate ao problema. Para reforçar essa posição, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, exortou terça-feira, ao trabalho conjunto com as autoridades da vizinha Republica do Congo para travar a imigrações ilegal e reforçar os mecanismos de controlo.

"Devemos trabalhar juntos para evitar a imigração ilegal e prevenir as suas consequências nefastas, através da estrita aplicação dos instrumentos bilaterais existentes e do reforço dos mecanismos de controlo dos dois países", disse José Eduardo dos Santos.

Depois de recordar a "história comum e o passado recente de grandes sacrifícios", na luta de libertação nacional, o Presidente angolano sublinhou que ambos os países trilham hoje "os caminhos da soberania plena e almejam atingir o desenvolvimento que proporcione bem-estar, felicidade, paz e segurança a todos os cidadãos".

"São estes objectivos, aliados a confiança recíproca que soubemos construir, que nos motivam a incrementar a nossa cooperação bilateral", defendeu o Presidente angolano.

Angola e a República do Congo partilham uma fronteira terrestre (no enclave de Cabinda) e marítima.

A visita de Estado de Denis Sassou N'Guesso a Angola surge depois da conclusão, segunda-feira, da reunião de sétima comissão mista e envolve a assinatura de acordos entre os dois países nos domínios da defesa, transportes fluvial e marítimo, comercio transfronteiriço e supressão de vistos nos passaportes diplomáticos e de serviço.

"Sugerimos o reforço e aperfeiçoamento das regras que regem a circulação de pessoas e bens, por forma a disciplinar mais o comercio na zona transfronteiriça

e assegurar o contacto regular entre as estruturas administrativas dos dois países", apontou ainda José Eduardo dos Santos, defendendo a criação de "mecanismos de gestão e acompanhamento dos compromissos assumidos" na cooperação bilateral.

Os dois chefes de Estado reuniram se em privado, tendo antes Sassou N'Guesso sublinhado o papel de Angola na liderança da Conferencia Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), numa altura em que o Presidente da Republica do Congo tern mediado o conflito na Republica Centro-Africana, urn dos países que integra esta comunidade.

"Pode continuar a contar com o apoio de Angola no cumprimento desta missão, Na verdade, Angola e a Republica do Congo tern o dever moral, por razões históricas, de desenvolver todos os esforços ao seu alcance para que o nosso continente, de urn modo geral, entre numa era de paz, estabilidade, progresso e bem-estar dos seus povos", rematou José Eduardo dos Santos.

Por outro lado, o Chefe de Estado congolês, Denis Sassou N'Guesso, defendeu a necessidade do reforço da cooperação cultural com Angola, visando "restaurar" factos históricos que ligam os dois povos. Denis Sassou N' guesso discursava na sessão solene da Assembleia Nacional convocada por ocasião da sua visita de Estado de três dias.

"O Congo e Angola tern relações muito antigas e sempre frutuosas" declarou, referindo que evocar o relacionamento não e fazer prova de cortesia diplomática, mas lembrar factos que atravessaram a história dos dois países.

O Congo e Angola tern o seu destino ligado e anterior ao momento em que as potencias europeias decidiram partilhar Africa em zonas de ocupação em 1885, na Conferencia de Berlim.

Para o estadista congolês, o projecto ambicioso dos dois estados de restauração dos seus locais de memória reforço a necessidade de urna cooperação cultural entre ambos os países.

Referir a destruição pelos portugueses de Mbanza-Kongo, a capital do reino do Congo, e uma triste lembrança para os povos dos dois países, porque marca o ponto de separação das famílias e das classes.

"Quando os artistas congolezes exaltam o Kongo dya Ntotila, não se enganam: cantam bem este parentesco que une os povos congolês e angolano",

Na província de Benguela, Denis Sassou N'guesso deslocou-se ao município do Lobito, onde se inteirou

do funcionamento de várias infra-estruturas económicas.

O estadista congolês observou empreendimentos do Corredor do Lobito, nomeadamente o Porto e suas unidades dependentes (Porto Seco, Porto Mineiro e Terminal de Contentores) e a Estação nº 0 dos Caminhos-de-Ferro de Benguela.

Além do seu porto de águas profundas, ao corredor do Lobito associa-se uma linha férrea transfronteiriças que ligam a Angola às Republicas da Zâmbia e Congo Democrático, a leste, infra-estruturas importantes que vão beneficiar os interesses dos países da África Austral e Central, no âmbito das relações e cooperações com Angola.

11.3 Estrangeiros detidos por estada ilegal

Jornal de Angola

3 De Abril de 2015

Texto: João Salvo

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) expulsou, durante o primeiro trimestre, na Lunda Sul, 130 cidadãos da República Democrática do Congo por estada ilegal, revelou, em Saurimo, o chefe de Gabinete Informação e Análise. Paulo Costa Sakufa avançou que os imigrantes foram detidos em operações conjuntas realizadas em diversas localidades da província e foram repatriados através da fronteira do Chilunge, município de Muconda, e do Luau, província do Moxico. O relatório do Gabinete Informação e Análise indica que as autoridades impediram, no posto fronteiriço do Luó, no troço entre Saurimo e Lucapa, a entrada de 14 estrangeiros, que transitavam da província da Lunda Norte.

No mesmo período, o Serviço de Migração e Estrangeiro emitiu 292 passaportes, de um total de 311 pedidos recebidos, e prorrogou 160.

11.4 Centenas de refugiados voltam a casa

Jornal de Angola

4 De Abril de 2015

O posto fronteiriço do Luvo, Mbanza Congo, recebeu 192 refugiados angolanos na República

Democrática do Congo. O director da Assistência e Reinserção Social no Zaire, Manuel José António, disse que este número corresponde a 48 famílias, que vão permanecer no centro de acolhimento por, pelo menos, três dias, durante os quais beneficiam de assistência alimentar e de saúde, além de receberem documentos de identidade, antes de seguirem viagem para as suas províncias.

O regresso destes angolanos enquadra-se no processo de repatriamento voluntário e organizado, cuja segunda fase, na região, começou em Novembro de 2014. O processo de repatriamento está a cargo do Executivo, através do Ministério da Assistência e Reinserção Social, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Desde o início da segunda fase do processo, disse, regressaram ao país 2.046 refugiados, a partir do posto do Luvo, em 12 comboios da Organização Internacional para as Migrações.

Segundo Manuel António, a chegada de novo grupo está prevista para os próximos dias. A meta é acolher 4.783 repatriados que manifestaram a vontade de regressar ao país, num universo de 29 mil cidadãos angolanos que ainda residem na RDC. Um número expressivo de angolanos regressados de forma voluntária da República Democrática do Congo e realojados no município do Songo, receberam material de construção e bens alimentares de primeira necessidade para garantir a sua reinserção social.

A iniciativa foi promovida pela Administração Municipal do Songo que disponibilizou parcelas de terrenos aos regressados para que possam construir as suas próprias residências.

A administradora do Songo, Adelina Pinto, prometeu mais apoios para que os regressados tenham um mínimo de condições sociais para a sua rápida reinserção social nas zonas onde se fixarem.

Os beneficiários manifestaram satisfação pelo apoio recebido e elogiaram as autoridades locais por tudo o que têm feito em prol da sua reinserção social. Songo é um dos 16 municípios da Província do Uíge, dista 40 quilómetros da sede provincial e tem uma população de 63.362 habitantes.

11.5 Cantinas de famílias regressam do Congo

Jornal de Angola

10 De Abril de 2015

A Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social no Zaire informou que 180 repatriados da Republica Democrática do Congo, que residiam no Centro de Acolhimento de Quinzau, regressaram as suas zonas de origem.

Em declarações a Angop, o director provincial, Manuel José António, informou que antes de deixarem o centro de acolhimento, as 46 famílias beneficiaram do registo de nascimento e tern todos os apoios num período de seis meses.

Ao chegarem as áreas de origem, as administrações locais vão fazer a distribuição de lavras para a prática da actividade agrícola. "Começámos hoje a transportar os nossos compatriotas para as suas zonas de origem. Parte considerável dessas famílias seguiu viagem para os municípios de Mbanza Congo, Nzeto e Cuimba (Zaire) e outras para a localidade de Nambuangongo, na província do Bengo", disse Manuel José António. Desde o inicio da segunda fase, a 10 de Novembro de 20 14, já regressaram ao país, à raves da fronteira terrestre do Luvo, 2.034 antigos refugiados.

As autoridades manifestaram preocupação com o elevado número de alunos que se querem matricular sem terem a Cédula Pessoal ou Bilhete de Identidade, sobretudo na iniciação e nas classes transitórias. Muitas vezes as escolas, salientou, são obrigadas a transgredirem os regulamentos para não deixarem ninguém sem aulas por falta de documentos, mas há país que se aproveitam disto e não legalizam a situação dos filhos.

Outro constrangimento provocado pelos encarregados de educação e a alteração dos nomes depois de estes adquirirem a verdadeira identidade.

11.6 China lidera vendas ao país

Jornal Agora

17 De Abril de 2015

A China aproximou-se de Portugal como principal origem das importações angolanas, segundo o mais

recente relatório do Instituto Nacional de Estatística de Angola, relativo ao último trimestre de 2014.

De acordo com o documento, as importações provenientes das terras lusas totalizaram 119,37 mil milhões de kwanzas, entre Outubro e Dezembro, contra a China, cifrando os 118,44 milhões de kwanzas no mesmo período.

Segundo o relatório, a quota das importações dos dois países cifra-se em 16% para Portugal e 15,9% para a China.

Realçar que, em termos homólogos, o gigante asiático viu as importações crescerem 42,2%, enquanto as vendas de Portugal, face ao último trimestre de 2013, desceram 8,3%, tendo em conta os números do INE.

Segundo o anúncio feito esta semana pela Embaixada de Angola em Pequim, dentro de dias decorrerá uma nova reunião da comissão mista bilateral, perspectivando-se o incremento negócios entre os dois países, nomeadamente no sector da Agricultura.

As importações angolanas no último trimestre do ano totalizaram, globalmente, 744,3 mil milhões de kwanzas, uma redução homóloga de 7,7%.

Além de Portugal e da China, os produtos provenientes de Singapura figuram uma quota na ordem dos 7,1%, dos Estados Unidos da América fixou-se em 6,6%, enquanto do Brasil com 5,8% também têm vindo a crescer.

Nas exportações angolanas, a China mantém a liderança, com uma quota de 45,3% de tudo quanto Angola vende ao estrangeiro (essencialmente petróleo bruto), mas em queda, em termos de valor, devido à forte quebra na cotação internacional do 'ouro negro'.

A Índia figura-se com uma quota de 7,9%, a França 7,4%, os EUA 7,1% e a Espanha 6,8% completa o grupo dos principais destinos de exportação de Angola, ao passo que Portugal surge em sétimo lugar com 4,7%.

O total das exportações angolanas neste período ascendeu 1,16 mil milhões de kwanzas contra os 10,9 mil milhões, uma quebra homóloga de 28,5%.

A balança comercial nacional apresenta um saldo positivo superior a 418 mil milhões de kwanzas, "como resultado do comportamento do preço do petróleo, principal produto de exportação de Angola", refere o INE.

11.7 Milhares de refugiados regressam a casa

Jornal de Angola

17 De Março de 2015

Um grupo de 1.441 antigos refugiados angolanos na República Democrática do Congo regressou ao país através dos postos fronteiriços de Chilunge e Cassai Sul, município de Muconda, desde o início da campanha de repatriamento organizado e voluntário, em Setembro de 2014.

A informação foi prestada ontem à Angop pela directora provincial da Assistência e Reinserção Social, Maria Segunda. Este número corresponde a 700 famílias que escolheram a Lunda Sul e outras regiões do país como destino final. Maria Segunda revelou que, na primeira fase, a província da Lunda Sul recebeu 1.210 famílias e na segunda 134 angolanos antigos refugiados na República Democrática do Congo.

O Governo da província da Lunda Sul, disse, tem todas as condições para continuar a receber as populações que queiram regressar ao país. Os que já retornaram beneficiaram de apoios durante seis meses, alimentação e documentos de identificação.

Maria Segunda lembrou que o processo de repatriamento voluntário e organizado para a província da Lunda Sul começou a 10 de Setembro do ano passado. A meta é acolher 2.427 antigos refugiados que manifestaram a vontade de regressar. Outro grupo de antigos refugiados é esperado no centro de acolhimento provisório de Pimbi, situado 15 quilómetros a sul da cidade de Saurimo.

Em Outubro, durante um balanço da situação dos refugiados, o director nacional da Assistência e Promoção Social do Ministério da Assistência e Reinserção Social, André Zinga, revelou que 3.456 ex-refugiados angolanos que se encontravam na República Democrática do Congo já tinham regressado ao país.

O processo começou a 20 de Agosto e as fronteiras utilizadas foram as de Maquela do Zombo, no Uíge, e do Luau, no Moxico. André Zinga disse ao Jornal de Angola que o processo de repatriamento decorre sem grandes sobressaltos e termina em Dezembro.

A província do Uíge recebeu, até à altura, 1.911 ex-refugiados, que correspondem a 641 famílias, o Bengo recebeu 18, correspondentes a cinco famílias,

enquanto ao Zaire chegaram 12 ex-refugiados, equivalentes a duas famílias. No Moxico chegaram 292, que correspondem a 113 famílias, e Lunda Sul recebeu 265, igual a 106 famílias.

Quanto à fixação das pessoas, Bié recebeu 172 ex-refugiados, que correspondem a 63 famílias, Benguela 53, equivalentes a 15 famílias, Huambo 78 pessoas, que correspondem a 26 famílias, Malanje uma, Luanda 19, iguais a sete famílias, Cuanza Norte sete elementos, correspondentes a duas famílias, Lunda Norte 21 pessoas, que correspondem a oito famílias. Dados indicam que na República Democrática do Congo existem 48.038 angolanos, registados nas províncias de Kinshasa, Baixo Congo, Lubumbashi e Catanga, e 29.659 manifestaram a intenção de regressar ao país.

As províncias de entrada dos ex-refugiados são Cabinda, Uíge, Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico. "Os angolanos estão no Baixo Congo, Kinshasa, Catanga e Bandundu, áreas que são fronteiriças com estas províncias". Os que manifestaram a intenção de regressar estão a receber salvo-conduto como documento de viagem. Foi feito o registo e a verificação dos ex-refugiados. Equipas móveis do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos estão a fazer o, registo e atribuição de cédulas.

11.8 Comercio com China regista queda

Jornal de Angola

19 De Abril de 2015

O comércio com a China registou uma queda de 41,05 por cento, nos meses de Janeiro e Fevereiro, mas Angola mantém a segunda posição entre os oito países de língua portuguesa.

Dados oficiais divulgados em Macau informam que o comércio entre os dois países atingiu, nos primeiros dois meses do ano, 3,97 mil milhões de dólares (- 41,05 por cento), em resultado de exportações chinesas de 1,20 mil milhões de dólares (+96,50 por cento) e importações de 2,77 mil milhões de dólares (-38,18 por cento).

As trocas entre o gigante asiático e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) atingiram, de Janeiro a Fevereiro, os 15,02 mil milhões de dólares, valor que representa uma quebra de 23,64 por cento.

Os dados dos Serviços de Alfandega da China divulgados pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau indicam que, nos dois primeiros meses do ano, a China vendeu aos oito países da CPLP bens no valor de 7,94 mil milhões de dólares (+16,5 por cento em termos anuais) e importou mercadorias no montante de 7,08 mil milhões de dólares (-44,90 por cento).

Com o Brasil, o principal parceiro comercial da China a nível mundial, o comércio bilateral ascendeu a 9,79 mil milhões de dólares (-18,46 por cento), com a China a vender aos brasileiros bens no valor de 5,81 mil milhões de dólares (+4,24 por cento) e a comprar artigos com um valor de 3,97 mil milhões de dólares (38,18 por cento).

Com Portugal, terceiro na lista por valor, o comércio bilateral foi de 789 milhões de dólares (+25,67 por cento), com vendas chinesas no valor de 546 milhões de dólares (+27,72 por cento) e vendas portuguesas de 242 milhões de dólares (+21,29 por cento).

O comércio entre a China e Moçambique atingiu nos primeiros dois meses do ano 442 milhões de dólares (+60,59 por cento), em resultado de exportações chinesas de 344 milhões de dólares (+92,39 por cento) e exportações moçambicanas no montante de 98 milhões de dólares (+1,64 por cento).

As trocas comerciais entre a China e os restantes países de língua portuguesa Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe ascenderam no período a 28,8 milhões de dólares.

Encontro empresarial

O encontro empresarial entre a China e os países de língua portuguesa realiza-se no final do ano na Guiné-Bissau, anunciou Echo Chan, secretária-geral adjunta do Secretariado Permanente do Fórum de Macau. Desde a Criação do Fórum de Macau, e a primeira vez que Bissau acolhe um encontro empresarial da China com os países de língua portuguesa. Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-leste a foram anfitriões destes encontros anuais.

Echo Chan, numa entrevista ao jornal "Ponto Final", de Macau, considerou que estes encontros, iniciados em 2005, nos países de língua portuguesa, são uma oportunidade para os empresários aprofundarem os seus conhecimentos sobre os países-membros do Fórum de Macau.

"Há diferentes mercados e diferentes sectores e a ideia é criar diferentes oportunidades. Temos de procurar a cooperação de acordo com as necessidades de desenvolvimento de cada país. Existe

o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e a CPLP para apoiar projectos de infra-estruturas. Além disso, o Fórum proporciona apoios em bolsas de estudo e formação em vários sectores", disse Echo Chan.

A secretária-geral adjunta do Secretariado Permanente do Fórum de Macau considerou ainda que "os empresários de cada país sabem onde querem investir e quais as suas necessidades" e recordou que a plataforma Macau existe para facilitar o conhecimento e intercâmbio e ampliar as oportunidades de negócio entre os membros do Fórum de Macau.

Echo Chan revelou igualmente que no âmbito do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa estão já em curso dois projectos e 20 outros estão a ser preparados para serem apresentados oportunamente no sentido de obter apoios financeiros para a sua execução.

Echo Chan realçou também a importância para os países do Fórum do projecto da Rota Marítima da Seda, lançado pelo Presidente da China, Xi Jinping, e que Macau anunciou estar pronto a participar.

11.9 Governo quer rigor dos Serviços Migratórios

Jornal de Angola

20 De Março de 2015

O Governo do Cunene quer mais rigor nas acções de combate à imigração ilegal na província. O vice-governador para o sector económico, António Candeeiro, exortou o efectivo do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) a executarem com maior empenho os actos migratórios. Falando no acto de admissão de novos funcionários no quadro de pessoal do SME, o responsável disse que é necessário que a instituição continue a melhorar sistematicamente o controlo de estrangeiros no país.

A província do Cunene tem uma longa fronteira com a Namíbia, cujas acções de segurança do perímetro fronteiriço ainda não são as mais desejadas, possibilitando que muitos estrangeiros entrem de forma clandestina no território nacional. António Candeeiro disse ainda ser necessário que os efectivos, através de um espírito de vontade e determinação,

continuem a cumprir com coragem e espírito de sacrifício as missões que lhes são incumbidas para o combate deste mal e defesa da pátria.

António Candeeiro exprimiu a alegria pelo facto da província do Cunene beneficiar de 40 novos funcionários do SME. Este aumento significativo das forças vai trazer um novo dinamismo nas acções de fiscalização e prevenção aos actos migratórios. Fundado a 19 de Abril de 1976, o SME é um órgão do Ministério do Interior responsável por promover e coordenar a execução das medidas inerentes ao controlo da entrada, trânsito, permanência e saída de pessoas nos postos de fronteiras terrestre, aérea, marítima e fluvial em todo o território nacional.

Imigração no Moxico

Cidadãos estrangeiros de várias nacionalidades foram detidos nos últimos sete dias pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Moxico, por permanência ilegal no país.

Segundo um comunicado do SME, citado pela Angop no Luena, são três cidadãos da República Democrática do Congo, um da Guiné Conacry e igual número da Guiné-Bissau, detectados no âmbito da operação de verificação dos documentos dos estrangeiros residentes.

O documento acrescenta que os agentes do SME detiveram igualmente um cidadão angolano que ajudava os estrangeiros a entrarem no país, indiciado por prática do crime de auxílio à imigração ilegal.

O comunicado refere que três zambianos e dois congolezes democráticos foram também detidos no posto fronteiriço do Luau, quando tentavam violar a fronteira.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Gerais e Chineses disputam diamantes no Moxico

Jornal Terra Angolana
3 De Abril de 2015

O mercado artesanal de diamantes está a ganhar força no Cazombo, província do Moxico, com a entrada em cena de novos protagonistas, embora na região existam concessões de exploração que a Endiama tem vindo a implementar desde 2013.

A população do Cazombo, há muito deixou de ter tranquilidade, fruto das movimentações de empresários nacionais e chineses que ali exploram de forma ilegal a pedra preciosa.

São vários os focos de exploração, mas as testemunhas na região, avançaram a este jornal que várias empresas de construção e de exploração de inertes, estão a retirar muitos diamantes na região com a cobertura de altos oficiais do exército angolano.

A denúncia que terá chegado ao governador provincial Ernesto dos Santos (Liberdade), apontam uma disputa de interesses que passa pela suposta exploração de inertes para as obras na província, mas na verdade os chineses estão mais interessados na 'kamanga'.

Considerada uma região ainda virgem, na exploração mineira, a descoberta destas reservas revela o descontrolo, por parte das autoridades, que assistem essa delapidação da riqueza sem que haja uma tomada de medidas para salvaguardar os interesses dos nativos do Cazombo, no Moxico.

Trabalhei como operador de máquinas, numa das minas de exploração de areia, pertencente a empresa chinesa CITIC, no Cazombo. Quando começamos a prospecção da área encontramos umas pedras pretas com alguns brilhantes. Os chineses enviaram para um laboratório em Luanda e veio a confirmação de que na região havia diamantes e foi assim que apareceu o tenente-general António Soares e sob a mão dele tudo se faz com normalidade", disse a nossa fonte sob anonimato, que acredita que pelas

movimentações naquela circunscrição, existem mais oficiais das FAA no negócio ilícito de diamantes no Moxico.

O nosso interlocutor disse que a região é fértil em diamantes que ele próprio conseguiu cinco pedras e abandonou a empresa de construção onde trabalhava para vender os diamantes em Luanda no mercado negro.

"Já conhecia alguns compradores da Sicomex e foi fácil vendê-los. Comprei um Toyota-Hiace, vulgo quadradinho e construí a minha casa e estou a sustentar a minha família sem problemas", revelou a fonte.

Esta é mais uma prova de que o subsector dos diamantes continua a gerar riqueza fora do circuito oficial, embora a Endiama tenha o interesse de legalizar a actividade de exploração mineira artesanal em todo o país. A concessionária nacional tenta gerir o processo de forma sustentável com base em valores de excelência, inovação e respeito pelas comunidades para que o processo se traduza num benefício real para os angolanos envolvidos, mas na realidade há muita coisa fora de controlo.

"As zonas onde decorre a exploração no Cazombo estão protegidas e há mesmo áreas em que foram destacados militares do exército angolano, sob pretexto da protecção dos chineses que podem ser agredidos pelos nativos", sublinhou.

O interessante, segundo realçou, é que o apoio dado às empresas chinesas reverte-se em um rendimento para as chefias militares locais e de Luanda e mais uma figura ligada à família real que num avião particular se desloca com regularidade ao Moxico para avaliar a produção dos diamantes no Cazombo.

"Está prevista a construção de um aeroporto no Cazombo. A finalidade é de facilitar a transportação dos diamantes de forma rápida e evitar o Luena e ocultar dos mais atentos as deslocações das figuras do aparelho do estado naquela região", afirmou. Produção de diamantes em Angola. Dados da Endiama indicam que em 2014, a produção de diamantes no país foi de 8 milhões de quilates, posicionando o país nos cinco primeiros lugares entre os maiores produtores do mundo, gerando uma receita de 1.2 mil milhões de dólares. Os Emirados Árabes Unidos, China, Israel e Bélgica são os maiores clientes dos diamantes nacionais.

12.2 Exploração de metais preciosos avança na província de Cabinda

Jornal Economia e Finanças
10 De Abril de 2015

O Governo angolano aprovou dois contratos de investimento para procurar vários metais preciosos, incluindo ouro, na província de Cabinda, ao longo de 620 quilómetros quadrados (km²), segundo urna autorização governamental.

A informação consta de dois despachos de 23 de Março, assinados pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, e envolvem a concessionária nacional do sector, a empresa pública Ferrangol e duas sociedades privadas.

O primeiro contrato de investimento mineiro, com uma duração inicial de cinco anos e envolvendo os direitos relativos à exploração de "metais nobres" corno ouro, prata e platina é feito com a Sociedade Mineradora Buco-Zau.

O referido contrato abrange, neste caso, urna área de 322,8 km², no município de Buco-Zau, na província de Cabinda.

O segundo contrato de investimento mineiro, nos mesmos termos, envolve a Sociedade Mineradora Lufo e urna área de 301,28 km² no município de Belize, na mesma província.

Em ambos os casos está prevista urna fase de prospecção destes metais, seguida da exploração.

A implementação do programa de diversificação da indústria mineira, recordam os mesmos despachos, "constitui um dos instrumentos" destes investimentos e insere-se nas prioridades de governação até 2017.

"Nesse sentido, o Executivo tem estado a implementar urna série de medidas tendentes a aumentar a aceleração do aproveitamento dos recursos minerais não petrolíferos, com particular destaque para os minerais com grande procura no mercado internacional", lê-se.

Em Setembro último, numa entrevista à agência Lusa, em Luanda, o ministro da Geologia e Minas afirmou que a produção industrial de ouro no país, actualmente com projectos em fase de prospecção, deverá arrancar até 2017.

Adiantou, na ocasião, que estão em curso prospecções no Chipindo e Mpopo, além da previsão do "grande projecto integrado de Kassinga e Kassala Kitungo", sendo as províncias da Huíla e do Huambo alvos de maior interesse.

De acordo com Francisco Queiroz, o levantamento geológico mineiro que está em curso em todo o país vai também permitir obter "muita informação" sobre a localização potencial de ouro em Angola.

"O ouro será seguramente um dos minerais que vai surgir no mapa geológico de Angola, entre outros", apontou, admitindo que o país tem o objectivo de tornar-se num dos "principais" produtores no continente africano.

A aposta neste subsector mineiro motivou a criação, em Maio de 2014, da Agência Reguladora do Mercado do Ouro de Angola.

12.3 Endiama trava pilhagem de diamantes

Jornal de Angola
11 De Abril de 2015
Texto: Isidoro Samutula

Estrangeiros em situação ilegal ocupam áreas reservadas pelo Estado à exploração de diamantes, A Endiama promete combate cerrado à exploração ilícita com a Intensificação de acções que visam pôr fim a esta prática que atenta contra a economia nacional.

Segundo o presidente do conselho de administração da Endiama, Carlos Sumbula, que anunciou o facto, no final do encontro com o governo da Lunda Norte, o número de estrangeiros ilegais, na sua maioria provenientes da República Democrática do Congo, tem registado um crescimento assustador.

"Esses estrangeiros instalam se nas áreas abandonadas pelas actividades industriais, situação que preocupa a Endiama, por se tratar de reservas que posteriormente podem ser exploradas", afirmou.

O gestor da Endiama pediu mais colaboração entre a Polícia Nacional e a Alfa-5 (empresa responsável pela segurança dos diamantes), de modo a aumentar as acções de patrulhamento nas áreas deixadas pelas empresas mineiras, de forma a desencorajar a exploração ilegal de diamantes.

"É fundamental intensificar o patrulhamento nestas zonas para evitarmos que a economia do país seja

invadida pelos cidadãos estrangeiros que entram ilegalmente no país, colocando em risco a estabilidade económica", referiu.

As forças de defesa e segurança devem também, disse Carlos Suimbula, criar mecanismos para melhor controlo das fronteiras com a República Democrática do Congo, para que os estrangeiros possam entrar no território nacional de forma legal e com objectivos definidos: "Desta forma, vamos evitar um aglomerado numeroso de imigrantes ilegais nas zonas mineiras".

Carlos Sumbula lembrou que, no passado, milhares de estrangeiros em situação ilegal que praticavam o garimpo nas zonas deixadas pelas empresas mineiras devido à crise que assolava o sector dos diamantes, abandonaram voluntariamente o território nacional, graças à pronta intervenção do governador provincial da Lunda Norte, com as autoridades do Congo Democrático.

O trabalho das cooperativas para a exploração artesanal de diamantes deve continuar, mas é importante prestar atenção à escolha dos coordenadores para que não haja integração dos estrangeiros na condição de ilegais nas cooperativas.

Apoio de sobas

"A exploração artesanal de diamantes é para os cidadãos angolanos organizados em cooperativas O estrangeiro que pode integrar nessas cooperativas deve ser aquele que está legalmente no país", disse Carlos Sumbula, para quem "o trabalho diamantífero deve beneficiar em primeiro lugar o angolano". As autoridades tradicionais da província da Lunda Norte estão cientes dos perigos que a província corre com a imigração ilegal, sobretudo com a exploração ilegal de diamantes, que constitui o primeiro atractivo dos imigrantes.

Os sobas garantiram defender a economia do país, colaborando com as autoridades policiais na localização dos estrangeiros ilegais.

As autoridades tradicionais reconhecem que a província está a ser invadida pelos estrangeiros ilegais que diariamente entram no território nacional, com o objectivo de exploração artesanal de diamantes nas reservas do Estado, prejudicando desta forma a economia do país.

Para os sobas, os municípios do Lucapa, Cuango e Cambulo são actualmente os preferidos pelos estrangeiros em situação ilegal provenientes da RDC e de outros países africanos, que aproveitam as áreas

deixadas pelas empresas de exploração mineira para a prática do garimpo. Por esta razão, as autoridades tradicionais apelam ao executivo para intensificar as operações de recolha dos estrangeiros nas áreas do garimpo, "porque muitos deles, quando entram no território nacional, concentram-se nestas áreas sem passar pelas comunidades".

Apoio social

o presidente do conselho de administração da Endiama disse que a empresa vai criar um stock de bens alimentares e material de trabalho na província para ajuda imediata aos sinistrados das chuvas.

Carlos Sumbula sublinhou que a província da Lunda Norte é daquelas onde mais chove no país, como consequência, muitas famílias têm perdido as suas habitações e os seus meios com a calamidade natural, situação que leva a Endiama a criar reservas de produtos para os sinistrados.

12.4 Endiama-EP transmite experiência na exploração artesanal de diamantes à RCA

Jornal O País
17 De Abril de 2015

O Executivo angolano deu instruções claras para que a Endiama – E.P. transmita a sua experiência no que concerne a exploração artesanal de diamantes na República Centra Africana (RCA), nomeadamente no que se refere a Criação de cooperativas, revelou o presidente do Conselho de Administração da diamantífera nacional, António Carlos Sumbula.

O PCA da Endiama, que falava a jornalistas, após a cerimónia de entrega de meios técnicos de apoio a exploração artesanal destinada aquele país africano, no quadro do Processo de Kimberley a que Angola preside, referiu que há orientações claras do Executivo neste sentido para fazer com a RCA retome também as exportações de diamantes. Recebemos orientações claras do nosso Executivo para trabalhar neste sentido. E assim que a três semanas Angola enviou para a RCA urna delegação de 15 pessoas que trabalhou exaustivamente naquele país para fazer o levantamento das suas necessidades de forma a fazer com que o país se conformasse com

as recomendações e orientações do Processo de Kimberley. Foi o resultado desta pesquisa que Angola fez na RCA que fez com que hoje comprasse esses equipamentos todos compostos por computadores, balanças, GPS, motobombas, carros, de maneira a fazer com que a RCA se reorganize com vista a receber correctamente a visita de revisão do Processo de Kimberley que terá lugar, em principio, de 25 Abril a 5 de Maio, disse.

Quanto as quantidades dos meios entregues, Carlos Sumbula não soube precisar, mas disse tratar-se de muita coisa. Não pode precisar, e muita coisa, são mais de 50 computadores, mais de GPS, motobombas e carros. Nós achamos que os meios que Angola esta a providenciar serão suficientes o subsector dos diamantes na RCA poder organizasse, indicou, não dando o valor envolvido nos meios cedidos mas considerando-os o suficiente para fazer com que a RCA saia do marasmo que se encontra.

Carlos Sumbula sublinhou que Angola vai transmitir a RCA a sua experiência cooperativa adiantando: nós temos estado a trabalhar com o Ministro da Geologia e Minas de Angola com o Ministro de Minas e Geologia da RCA e as orientações que recebemos e de transmitirmos a experiência da Endiama aos artesanais da RCA em organização em matéria de cooperativismos. Portanto este é o caminho. Revelou-se positivo em Angola e então nós pensamos que também será positivo na RCA, acentuou.

12.5 Diamantes. Entrada dos russos em Catoca foi estratégica

Jornal Agora

17 De Abril de 2015

A propósito do assunto, muito já foi dito e, nalguns casos, o dedo acusador é apontado ao presidente do Conselho de Administração da ENDIAMA, como sendo o pivot da saída de Ganga Júnior, há 22 anos no cargo. Contudo, dados a que o nosso jornal teve acesso indicam que, à exoneração do antigo patrão de Catoca, subjazem razões estritamente de ordem económica, uma vez que o objecto primário de uma empresa é a geração de lucros.

A história tem raízes bem mais profundas. Em 2012, quando os accionistas se reuniram em assembleia-geral na Rússia, para a análise e aprovação das contas do ano anterior, entenderam que os custos de produção eram bastante elevados e havia necessidade de os reduzir, o que ficou registado em acta a que

também tivemos acesso. Desta feita, a empresa arrecadara, em termos brutos, mais de 611 milhões de dólares, mas gastara algo em torno de 315 milhões, o que corresponde a 51% das receitas, valor considerado alto pelos accionistas.

A chamada de atenção dos accionistas devia-se, essencialmente, ao facto de que, não havendo amortizações nem investimentos a fazer, estavam inteiramente cobertos, não fazia sentido os custos de produção serem tão alteados. Por isso, ficou assente que o caminho a seguir seria a redução das despesas.

No ano seguinte, apesar das recomendações da assembleia-geral anterior, os custos de produção voltaram a subir, desta feita a níveis correspondentes a 64% do valor das receitas brutas, mais 13% que o ano anterior. Por outras palavras, de uma renda na ordem dos 579 milhões de dólares, foram subtraídos 368

milhões para as despesas. Como era óbvio, os accionistas voltaram a torcer o nariz.

Diante de cenário tão preocupante, os accionistas, designadamente a ENDIAMA (32,8%), a russa Airosa (32,8%), a brasileira Odebrecht (16,4) e China Sonangol (18%), em assembleia-geral realizada em 2013 em Moscovo, decidiram-se a tomar medidas práticas para a redução dos custos de produção. Uma dessas medidas foi a criação de um selecto grupo de trabalho, cuja missão era exactamente essa.

Nesse conclave, ainda foi ventilada a possibilidade de se encontrar um operador independente fora do grupo de accionistas. Esta tarefa está a cargo da Airosa, situação ponderada para estender-se também ao segmento da logística, sob controlo da Odebrecht. Mas, isso não passou de mera intenção, e a Ganga Júnior foi dada a oportunidade de corrigir o 'tiro', apesar de, nessa altura, levar já duas décadas à frente dos destinos da empresa, o que fazia dele um verdadeiro 'dinossauro' entre os gestores do país e, quiçá, do mundo.

O caldo viria a entornar na assembleia-geral de 2014 realizada em Luanda, porque os custos de 2013 voltaram a subir, atingindo o pico mais alto, desde que, pela primeira vez, a direcção da Sociedade Mineira de Catoca havia sido instada a baixar o valor das despesas. Ignorando os conselhos da comissão criada para reduzir os gastos, Ganga Júnior colocou a fásquia dos custos ainda mais alta, ou seja, em 70% do valor do lucro bruto, mais 6% que o ano anterior e mais 19% do que 2011. Isto quer dizer que, dos mais de 594 milhões de dólares arrecadados, foram gastos qualquer coisa como 413 milhões.

Este quadro exasperou, completamente, os accionistas que entendiam que, nesse andar, se chegaria a um ponto em que as receitas seriam iguais às despesas e a mina podia falir. Apesar de numa reunião da Comissão de Economia Real do Conselho de Ministros Ganga Júnior defender que esta era uma situação normal, devido à idade da mina, para os accionistas, era de todo incompreensível, uma vez que o kimberlito ainda tem pela frente um tempo de vida útil na ordem dos 20/25 anos.

Em função desse cenário, que os accionistas consideravam de falência técnica iminente, nessa assembleia-geral, o orçamento para 2014 não foi aprovado. A partir dessa altura, estavam praticamente criadas as condições para a saída de Ganga Júnior.

Sendo que, pelos números preliminares de 2014, a tendência de alta nos custos de produção se mantinha - as previsões eram que chegassem aos 68% -, os accionistas entenderam não haver outro caminho que não fosse a substituição do director-geral, algo que aconteceu na assembleia-geral para a análise do relatório e contas de 2014, que aconteceu a 24 de Fevereiro passado, em Luanda. E nesse caso, nenhum dos accionistas individualmente está estatutariamente habilitado a apelar o director-geral. Para o efeito, era necessário que pelo menos 51% das acções estivessem de acordo e não apenas a ENDIAMA ou a Airosa, como se fez crer nalguns círculos.

Segundo fonte da actual direcção da SMC, está a ser feito um diagnóstico para apurar as razões de tão altos custos de produção. O estudo ainda não foi concluído, mas os indícios são que pode ter havido "sérios vazamentos de recursos financeiros" por via das prestadoras de serviços terciarizadas. "Por isso, o que vamos fazer é renegociar a maioria dos contratos a ver se baixamos os seus valores e conseguimos maiores receitas, um pouco como fez a Sonangol recentemente. É isso o que faremos e não temos intenção nenhuma de colocar de parte as prestadoras de serviços angolanas, como se quer fazer crer", disse a fonte que falou sob anonimato.

